



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**JOYCE ALLANE APOLINÁRIO FERREIRA**

**PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O  
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DE METAIS SANITÁRIOS NO  
NOROESTE DO PARANÁ**

**MARINGÁ-PR  
2013**

**JOYCE ALLANE APOLINÁRIO FERREIRA**

**PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O  
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DE METAIS SANITÁRIOS NO  
NOROESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia da Silva

**MARINGÁ-PR**

**2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

F383p Ferreira, Joyce Allane Apolinário  
Poder e políticas públicas nos municípios que integram o Arranjo Produtivo Local (APL) de metais sanitários no Noroeste do Paraná / Joyce Allane Apolinário Ferreira. -- Maringá, 2013.  
132 f. : il. color. , figs., tabs., retrs., mapas

Orientador: Prof. Dr. Márcia da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

1. Políticas públicas - Empresários - Arranjo Produtivo Local (APL) - Paraná, Noroeste. 2. Relações de poder - Políticas públicas - Arranjo Produtivo Local (APL) - Metais Sanitários - Paraná, Noroeste. 3. Poder local - Desenvolvimento local - Arranjo Produtivo Local (APL) - Metais Sanitários - Paraná, Noroeste. I. Silva, Márcia da, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed.918.103

ZSS-001177

PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O ARRANJO  
PRODUTIVO LOCAL (APL) DE METAIS SANITÁRIOS NO NOROESTE DO PARANÁ

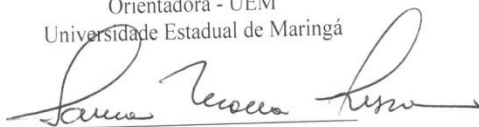
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade  
Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção  
do grau de Mestre em Geografia, área de concentração:  
Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção  
do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em 25 de março de 2013.

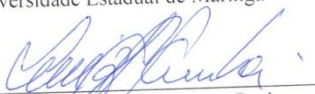
BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Márcia Da Silva  
Orientadora - UEM  
Universidade Estadual de Maringá



Profª. Drª. Tânia Maria Fresca  
Membro convidado  
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha  
(membro convidado)  
UEPG

Dedico este trabalho à  
Maria Cleuza (mãe), José Apolinário (pai) e Júnior (irmão).

*“Se em dia, já homem feito e realizado, sentires que a terra cede a teus pés, que tuas obras se desmoronam que não tens ninguém a tua volta para te estender a mão, esquece a tua maturidade, passa pela sua mocidade, volta a tua infância e balbucia entre lágrimas e esperanças as últimas palavras que sempre te restarão na alma: meu pai, minha mãe”!*

(Rui Barbosa)

## AGRADECIMENTOS

É importante agradecer aqueles que contribuíram de uma forma ou de outra, para que eu chegasse ao final desta etapa. Sendo assim, agradeço:

**À Deus** por ter me dado sabedoria e força para chegar ao final de mais uma etapa tão importante na minha vida;

**À minha família:** meu pai José Apolinário, minha mãe Maria Cleuza e meu irmão Juninho, pelo carinho e confiança. Aos meus familiares que estenderam a mão e o coração nos momentos que mais precisei. Em especial a tia Maria do Carmo.

**À Márcia da Silva** (orientadora), pela competência e compromisso na orientação, pela paciência e o carinho, sempre lembrando “força, Joyce querida”, palavras sempre muito sábias, que me ajudaram a não desanimar.

**À professora Tânia Fresca**, pelas contribuições valiosas nas bancas;

**Aos professores da graduação**, Anibal Pagamunici, Gilmar Asalin e Vanda Kramer, que sempre me mostraram que é possível ir muito além...obrigada pelo incentivo.

**Aos professores do PGE-UEM:** Ângela, Celene, César, Maria das Graças, Márcio e Elpídio.

**À Miriam (PGE-UEM)**, pela atenção, sempre muito querida, estava pronta a tirar nossas dúvidas...

**À CAPES** pelo apoio financeiro na concessão da bolsa de estudos.

**Aos amigos**, parceiros, irmãos (de coração)! Aos que tive a felicidade de conhecer em Maringá: Fernando, Analígia, Simone e Tatiane; A amiga Elaine que conheci na graduação; E aos conterrâneos, que sempre estiveram presente me incentivando, em especial: Amanda, Ana Cláudia, Angela, Angela (in memoriam), Bruna, Djamy, Jana, Jaqueline, Jéissica, Vanessa, Thalyta e Rudimar.

Aos empresários do APL de Metais Sanitários, à AIMES, aos prefeitos e demais pessoas que contribuíram para as informações da pesquisa.

Obrigada!

## RESUMO

A partir da década de 1990 o tema Arranjo Produtivo Local (APL) tornou-se importante na literatura econômica e, principalmente, nas diretrizes das políticas públicas de desenvolvimento local e regional. No Brasil, a partir da década de 1990 são construídas políticas públicas com o objetivo de apoiar os APLs, sustentados por uma visão de que os mesmos poderiam fortalecer o desenvolvimento local. No Paraná, a criação da Rede APL marcou o início da adoção das políticas públicas para APLs no estado, pois ela assumiu o papel de gestão destas políticas através da articulação com outras instituições (SEPL, Sebrae e Fiep). Em 2005, através de um projeto coordenado pela SEPL e o IPARDES foram identificados 22 APLs, dentre eles o APL de Metais Sanitários na região Noroeste, formado por empresas dos municípios de Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e São Pedro do Paraná. O crescimento do número de empresas neste APL tem permitido o destaque da produção paranaense de metais sanitários nos níveis estadual e nacional, ocupando a segunda posição em número de estabelecimentos e empregos, ficando atrás apenas do estado de São Paulo. Conforme dados da RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), até dezembro de 2011 havia, no Paraná, 64 estabelecimentos na classificação nacional de atividades econômicas CNAE 2913 (compreende a fabricação de válvulas, torneiras e registros) e, destes, 50 estavam nos municípios do APL de Metais Sanitários, ou seja, 78,12% dos estabelecimentos ligados a essa classe. Diante da importância econômica e política deste APL para a região, o objetivo deste trabalho consiste em analisar as políticas públicas de desenvolvimento local a partir de APLs e as relações de poder nos municípios que integram o APL de Metais Sanitários no Noroeste do Paraná. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se da revisão de literatura sobre os conceitos de poder, políticas públicas, desenvolvimento local e Arranjo Produtivo Local. Para a coleta das informações foram realizados trabalhos de campo nos municípios do APL, com aplicação de questionários em 10 empresas, e com o poder público local dos municípios do arranjo. Verificou-se que a relação de algumas das empresas com o poder público local é conflituosa, mas também que outras empresas mantêm cooperação com o poder público local, levando-se a considerar que o interesse individual se avulta aos interesses da coletividade do APL.

**Palavras-Chave:** Relações de poder; Políticas Públicas; APL de Metais Sanitários; Noroeste do Paraná.

## ABSTRACT

Since 1990, the theme Local Productive Arrangement (LPA) has become important in economic literature and specially in the guidelines of public policies concerning local and regional development. After the decade of 1990, public policies are built in Brazil aiming to support the LPAs, encouraged by the fact that they could strengthen local development. In Paraná, the creation of the LPA network was the beginning of the use of public policies for the LPA in the state. This is due to the fact that it gained the role of managing these policies through unions with other institutions (SEPL, Sebrae and Fiep). In 2005, with a project coordinated by SEPL and IPARDES 22 LPAs were identified, amongst them the LPA of Sanitary Metals in the Northwest region, consisting of companies from Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí and São Pedro do Paraná. The growing number of companies in this LPA has allowed emphasis on the **paranaense's** production of sanitary metals on state and national levels, ranking second in establishing jobs, being behind only of the state of São Paulo. According to data from RAIS, the Ministry of Labour and Employment (MLE), until December of 2011, there were 64 establishments in Paraná, that were ranked in the national economic activities CNAE 2913 (the production of faucets and valves) and, 50 of these were found in the cities of the Sanitary Metals' LPA, in other words 78,12% of the establishments were connected with this group. Facing the economical and political importance of this LPA for this region, this work consists on analyzing the public policies of the local development from the LPAs and the Power relations of the cities that are part of the LPA of Sanitary Metals in the Northwest of Paraná. For the development of this work literature review concerning the concepts of Power, public policies, local development and Productive Arrangement was used. For the gathering of data, field work was done in the towns of LPA, a questionnaire was given to 10 companies and with the public Power of the towns. The relationship of local public Power of some companies pointed out to be conflictual, but it also showed that other companies cooperate with local public Power, in which it can be considered that the individual interest grows according to the LPA's interest.

**Key - words:** Power relations; Public policies; LPA of Sanitary Metals; Northwest of Paraná.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Paraná - Distribuição espacial das aglomerações visitadas pelo IPARDES para validação dos APLs do Paraná.....	52
--	----

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1:</b> Empresa Reciclagem Imperial .....	98
<b>Foto 2:</b> Machinhos de torneira .....	99
<b>Foto 3:</b> Areia Shell e areia reciclada .....	99

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> APL de Metais Sanitário - Evolução no número de empresas associadas a AIMES .....	83
<b>Gráfico 2:</b> APL de Metais Sanitários - Produção de peças (2006 a 2011) .....	95

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Paraná – Distribuição geográfica dos APLs segundo diferentes tipologias.....	56
<b>Mapa 2:</b> Localização dos municípios que compõem o APL de Metais Sanitários no Paraná.....	61
<b>Mapa 3:</b> APL de Metais Sanitários – Empresas associadas a AIMES.....	79
<b>Mapa 4:</b> APL de Metais Sanitários - Empresas associadas a AIMES que realizam todo o processo produtivo.....	81

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Relação dos APLs Validados pelo IPARDES.....	53
<b>Quadro 2:</b> Relação dos APLs Mapeados no Estado do Paraná segundo as diferentes tipologias. ....	55
<b>Quadro 3:</b> APL de Metais Sanitários – Principais empresas quanto ao ano de fundação, município e origem do capital .....	82
<b>Quadro 4:</b> APL de Metais Sanitários - Cursos ofertados pelo Senai Paranavaí (2008 a 2011) .....	91
<b>Quadro 5:</b> APL de Metais Sanitário – Empresários e interesse ou não na política partidária local.....	102
<b>Quadro 6:</b> APL de Metais Sanitários - As relações estabelecidas entre as empresas e o poder público local.....	103

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> APL de Metais Sanitários - Dados populacionais dos municípios constituintes (1970 a 2010). .....	66
<b>Tabela 2:</b> Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas nos municípios do APL de Metais Sanitários .....	72
<b>Tabela 3:</b> APL de Metais Sanitários – Número de estabelecimentos e emprego (2011).....	76
<b>Tabela 4:</b> São Paulo e Paraná – Número de estabelecimentos e empregos formais no segmento de metais sanitários .....	77
<b>Tabela 5:</b> APL de Metais Sanitários - Empresas associadas à AIMES que realizam todo o processo produtivo (2012) .....	80

## LISTA DE SIGLAS

**ACIL** – Associação Comercial e Industrial de Loanda

**AFPR** – Agência de Fomento do Paraná

**AIMES** – Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda

**AIMES – ADR** -Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região Agência de Desenvolvimento Regional

**APL** – Arranjo Produtivo Local

**APLs** – Arranjos Produtivos Locais

**ASPLs** – Arranjos e Sistemas Produtivos Locais

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

**BRDE** – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

**E** – Embrião (APL)

**CNAE** – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

**FACINOR** – Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná

**FIEP** – Federação de Indústrias do Estado do Paraná

**FPM** – Fundo de Participação dos Municípios

**GTP** – Grupo de Trabalho Permanente

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBQP-H** – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat

**ICMS** – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

**IEES** – Instituições Estaduais de Ensino Superior

**IEL – PR** – Instituto Euvaldo Lodi - Paraná

**IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

**MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**MRG** – Microrregião Geográfica

**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego

**NDSR** – Núcleo de Desenvolvimento Setorial/Regional

**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PMN** – Partido da Mobilização Nacional

**PPS** – Partido Popular Socialista

**PR** – Paraná

**PR** – Partido da República

**PSD** – Partido Social Democrático

**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira

**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais

**REDEAPL** – Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais

**REDESIST** – Rede de pesquisa em Sistemas produtivos e inovativos locais

**RMC** – Região Metropolitana de Curitiba

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SEFA** – Secretaria de Estado da Fazenda

**SEIM** – Secretaria da Indústria e Comércio e Assuntos do Mercosul

**SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SEPL** – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

**SETI** – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**SINDIMETAL - MARINGÁ** – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Maringá

**SINDIMETALÚRGICOS** – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos

**SLPs** – Sistemas Locais de Produção

**SP** – São Paulo

**TECPAR** – Instituto de Tecnologia do Paraná

**TRE – PR** – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

**USP** – Universidade de São Paulo

**VA** – Vetor Avançado

**VDL** – Vetor de Desenvolvimento Local



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 – POSSIBILIDADES TEÓRICAS DA PESQUISA</b> .....	23
1.1.O Estado, as relações de poder e o desenvolvimento local .....	23
1.2.Descentralização política, federalismo e poder local.....	30
1.3.O contexto local e o desenvolvimento local.....	36
<b>2 – APL DE METAIS SANITÁRIOS NA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ E A REALIDADE SÓCIO ECONÔMICA</b> .....	40
2.1. Aglomerações e Arranjo Produtivo Local: conceito e origem .....	40
2.2. Políticas Públicas e a constituição dos Arranjos Produtivos Locais no Brasil e Paraná .....	46
2.3. A região Noroeste do Paraná e a constituição do Arranjo Produtivo de Metais Sanitários.....	60
2.4. Perfil dos municípios do APL de Metais Sanitários .....	65
<b>3 – AS RELAÇÕES DE PODER NOS MUNICÍPIOS DO APL DE METAIS SANITÁRIOS DO PARANÁ</b> .....	75
3.1. Número de empresas do APL de Metais Sanitários associadas à AIMES.....	75
3.2. O papel da Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e região .....	84
3.3. O ambiente do APL de Metais Sanitários em relação aos cursos, mão-de- obra qualificada e governança .....	88
3.4. APL de Metais Sanitários e a comercialização de produtos.....	93
3.5. APL de Metais Sanitários e as questões ambientais.....	97
3.6. Relações de poder e políticas públicas no APL de Metais Sanitários do Paraná.....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>118</b>
-------------------------	------------

## **APÊNDICES**

<b>A. Questionário destinado aos empresários do APL de Metais Sanitários .....</b>	<b>125</b>
<b>B. Questionário destinado a Associação das Indústrias de Metais Sanitários do APL.....</b>	<b>128</b>
<b>C. Questionário destinado ao poder público dos municípios do APL de Metais Sanitários .....</b>	<b>130</b>
<b>D. Carta de Apresentação .....</b>	<b>131</b>
<b>E. Termo de autorização para publicação dos dados .....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 o termo Arranjo Produtivo Local (APL) tornou-se um tema importante na literatura econômica e, principalmente, nas diretrizes das políticas públicas de desenvolvimento. Segundo Suzigan (2004), as aglomerações geográficas e setoriais de empresas apresentam potencial, do ponto de vista de políticas de desenvolvimento regional/local e também de políticas industriais.

Nesse sentido são construídas políticas públicas no Brasil, como por exemplo, a criação do Grupo de Trabalho Permanente<sup>1</sup> – GTP APL, com o objetivo de apoiar os APLs, sustentados por uma visão de que estes arranjos podem fortalecer o desenvolvimento local.

No Paraná essa iniciativa é de 2004, quando é firmado um acordo de cooperação entre o governo do Estado, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE), formalizando a intenção desta política estadual.

A partir de março de 2005 a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) passam a coordenar o projeto “Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná”.

No final desse projeto foram mapeados 22 Arranjos Produtivos Locais no estado, dentre eles o APL de Metais Sanitários na região Noroeste, formado por empresas dos municípios de Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e São Pedro do Paraná.

Os municípios deste arranjo reúnem uma população de 40.544 habitantes, o que representa cerca de 0,4% da população do Paraná e, desta, 1.193 encontram-se ocupadas no setor de metais sanitários, segundo dados do IBGE 2012 e da RAIS 2011.

---

<sup>1</sup>A adoção generalizada do termo levou à inclusão de APLs como prioridade do governo federal, formalizada nos seus Planos Plurianuais desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, entre outros. Destaca-se particularmente a criação de uma instância de coordenação das ações de apoio a APLs no país, o **Grupo de Trabalho Permanente para APLs** (GTP APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e integrado por 33 instituições públicas e privadas (BRASIL, 2012).

O crescimento do número de empresas no APL de Metais Sanitários de Loanda e região tem permitido o destaque da produção paranaense de metais sanitários nos níveis estadual e nacional. O Paraná ocupa a segunda posição em número de estabelecimentos e empregos, ficando atrás apenas do estado de São Paulo.

Conforme dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), até dezembro de 2011 havia, no Paraná, 64 estabelecimentos na classificação nacional de atividades econômicas CNAE 2913<sup>2</sup>, destes 50 estavam nos municípios do APL de Metais Sanitários, ou seja, 78,12% dos estabelecimentos ligados a essa classe do estado.

Loanda é o município que tem o maior número de estabelecimentos, sendo que o total confere-lhe o título de município sede do APL de Metais Sanitários, conhecido no contexto econômico do Paraná como especializado no segmento industrial de metais sanitários ou a, “cidade das torneiras”.

O grande número de empresas de metais sanitários neste município, e as atividades econômicas desenvolvidas asseguraram formas de produção no espaço urbano, crescimento na oferta de empregos e crescimento no setor industrial.

Diante da importância econômica e política deste APL para a região o objetivo deste trabalho consiste em analisar as políticas públicas de desenvolvimento local a partir de APLs e as relações de poder nos municípios que integram o APL de Metais Sanitários no Noroeste do Paraná.

O caminho para o desenvolvimento da pesquisa iniciou-se pela busca de literatura para a elaboração do referencial teórico e o conceitual de Arranjo Produtivo Local, poder e políticas públicas. Assim, utilizou-se da leitura de livros, artigos e documentos que discutem a temática, sendo os principais autores Cassiolato e Lastres (2003), Suzigan (2004) e (2006), Bobbio (1999), Raffestin (1999), Castro (2011) e Souza (2006). Num segundo momento e também simultaneamente às leituras foram realizados trabalhos de campo nos municípios do APL. Dessa forma, a revisão de literatura e os trabalhos de campo, com a aplicação de questionários, constituem os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho.

---

<sup>2</sup> Esta classe compreende a fabricação de válvulas, torneiras e registros.

Sobre o trabalho de campo, este é instrumento fundamental na pesquisa da/na Geografia, como destaca Marcos (2006, p. 106):

Falar sobre a importância do trabalho de campo para a produção do conhecimento geográfico, creio seja desnecessário. Penso que a maior parte dos geógrafos concorde com o fato de que a ida a campo seja um instrumento didático de pesquisa de fundamental importância para o ensino e pesquisa da/na Geografia.

O trabalho de campo é uma etapa do trabalho que consiste no contato direto com a realidade pesquisada, onde deve ser realizada a análise e a articulação dos fatos observados com o aparato conceitual (VENTURI, 2011). Nesse sentido, em relação às pesquisas científicas, Venturi (2011, p. 20) destaca que é no campo que “são gerados dados primários e confirmam-se ou ajustam-se os secundários, isto é, dados que podem corroborar ou não hipóteses de trabalho e conceitos científicos”.

O autor (2011, p. 21) entende ainda que:

[...] o trabalho de campo é uma técnica ampla que incorpora outras mais específicas (atreladas aos diferentes objetos de estudo) e, de tão fundamental para a análise geográfica, é considerada por alguns como método, assim como o é para os antropólogos.

Dessa forma, o trabalho de campo, para os geógrafos, atravessou séculos, “chegando ao século XXI com seu status inabalado”, sendo, portanto, uma “experiência insubstituível” (VENTURI, 2011, p. 21).

Para esta pesquisa, o trabalho de campo teve início ainda na fase de elaboração do projeto de pesquisa, quando foram feitas as primeiras observações na área de estudos. Logo após o colóquio, foram realizadas entrevistas informais na Associação Comercial e Industrial de Loanda (AIMES) para a coleta de dados e a posterior construção dos questionários que foram aplicados na AIMES, nas empresas de metais sanitários e no poder público local.

Em relação aos questionários, estes foram instrumentos de coletas de dados fundamentais para a pesquisa, uma vez que permitiram conhecer o funcionamento das empresas do arranjo, bem como concepções e os interesses dos empresários e do poder público local em relação ao APL de Metais Sanitários.

Os questionários, em uma pesquisa científica, podem ser entendidos como:

[...] a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc (GIL, 2006, p. 128).

Para Gil (2006, p. 128), quando os questionários são propostos por escrito aos respondentes, estes “são designados como questionários auto-aplicados”, porém, quando “as questões são formuladas oralmente pelo pesquisador, podem ser designados como questionários aplicados com entrevista ou formulários” (GIL, 2006, p. 128).

Neste trabalho os questionários foram aplicados e, as respostas foram anotadas simultaneamente pela pesquisadora. Os questionários continham questões fechadas<sup>3</sup>, num total de 14 questões, onde “apresenta-se ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que seja escolhida a que melhor represente sua situação ou ponto de vista” (GIL, 2006, p. 129 e 130); questões abertas, num total de 46, nas quais “apresenta-se a pergunta e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição” (GIL, 2006, p. 131) e, questões dependentes, num total de 3, ou seja, aquelas que dependem da resposta dada a outra questão (GIL, 2006).

Os questionários destinados aos empresários do APL de Metais Sanitários continham 35 questões (apêndice A); o questionário destinado a Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região – Agência de Desenvolvimento Regional (AIMES-ADR) 24 questões (apêndice B); e os questionários destinados ao poder público (prefeitura) foram 7 (apêndice C).

Para definir em quais empresas seriam aplicados os questionários, primeiramente, verificou-se através dos dados da RAIS, quantos estabelecimentos vinculados à fabricação de metais sanitários existiam nos municípios do arranjo. Em seguida, verificamos quantos destes estavam

---

<sup>3</sup>A utilização de *questões fechadas* facilita a compreensão e interpretação dos fatos. Porém, foram incluídas algumas *questões abertas*, sobretudo pela necessidade de observar algumas particularidades.

vinculados a AIMES, que representa localmente o APL, para daí selecionar com quais empresas iríamos trabalhar. Selecionamos 19 empresas associadas a AIMES, mas, no entanto, obtivemos resultados referentes a 10 delas, sendo que 5 empresas são de Loanda (Campeã, Imperatriz, Mazali & Leão, MH Torres – Real, Supremo), 1 é de Santa Cruz de Monte Castelo (Metais Rainha), 2 são de São Pedro do Paraná (Águia e Pestana) e 2 são de Santa Isabel do Ivaí (Marchezan e Pevilon).

Além das empresas, a pesquisa de campo se estendeu também ao poder público dos municípios, onde os questionários foram aplicados aos prefeitos de Loanda (Álvaro de Freitas Netto), de Santa Cruz de Monte Castelo (José Maria Fernandes), de Santa Isabel do Ivaí (José do Carmo Lavagnoli) e de São Pedro do Paraná (João Batista Fernandes).

Além destes, aos responsáveis pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Paranaíba, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Paranaíba, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Maringá (Sindimetalúrgicos) base de Loanda, Reciclagem Imperial e Salvador Duarte Casado, pioneiro na fabricação de torneiras em Loanda.

Portanto, os resultados de campo apresentados nesse trabalho referem-se aos dados de dez empresas de metais sanitários, quatro prefeituras, empresa de Reciclagem, AIMES, Senai de Paranaíba, Sebrae de Paranaíba e Sindimetalúrgicos de Loanda.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo busca-se as bases teóricas da pesquisa em geografia política e faz-se uma abordagem dos conceitos de Estado, poder e políticas públicas. Na seqüência realiza-se uma discussão sobre a relação do federalismo com o processo de descentralização política e a valorização da escala local. A partir dessa discussão, constrói-se o cenário para a abordagem do segundo capítulo sobre o APL de Metais Sanitários.

O segundo capítulo, assim, inicia-se com a exposição da trajetória das políticas públicas para os APLs no Paraná e, posteriormente, realiza-se uma breve abordagem sobre o APL de Metais Sanitários, além de desenhar o perfil histórico e econômico dos municípios do arranjo.

Já no terceiro capítulo aborda-se uma análise dos dados do campo com os conceitos, estabelecendo as possíveis relações de poder existentes nos municípios que integram o APL de Metais Sanitários no Paraná.



## **1. POSSIBILIDADES TEÓRICAS DA PESQUISA**

Neste capítulo realizamos uma breve abordagem sobre os conceitos de Estado, poder e políticas públicas, fazendo uma relação destes com o processo de descentralização política e do federalismo para entendermos a valorização da escala local e do desenvolvimento local.

### **1.1. O Estado, as relações de poder e o desenvolvimento local**

Os conceitos de Estado e poder estão intimamente relacionados e, por isso, o objetivo aqui é o de realizar uma breve abordagem sobre os mesmos a partir da descentralização política, do federalismo e de sua vinculação com o desenvolvimento local e o poder local.

Para Bobbio (1999), Estado e política tem em comum a referência ao fenômeno do poder. Sendo assim, as teorias sobre Estado e política, direta ou indiretamente, partem da definição de poder, posto o Estado apoiar-se sobre três poderes: legislativo, executivo e judiciário.

A teoria do Estado pode ser considerada uma parte da teoria política e essa, por sua vez, como um fragmento da teoria do poder. Sendo assim, é importante tentar entender, mesmo sem exímio, o conceito de poder, um dos mais complexos e caros às explicações dos estudiosos das ciências humanas.

Diante da complexidade do conceito, tomamos como ponto de partida a definição de alguns autores que são referências e que podem ajudar a compreender a essência do poder.

A filosofia política entende o “problema” do poder sob três teorias: a substancialista (Thomas Hobbes), onde “o poder é concebido como uma coisa que se possui e se usa como um outro bem qualquer” (BOBBIO, 1999, p. 77); a subjetivista, exposta por John Locke que, nessa interpretação, entende-se por poder “não a coisa que serve para alcançar o objetivo, mas a capacidade do sujeito de obter certos efeitos” (BOBBIO, 1999, p. 77); a terceira, a teoria relacional (Robert Dahl), onde por poder “se deve entender uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria” (BOBBIO, 1999, p. 78).

Tendo por fundamento, então, estas concepções advindas da filosofia política, um dos autores que abordou e fundamentou historicamente o conceito de poder foi Thomas Hobbes, que apresentou o poder tendo como origem o homem: “o poder de um homem (universalmente considerado) consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro” (HOBBS, 1979, p. 53).

A forma que utiliza para convencer o outro sobre as próprias vontades é o que Max Weber entende por poder. Para este o poder é “a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade” (MACRAE, 1974, p.73).

Para Raffestin (1993, p. 52), “o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares”. Ele é “parte intrínseca de toda relação”, pois se manifesta por ocasião da relação, por um processo de troca ou de comunicação entre dois polos em um campo denominado campo do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Para este autor as relações de poder são intencionais e não subjetivas e a intencionalidade revela a importância dessas finalidades.

Para Silva (2008, p. 76) essas relações se sustentam e existem por meio de atores como o Estado e “os grupos de interesses (elites, partidos políticos, empresas e outros) vinculados ou não ao mesmo”.

As relações de poder perfazem diversos conflitos como os estabelecidos nos grupos político-econômicos, sociais e outros atores, mas são imanentes, não havendo, diretamente, uma oposição entre dominantes e dominados, mas sim ‘situações de poder’ que ora favorecem a um, ora a outro sujeito/coletivo.

Raffestin (1993, p. 7) afirma que em toda relação circula o poder, “que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido”. Para o autor quem exerce este poder são os atores saídos da população que foi analisada antes do território, e essa foi analisada primeiramente por ser fonte de poder. Para ele a população é “o próprio fundamento do poder, por sua capacidade de inovação ligada a seu potencial de trabalho. Assim, é por ela que passam todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Nesse sentido Bobbio; Matteucci; Pasquino (1998, p. 937) afirma que “o poder não deriva simplesmente da posse ou do uso de certos recursos, mas também da existência de determinadas atitudes dos sujeitos implicados na relação”. Assim, o poder não existe se não houver relações entre os sujeitos de um determinado território, pois, segundo o autor, deve haver ao lado do sujeito ou grupo que exerce o poder outro sujeito ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja.

Uma pessoa ou grupo de pessoas podem ser submetidos a vários tipos de poder. Por isso Bobbio (1999) destaca a tipologia dos três poderes: o econômico (da riqueza), aquele que organiza as forças produtivas, o ideológico (do saber), aquele que organiza o consenso, e o político (da força), aquele que organiza o poder através da coerção.

Por poder econômico podemos entender:

[...] aquele que se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar uma certa conduta, consistente principalmente na execução de um trabalho útil. Na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem contra os que não possuem, exatamente no sentido específico da capacidade de determinar o comportamento alheio. Em qualquer sociedade onde existem proprietários e não proprietários, o poder do proprietário deriva da possibilidade que a disposição exclusiva de um bem lhe dá de obter que não o proprietário (ou proprietário apenas da sua força-trabalho) trabalhe para ele e nas condições por ele estabelecidas (BOBBIO, 1999, p. 82).

Em geral, aquele que detém para si abundância de bens e riquezas é capaz de controlar o comportamento daqueles que estão em condições inferiores, mediante promessas e concessão de vantagens. Nesse sentido, na posse de bens, o sujeito ou grupo tem poder em relação àqueles que estão em condições desiguais.

Ao analisar o poder econômico na escala local este pode ser constituído:

[...] fundamentalmente por aqueles setores capitalistas que contratam junto ao governo local obras e serviços, ou que dependem diretamente das regulamentações levadas a efeito pelo poder político municipal. Tal circunstância independe, inclusive, de a sede dessas empresas estarem instaladas no município (DANIEL, 1988, p. 29).

Nascimento (2010, p. 58) entende que o poder econômico “é protagonista das relações sociais, tanto de forma direta quanto indireta” e, impreterivelmente, encontra-se vinculado ao poder político.

Nos municípios do APL de Metais Sanitários, algumas empresas que se destacam pelo seu poder econômico acabam tendo influência no poder político local, como veremos no capítulo 3.

O poder ideológico pode ser entendido como aquele que se fundamenta na influência que as ideias formuladas por um grupo de saber, por exemplo, os intelectuais e cientistas, expressa na conduta de outro grupo (BOBBIO, 1999).

O poder político pode ser entendido como aquele que se identifica com o exercício da “força e passa a ser definido como aquele poder que, para obter os efeitos desejados”[...] “tem o direito de se servir da força, embora em última instância” (BOBBIO, 1999, p. 80). Recorrer ao uso da força é uma característica que distingue o poder político das outras formas de poder.

A ideia de exclusividade do uso da força como característica do poder político é originalmente defendida por Hobbes. Bobbio (1999, p. 81) explica essa concepção alegando que:

[...] a passagem do estado de natureza ao Estado é representada pela passagem de uma condição na qual cada um usa indiscriminadamente a própria força contra todos os demais a uma condição na qual o direito de usar a força cabe apenas ao soberano.

A partir dessa compreensão, “quem tem o direito exclusivo de usar a força sobre um determinado território é o soberano” (BOBBIO, 1999, p. 80 e 81). Se o soberano pode ser entendido como o Estado, esse pode ser entendido como o regulador do poder político, pois, ainda de acordo com o autor (1999, p. 82), “o estado é uma organização política porque é um ordenamento que regula o uso da força e porque monopoliza o uso da força”.

Raffestin (1993, p. 17 e 18), remetendo-se as ideias de Balandier (1967), admite que “há poder político desde o momento em que uma organização luta contra a entropia que a ameaça de desordem”. Essa definição permite-o descobrir que “o poder político é congruente a toda forma de organização” (RAFFESTIN, 1993, p. 18).

O poder político pode, ainda, ser entendido como a “instância que tem capacidade de abrir e de construir um verdadeiro espaço público, um lugar de deliberação mais ou menos grande e transparente” (CASTRO, 2011, p. 104). Pode ser exercido, assim, sem uma superioridade essencial, mas pelo consentimento coletivo e visa “um certo bem comum e não ao único bem privado daquele que o exerce” (CASTRO, 2011, p. 104).

Em conclusão, para as formas de poder elencadas por Bobbio (1999), o econômico, o ideológico e o político, pode-se afirmar que contribuem conjuntamente para uma sociedade de desiguais, dividida entre ricos e pobres (poder econômico), sábios e ignorantes (poder ideológico) e fortes e fracos (poder político) ou, resumidamente, entre superiores e inferiores.

Como foi dito no início deste texto, as teorias sobre Estado e política, direta ou indiretamente, partem da definição de poder. Dessa forma, como nos apontou Bobbio; Matteucci; Pasquino (1998, p. 954), “o conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder”.

De acordo com Silva (2008), as transformações nas formas de poder do Estado têm levado a difusão de outras posturas interpretativas para as relações entre poder e espaço, especialmente as originárias de conceitos e categorias de análise como as de regionalismo, identidade e as diversas adjetivações de poder. Alguns desses elementos têm como substrato as relações políticas constituídas a partir de estruturas que se caracterizam, em especial, no poder local e nas políticas públicas.

Neste sentido, uma das formas do governo organizar suas ações para tentar resolver um determinado problema de ordem coletiva é com a criação de políticas públicas. Nas últimas décadas tem ressurgido a importância de estudos sobre elas.

Segundo Souza (2006), a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos, dando ênfase aos estudos sobre a ação do governo e não buscando as bases teóricas sobre o papel do Estado, como na Europa. Nesse sentido, as políticas públicas surgem como subárea da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações e tomam determinadas decisões.

Souza (2006) aponta H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton como os fundadores da área de políticas públicas. Ainda nos anos de 1930, Laswell introduziu a expressão *policyanalysis* (análise de políticas públicas), tentando conciliar o conhecimento científico com a produção dos governos. Simon “introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (policy makers)”, que foi questionada por Lindblom que incorporou outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas.

Segundo Souza (2006) não existe uma única definição sobre o que seja política pública. Para a autora política pública é o:

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Neste sentido, podemos entender as políticas públicas como a ação do Estado, ou seja, o Estado implementando um projeto de governo, voltado para uma demanda da sociedade. Nesse ponto torna-se necessário uma diferenciação entre Estado e governo. Podemos considerar o “Estado” como uma das formas de organização política que uma sociedade assumiu no decorrer da história, representado pelas instituições públicas. Já o termo “governo” pode ser entendido como um conjunto de pessoas (políticos eleitos) que exercem o poder político.

Para Souza (2006, p. 26), a formulação de políticas públicas constitui-se na tradução dos “propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Ou seja, as políticas públicas visam responder às demandas da sociedade e tentar resolvê-las. Após serem formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos e, quando são colocadas em ação é que são implementadas, ficando, assim, submetidas à avaliação dos resultados, o que nem sempre é realizado, pois coloca em pauta aquilo que governo fez e não fez.

Teixeira (2002, p. 2) define políticas públicas como sendo “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público”. São políticas formuladas para atender alguma carência da sociedade, para serem implementadas, utiliza-se recursos públicos. O autor (2002, p. 2) indica, também, que no ciclo da

política pública<sup>4</sup> podem ser observadas “formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais”.

A partir dos anos de 1990, as políticas públicas para o desenvolvimento, com base em aglomerações industriais de pequenas e médias empresas, têm sido fortemente fomentadas sob o termo Arranjo Produtivo Local ou APL. Este trabalho tem como área de estudo o APL de Metais Sanitários do Paraná, onde foram analisadas as relações de poder que se estabelecem dentro deste território entre os proprietários das empresas do APL e o poder público local; entre proprietários e AIMES; e entre poder público local, AIMES, Sebrae e Senai.

No que se refere a geografia e a ocupação do território, Castro (2011, p. 134) explica que esta:

[...] nunca deixou de estar presente na história política do país, e é no conhecimento da dinâmica da ocupação do território, da organização das sociedades locais e dos seus interesses que as decisões políticas e os modos de organização do território do país, como resultados concretos dessas decisões, adquirem significado.

Portanto, é “nesse quadro institucional que o tema município começa a exigir atenção da geografia política como recorte espacial institucionalizado importante” (CASTRO, 2011, p. 134). Com a Constituição de 1988:

[...] novas atribuições foram definidas para esta escala local da política nacional, e as exigências crescentes de organizações da sociedade em torno de direitos da cidadania contribuem para maior visibilidade dessa escala.

A escala municipal é significativa do fazer político no espaço “e oferece um vasto campo para a geografia política contemporânea” (CASTRO, 2011, p. 134). Assim, busca-se, a seguir, entender a valorização do local a partir do federalismo e da descentralização política e, posteriormente, a partir de uma abordagem sobre o poder local e o desenvolvimento local.

---

<sup>4</sup>Segundo Souza (2006, p. 29), “o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação”.

## 1.2. Descentralização política<sup>5</sup>, federalismo e poder local

Segundo Santin e Flores (2006), com a promulgação da Constituição Federal (C.F.) de 1891 o Brasil adotou o federalismo como forma de Estado. O Estado Federal brasileiro elevou os municípios à parte integrante da federação, facilitando a “descentralização da prestação de serviços e, juntamente com o Estatuto da Cidade, objetivou a aproximação entre poder público e população visando ao desenvolvimento da cidade a partir dos interesses do cidadão” (SANTIN e FLORES, 2006, p. 56).

Partindo desta concepção, o federalismo pode ser entendido como expressão do Direito Constitucional que:

[...] nasceu com a Constituição norte-americana de 1787. Baseia-se na união de coletividades políticas autônomas. Quando se fala em federalismo, quer-se referir a uma forma de Estado, denominada federação ou Estado federal, caracterizada pela união de coletividades públicas dotadas de autonomia político constitucional, autonomia federativa (SILVA, 2001, p. 103).

O Estado Federal, no entanto, difere-se do Estado Unitário. Neste, há a centralização das leis e da gestão dos serviços e apenas um ente público gere e “controla todas as decisões do território” dificultando, assim, a repartição de atribuições. Já no Estado Federal, “os Estados membros tem autonomia perante a União”, ou seja, há vários centros de poder político autônomo (SANTIN e FLORES, 2006, p. 57). O Brasil tem suas particularidades no interior deste processo, quando alguns aspectos ainda são poucos aqueles que possuem autonomia, em especial em função das leis que colocam barreiras e impedem a efetiva autonomia.

Cabe aos Estados, membros dotados de autonomia ou de competência do poder público em editar suas próprias leis (sem superar os ditames ou normativas das leis federais), representar e defender seus interesses perante a União, única detentora de soberania, atributo que se confere ao poder do Estado.

---

<sup>5</sup>Para Santin (2007) descentralização é o processo pelo qual quando o Estado transfere os serviços públicos a entidades autônomas ou autarquias, distintas do Estado. Centralização é quando o Estado administra diretamente os serviços públicos.



Uma das principais características do Estado federal é a “descentralização, política e administrativa, de forma que a União não detém para si todas as atribuições inerentes ao Estado como um todo”. Existe uma repartição de atribuições entre a União, os Estados membros e os Municípios – essa repartição de tarefas é entendida como a descentralização do poder político (SANTIN e FLORES, 2006), guardadas as devidas especificidades já destacadas, com especial atenção para a redistribuição de poder, ainda demasiadamente burocratizada no Brasil.

Quanto à origem e à evolução do Estado federal, essas podem ser entendidas nas palavras de Santin e Flores (2006, p. 58):

A forma de Estado federal tem suas raízes na idade moderna, quando na Europa se fazia a transição do sistema feudal para a concentração de poder nas mãos de um governo soberano (absolutismo, unitarismo etc.), visando aplicar novas idéias aos mecanismos de governo. Porém, “o solo político europeu, dentro da esfera continental, se mostrava impróprio a que vingasse ali, de imediato, o ideal federativo.

Os contrários ao absolutismo trouxeram para a América, mas especificamente para a região onde hoje se localiza os Estados Unidos, um pensamento que buscasse uma nova forma de governar, invalidando o antigo e tradicional modelo político, o da centralização pura e única, por si só, do poder. (SANTIN e FLORES, 2006).

Assim, o federalismo como forma de Estado moderno, origina-se da Constituição Federal dos Estados Unidos da América, datada de 1787. E o modelo de Estado federal adotado pelo Brasil, “surgiu a partir de um estado unitário, criado pela Constituição de 1824” (SANTIN e FLORES, 2006, p. 59). Com a Assembleia Constituinte de 1890, o Brasil passou a ser reconhecido como uma República Federativa.

Devido aos vários momentos políticos, econômicos e sociais vividos pelo Brasil, as Constituições ora abordavam o tema federalismo ora o extinguiu. A Constituição de 1891 adotou o modelo de Estado federal norte-americano. A Constituição Federal de 1937, vinculada ao Estado Novo, extinguiu o federalismo que foi restaurado com a C.F. de 1946 e, com o Golpe Militar, a próxima Constituição de 1967, teve enfraquecido o princípio federativo, posto a centralização do poder ser uma característica do mesmo.

A Constituição Federal em curso, de 1988, estabelece o princípio do federalismo como elemento fundamental (ao menos teoricamente). O recorte territorial que no Brasil se denomina de município surge como parte integrante da Federação, com grau de autonomia em relação às Constituições anteriores (SANTIN e FLORES, 2006).

Nesse sentido, segundo Santos Júnior (2000, p. 27), o país se “redemocratizou, uma nova Constituição foi promulgada em 1988” e houve uma “transferência de responsabilidades e de competências do governo nacional para os governos locais”, fortalecendo a esfera local, através da descentralização e da municipalização das políticas públicas.

Isso pode ser observado nos artigos 1º e 18º da Constituição Federal de 1988, que elevou e reconheceu os municípios brasileiros como entes federativos, dando lhes autonomia. Segundo seu Art. 1º *“A República Federativa do Brasil [é] formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal...”* e em seu Art. 18. *“A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.*

Os municípios se auto-organizam através de sua Lei Orgânica e por meio de eleições diretas e de leis municipais. De acordo com o Art. 29 da Constituição Federal (1988), o “município reger-se-á por lei orgânica” competindo a ele “legislar sobre assuntos de interesse local” (Art. 30 C.F).

Com o processo de descentralização política os municípios brasileiros foram elevados a membros da Federação, como pode ser observado nos Artigos 1º e 18º da Constituição Federal de 1988. Com isso houve o aumento dos recursos postos à disposição dos municípios.

Na prática, o fato significa que os municípios podem – e devem – participar da formulação de leis e normas que garantam sua autonomia vinculada a vários setores. Até então os maiores exemplos estão na Educação, na Saúde e na gestão das cidades, apesar dos recorrentes entraves.

Nesse sentido, é importante destacar que os pequenos municípios (aqueles com recursos próprios exíguos) dependem fortemente da

transferência de impostos, já que a arrecadação de tributos municipais é irrisória para custear suas despesas.

Esta, sem dúvida, é uma das características dos municípios que se insere no arranjo produtivo local de Metais Sanitários do Paraná, pois estes sobrevivem, mormente, dos recursos provenientes, por exemplo, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Segundo Farranha *et al.* (2006, p. 130), “a Constituição Federal de 1988 alterou significativamente o papel do poder local na estrutura jurídico-política brasileira” e, uma dessas alterações diz respeito a possibilidade de ampliação do “viver” municipal, ou seja, se “nas Constituições anteriores o município articulava seus interesses numa relação de subserviência” (FARRANHA *et al.* 2006, p. 130), com a Carta Constitucional de 1988 passa a ter maior *status* político, maior poder de decisão, inclusive para aquelas vinculadas às necessidades de criação de políticas públicas pertinentes, especialmente, aos seus próprios problemas.

Assim, com a descentralização política tem sido possível observar uma crescente transferência de responsabilidades do governo federal para os governos locais, impulsionando uma valorização do local, mas também lhes impondo responsabilidades.

Nesse sentido, torna-se necessário discutir o poder do próprio ambiente no qual essas mudanças ocorrem, isto é, o local entendido por Daniel (1988) como referente à esfera municipal, ou seja, a prefeitura, a câmara municipal e as múltiplas instituições sociais a esta esfera vinculadas.

As análises do local e das novas relações de poder construídas nesse espaço, assim, ganharam evidência, permitindo que novos conceitos do que seja o local e o poder local fossem formulados. Daniel (1988) entende o local como sendo a esfera municipal, ou seja, o próprio município. Nesse sentido, como nos destaca Farranha *et al.* (2006, p. 131), o município é o “espaço do poder local”.

Fischer (1993) contribui com a formulação do conceito de poder local afirmando que, mesmo que tenha como dimensão o município, ele não se reduz a este, pois o poder local envolve relações de poder entre diferentes

atores, em diferentes esferas (municipal, regional, estadual e nacional) e, portanto, não essencialmente restritas ao município.

Ainda para a autora (1993) isso significa entender, primeiramente, que o local não necessariamente é um espaço físico determinado e delimitado geograficamente. Para Fischer este se constitui, sobretudo por um:

[...] conjunto de redes sociais que se articulam e superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração deste conjunto (FISCHER, 1993, p. 106).

Portanto, o local não é apenas um espaço físico, mas um conjunto de redes que se articulam em torno de interesses, sejam eles condizentes com a vontade deliberada de grupos locais/regionais em transformar determinada realidade ou condizente com a vontade deliberada, mas momentânea, de obter poder até que determinados interesses sejam alcançados. Como exemplo podemos citar políticas públicas de desenvolvimento que envolvam diferentes setores da sociedade e o poder público, por tempo indeterminado, como a formação de grupos de poder para concorrer a pleitos eleitorais, respectivamente. Assim, concorda-se com Fischer (1993, p. 107) que “como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído”.

Santin (2007) destaca que, historicamente, o poder local no Brasil esteve vinculado ao coronelismo, ao patrimonialismo e ao personalismo, sistemas políticos recorrentes em pequenos municípios nos quais o local era entendido como um espaço constituído a partir de relações de domínio do privado sobre o público ou de sua justaposição. Assim, um local que angariasse determinados recursos, materiais ou não, para grupos específicos de poder local.

Dombrowski (2008, p. 271) destaca que “durante muito tempo, o ‘local’ na política brasileira foi tido como lócus dos desmandos autoritários de mandatários das elites locais ou regionais”, fortemente vinculado a formas de governar consideradas a partir de instrumentos do atraso.

Na atual realidade brasileira estas concepções têm se modificado com o fortalecimento do processo de descentralização política, que atribuiu, para

além da autonomia aos municípios, uma possibilidade de maior participação política da comunidade.

A cultura da participação popular, no Brasil, no entanto, ainda é um objetivo a ser buscado. O poder local, em pequenos municípios como os de nossa área de estudos, quase sempre é determinado pela posição social de alguns grupos que durante décadas dominam e reproduzem o poder político e as relações de poder.

Esses grupos, quase sempre em minoria, acabam por ter poder sobre a região e sua população, inclusive repassando às novas gerações sua maneira de agir e de pensar, permitindo, se não perpetuar, ao menos consolidar temporariamente a hegemonia nas decisões locais. A população é manipulada, voluntariamente ou não, pelo caráter simbólico de crenças, valores e outros, bem como pelos meios de comunicação (que transmitem essas ideologias), legitimando as ações dos grupos detentores de poder. Os grupos, entretanto, tendem a atuar de maneira relativa, mas não completamente autônoma, já que se articulam em partidos políticos, entidades de classe e/ou associações para ganharem maior legitimidade. A existência de articulação não significa ausência do conflito (lutas, negociações, alianças, antagonismos), (SILVA, 2008, p. 71).

Embora todo esse contexto histórico de domínio ainda, por vezes, se reflita nas relações de poder na esfera local, sobretudo nas relações de dominação das elites locais e nas trocas de favores (clientelismo), as dinâmicas social, econômica, tecnológica e informacional não permitem mais, demasiadamente, a constante existência destas práticas.

Nesse sentido, o domínio do poder local quase sempre é determinado pela posição social de alguns grupos familiares que durante décadas dominam e reproduzem o poder político e as relações de poder local.

De acordo com Felizes (1999), o poder local é partilhado ou controlado por diversos grupos e mediado pela figura do Estado ou pela figura do poder do Estado, uma vez que é no cruzamento das várias concepções do Estado e das lutas simbólicas por elas desencadeadas que se projeta igualmente a ideia da atuação do Estado no nível local.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o crescimento do APL de Metais Sanitários do Noroeste paranaense, nos últimos anos, permitiu o destaque da produção deste arranjo em escala estadual e nacional, o que faz deste o segundo maior arranjo produtivo desse setor no país. Com isso observa-se, principalmente em Loanda, que é o maior município do arranjo em população e

número de empresas, uma substituição da elite econômica local, saindo de agrária para urbana/industrial. Com o crescimento industrial no município, os tradicionais grupos familiares rurais perderam destaque no poder local e, mais recentemente, o que se observa é um ascender de uma nova elite econômica, a elite industrial do setor de metais sanitários.

Essa nova elite, através do seu papel de destaque na economia local, contribui para o desenvolvimento local, principalmente no que diz respeito à geração de empregos.

### **1.3. O contexto local e o desenvolvimento local**

Sendo parte integrante da Federação o município tem ocupado um papel de destaque na promoção do desenvolvimento socioeconômico do seu território.

Nas últimas décadas têm surgido novas e crescentes iniciativas no nível local que viabilizam processos diferenciados de desenvolvimento. Uma dessas iniciativas compreende as políticas e as estratégias baseadas em processos da descentralização e de desenvolvimento local.

Para Rodrigues (1999), o desenvolvimento local se refere ao processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implantando atividades que dinamizem a economia em pequena escala, gerando, assim, o desenvolvimento do local por meio de estratégias de baixo impacto socioambiental.

Os diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento local representam possibilidades, numa visão de integração, que ao trazer oportunidades a um processo dinâmico, leva a entender que o desenvolvimento local não ocorre sem o bem estar de um grupo, dinamizando a economia em microescala, bem como levando o desenvolvimento de um local sem necessariamente gerar grande impacto, inclusive ambiental.

O conceito de desenvolvimento pode ser entendido e é estudado por várias ciências, uma delas é a Economia, que em linhas gerais, compreende o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, geração de riquezas ou, em resumo, o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB. O desenvolvimento com esse viés é de suma importância para uma localidade,

bem como para a economia global. No entanto, para que busque melhores níveis de complementaridade, é necessário que haja integração entre condições econômicas e condições sociais para possíveis avanços nas condições de vida da população.

Para Rosa (1999), o desenvolvimento é dinâmico e, por isso, países, sociedades e territórios estão em constantes processos de desenvolvimento que, assim, não é algo fixo ou adquirido, mas está intimamente relacionado ao movimento.

Rosa (1999, p. 37) afirma que:

[...] el desarrollo no es algo adquirido, algo fijo. Todos los países, todas las sociedades y territorios están en vías de desarrollo. Sólo se puede hablar de él cuando hay acción, cuando las cosas se mueven<sup>6</sup>.

Este parâmetro, porém, não indica que todos os países estejam em desenvolvimento no sentido de estarem em estágios hierarquicamente diferenciados e, portanto, um dia, sairão da condição de “em desenvolvimento” para condição de “desenvolvido”. O que o autor indica é que o desenvolvimento é possível quando a busca pelo mesmo é uma constante, um processo dinâmico que inter-relaciona fatores econômicos e sociais.

Em complementaridade com o conceito de desenvolvimento, sua adjetivação de “local”, ou seja, o desenvolvimento local pode ser entendido como “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (BUARQUE e BEZERRA, 1999, p. 9). O mesmo autor afirma, ainda, que para que o desenvolvimento seja consistente e constante, deve elevar as oportunidades sociais, aumentar a renda e as formas de riqueza e, ao mesmo tempo, assegurar a conservação dos recursos naturais.

Pires; Muller; Verdi (2006, p. 448) entendem que o desenvolvimento local:

---

<sup>6</sup> “Um desenvolvimento exitoso não é simplesmente o mesmo que crescimento econômico, sendo que deve existir um contexto adequado de tipo social, econômico, político, administrativo e cultural alcançar o que se define como desenvolvimento” (ROSA, 1999, p. 37).

[...] é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. Nas estratégias competitivas da globalização, o desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas dos agentes econômicos nas vantagens locacionais, no qual o território é o ator principal do desenvolvimento econômico regional, e as políticas, as organizações, as instituições e a governança são recursos específicos, a um só tempo disponível ou a ser criados; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território, quando ausente, de sua criação (invenção e inovação). Desta forma, o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais.

Sobre a abordagem da ação coletiva de caráter local, esta implica na participação da população local e, diante disso, Oliveira (2003, p. 51) realça a importância de alguns pontos:

[...] mobilização da população local e a coesão social; a cultura e a identidade do território; as atividades e os empregos; a imagem do território; as migrações e a inserção social e profissional; o meio ambiente; a gestão dos espaços e dos recursos naturais; a evolução de tecnologias; a competitividade; e o acesso aos mercados.

De acordo com Buarque e Bezerra (1994), o desenvolvimento local representa uma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional e gera oportunidades, ao mesmo tempo em que exige competitividade e especialização. Assim, são precisamente as pequenas e médias empresas que, com sua flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional, que estão propícias a ocupar um papel de protagonistas nos processos de desenvolvimento endógeno (BARQUERO, 2001).

Dessa forma, verifica-se que, no Brasil, políticas públicas para desenvolvimento local/regional têm sido pensadas a partir de aglomerações de pequenas e médias empresas caracterizadas como APLs.

A força dessas pequenas empresas pode fazer do território um parque industrial lucrativo para as empresas, fazendo delas protagonistas nos processos de desenvolvimento local.

Vale lembrar que existem diferenças entre desenvolvimento no local e desenvolvimento local. Essa diferença é apontada por Ávila (2000, p. 69):

– desenvolvimento no local: quaisquer agentes externos se dirigem à “comunidade localizada” para promover as melhorias de suas



condições e qualidade de vida, com a “participação ativa” da mesma;  
– desenvolvimento local: a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, “metabolizando” comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos.

A principal diferença é que no desenvolvimento no local os agentes externos são os responsáveis por promover as transformações e a comunidade local participa como coadjuvante. No segundo caso, é a própria comunidade que assume a gestão.

Diante do exposto, é possível verificar o dinamismo econômico que pode ser adquirido pelo desenvolvimento em escala local a partir das especializações industriais, sobretudo dos arranjos produtivos locais que aparecem nas políticas públicas como possibilidades e estratégias de desenvolvimento local/regional.

Neste sentido, pensando no desenvolvimento da região Noroeste, o governo do Paraná tem criado políticas públicas para fortalecimento dos APLs, dentre eles o de Metais Sanitários, como será discutido no próximo capítulo.

## **2. APL DE METAIS SANITÁRIOS NA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ E A REALIDADE SÓCIO ECONÔMICA**

Neste capítulo apresentamos os diferentes tipos de aglomerações industriais de empresas e, em especial, o conceito e a origem dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Este conceito, a partir da década de 1990, tem-se destacado na agenda de políticas públicas no Brasil como proposta para o desenvolvimento local e regional. Assim, apresentamos aqui as políticas públicas e as constituições destes arranjos no Estado do Paraná e o caso do APL de Metais Sanitários, da região Noroeste do estado, por este compreender o recorte territorial de análise deste trabalho.

### **2.1. Aglomerações e Arranjo Produtivo Local: conceito e origem**

Os arranjos produtivos locais (APLs) tornaram-se um tema importante na literatura econômica e, principalmente, nas diretrizes das políticas de desenvolvimento (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004). No entanto, ainda existe grande dificuldade para encontrar uma definição precisa para o conceito.

Em geral, um Arranjo Produtivo Local (APL) consiste em um aglomerado de empresas com capacidades relacionadas ou afins, com portes variados, que apresentam uma especialização produtiva.

Na literatura podemos encontrar diversas experiências de aglomerações industriais de empresas, destacando-se, entre os exemplos clássicos, o complexo industrial de alta tecnologia do Vale do Silício, na Califórnia, e os distritos industriais da Terceira Itália<sup>7</sup>.

O conceito de distrito industrial foi introduzido por Alfred Marshall em sua obra “Princípios de Economia” (1890), na qual o autor estudou aglomerações de empresas da Inglaterra do final do século XIX. Nesse sentido, “utilizando as idéias de Marshall, Becattini (1979) atualiza a definição de distrito

---

<sup>7</sup> Compreende a região dos distritos industriais da Emília-Romagna na Itália, que é uma microrregião da Itália Setentrional, que engloba também as microrregiões de Vêneto, Trentino, Friuli-Venezia, Giulia, Toscana, Marche, e parte da Lombardia. Esta região é internacionalmente conhecida como Terceira Itália. Apresenta aglomerações de pequenas e médias empresas de setores tradicionais denominados de Distritos Industriais Italianos, ou de Distritos Industriais Marshallianos, por apresentarem características descritas por Alfred Marshall (COSTA, 2007).

industrial, ao pesquisar a experiência italiana” (HASENCLEVER; ZISSIMOS, 2006, p. 414).

Segundo Suzigan (2006, p. 5), o trabalho realizado por Marshall sobre os distritos industriais ingleses “inspirou uma extensa literatura voltada à compreensão das aglomerações de pequenas firmas reunidas geograficamente”. Assim, desde os anos 1970, a partir das ideias de Marshall, autores italianos têm liderado estudos mais recentes sobre os distritos industriais italianos.

Dentre as características dos distritos industriais estão:

[...] a concentração geográfica de grande número de pequenas firmas, geralmente especializadas numa indústria específica e atuando com extensa divisão do trabalho entre elas, e uma profunda imersão em comunidades locais com fortes laços sócio-culturais que facilitam a cooperação baseada na confiança e na governança local por organizações de firmas privadas e instituições públicas. Essas características especiais fazem dos distritos industriais experiências ímpares como forma de organização espacial da produção industrial (SUZIGAN, 2006, p. 5).

A partir dessas experiências, observa-se, na literatura, uma diversidade de terminologias, dentre elas: distritos industriais, sistemas produtivos e inovativos locais, clusters e arranjo produtivo local.

Com o objetivo de esclarecer alguns conceitos, a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist)<sup>8</sup> desenvolveu, em 2003, um documento intitulado “Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais”, sob coordenação de Helena Maria Martins Lastres e José Eduardo Cassiolato. Este documento objetiva apresentar um conjunto de conceitos e definições associados à caracterização, análise e promoção de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais.

Nesse documento pode-se encontrar a seguinte definição para Sistemas Produtivos e Inovativos Locais:

Sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos

---

<sup>8</sup>A Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - RedeSist é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras organizações internacionais. Essa rede é coordenada pelos professores José Eduardo Cassiolato e Helena Lastres.

consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (CASSIOLATO & LASTRES, 2003, p. 4).

No trabalho “*Clusters* ou Sistemas Locais de Produção: Mapeamento, Tipologia e Sugestões de Políticas”, Suzigan (2004) procurou identificar estatisticamente, mapear geograficamente e caracterizar estruturalmente sistemas locais de produção (SLPs). Nesse trabalho pode-se encontrar a seguinte definição de sistema local de produção:

Em geral, um sistema local de produção comporta um conjunto de empresas com capacidades relacionadas ou afins, de portes variados, mas normalmente com um conjunto expressivo de pequenas e médias empresas não integradas verticalmente. Essas empresas, por sua vez, atraem fornecedores e outras indústrias correlatas e de apoio, cuja presença e importância nos sistemas locais são determinadas exclusivamente por forças de mercado. Por fim, surgem também importantes instituições locais de apoio à empresas (SUZIGAN, 2004, p. 546).

Tanto os arranjos quanto os sistemas produtivos locais são caracterizados pela dimensão territorial; diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais; conhecimento tácito; inovação e aprendizado interativos; governança e grau de enraizamento (CASSIOLATO e LASTRES, 2003). Estes mesmos autores trazem a definição de cada uma dessas características:

**a) Dimensão territorial**- Na abordagem dos ASPLs, a dimensão territorial constitui recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar, tais como: município ou áreas de um município; conjunto de municípios; micro-região; conjunto de micro-regiões, entre outros. A proximidade ou concentração geográfica, levando ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais, constitui fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões.

**b) Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais** – Os ASPLs geralmente envolvem a participação e a interação não apenas de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação, como também de diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. Aí incluem-se portanto universidades, organizações de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, órgãos públicos, organizações privadas e não governamentais, entre outros.

**c) Conhecimento tácito** – Nos ASPLs, geralmente verificam-se processos de geração, compartilhamento e socialização de

conhecimentos, por parte de empresas, organizações e indivíduos. Particularmente de conhecimentos tácitos, ou seja, aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões. O conhecimento tácito apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais. Isto facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, mas dificulta ou mesmo impede seu acesso por atores externos a tais contextos, tornando-se portanto elemento de vantagem competitiva de que o detém. **d) Inovação e aprendizado interativos** – Nos ASPLs, o aprendizado interativo constitui fonte fundamental para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacitação produtiva e inovativa das empresas e outras organizações. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos, métodos e formatos organizacionais, sendo essencial para garantir a competitividade sustentada dos diferentes atores locais, tanto individual como coletivamente. **e) Governança** – No caso específico dos ASPLs, governança refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações. Existem diferentes formas de governança e hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada; mais ou menos formalizada). **f) Grau de enraizamento** – Envolve geralmente as articulações e envolvimento dos diferentes agentes dos ASPLs com as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos, financeiros, assim como com outras organizações e com o mercado consumidor locais. Elementos determinantes do grau de enraizamento geralmente incluem: o nível de agregação de valor, a origem e o controle das organizações e o destino da produção (local, nacional e estrangeira). (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p. 4 e 5).

Outro conceito, o de cluster, foi criado por Michael Porter e associa-se à tradição anglo-americana, com referência aos aglomerados territoriais de empresas, desenvolvendo atividades similares. Em seus trabalhos sobre competitividade, Porter utilizou esse conceito “para destacar a importância da proximidade geográfica, não apenas de fornecedores, mas também de empresas rivais e clientes para o desenvolvimento empresarial dinâmico” (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p. 10). Porter enfatizou mais o aspecto de “rivalidade (concorrência) entre empresas, como estimulador da competitividade, do que na idéia de cooperação” (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p. 10).

No documento Glossário da RedeSist é possível encontrar a definição feita por Hubert Schmitz, onde este definiu clusters como sendo concentrações geográficas e setoriais de empresas. Ele “introduziu a noção de eficiência coletiva que descreve os ganhos competitivos associados à interação entre

empresas em nível local, além de outras vantagens derivadas da aglomeração” (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p. 10).

Os autores Santos; Crocco; Simões (2002, p. 178 e 179) ressaltam que:

A discussão sobre clusters vem adquirindo uma crescente relevância na literatura de economia industrial. Esse interesse tem origem nas mudanças ocorridas a partir da década de 70 no ambiente competitivo das empresas. Tais mudanças ocorrem simultaneamente com a emergência de um novo paradigma tecnológico (baseado na microeletrônica), que impõe um processo produtivo mais intensivo em conhecimento. Essa tendência é observada tanto em indústrias tradicionais, tais como a da pesca no Chile, a dos móveis na Dinamarca, a têxtil na Itália e a de confecções em Taiwan e na Tailândia, quanto em indústrias modernas, como a microeletrônica no Silicon Valley, nos EUA.

Ancorado no sucesso comercial das empresas dos distritos industriais italianos e do Vale do Silício, nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de APL foi se consolidando para conceituar determinados tipos de concentração de empresas. Dessa forma, “o conceito APL foi criado tendo como paradigma e meta de política essas duas experiências históricas” (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 156).

Nos últimos anos, no Brasil, os APLs tornaram-se um tema muito discutido na literatura econômica e também nas políticas para o desenvolvimento local. Como já citado, apesar da sua importância, ainda existe uma grande dificuldade em encontrar uma definição para o termo.

Sendo assim, elencamos algumas definições a partir da revisão literária de autores como Cassiolato e Lastres (RedeSist), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Santos; Diniz; Barbosa. (2004), com o propósito de esclarecer as primeiras inquietações com relação ao que vem a ser um Arranjo Produtivo Local.

Uma das definições consideradas importantes é a desenvolvida por pesquisadores da RedeSist que considera APL como sendo:

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente envolvem a participação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras

instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p. 3 e 4).

Corroborando com esta definição, outro órgão que tem atuado no incentivo conceitual e prático de aplicação desta definição de APLs, no Brasil, é o Sebrae:

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2011).

Sendo assim, pode-se dizer que APL é um aglomerado de um número significativo de empresas que desenvolvem uma mesma atividade produtiva, sendo caracterizado por uma rede de atores políticos e econômicos que garantem a governança desse território e tem por objetivo promover o desenvolvimento local.

Alguns conceitos de APL têm destacado a importância da aglomeração, da cooperação e a presença de pequenas ou médias empresas concentradas espacialmente próximas da cadeia produtiva. Dessa forma, o conceito sofre uma dificuldade de conceituação, pois segundo Santos; Diniz; Barbosa (2004, p. 156), “nem toda aglomeração de empresa pode ser chamada de APL”.

Sendo assim, para Santos; Diniz; Barbosa (2004, p. 166), um APL:

[...] pode ser constituído por grandes aglomerações que tenham uma importante presença de pequenas e médias empresas, ou concentração produtiva em geral que possua um grande volume de atividades criativas, ou quando a imagem regional é fundamental para a competitividade das empresas. Essas são as principais situações em que a localização oferece às firmas vantagens competitivas em nível setorial ou da cadeia que são decisivas e que se mantêm no tempo.

Assim, estes autores mostram algumas condições necessárias para a definição de APL e as vantagens competitivas locais mínimas e as principais para essa conceituação, dentre elas estão: a localização, a cooperação, a concentração espacial da produção e o conhecimento tácito.

No entanto, vale destacar que nem todos os APLs funcionam com as condições que a literatura estabelece. Como estas especializações industriais são cópias de modelos de países centrais, uma vez praticados em países periféricos, como o Brasil, sem considerar as particularidades, podem não gerar os mesmos resultados em termos de desenvolvimento econômico local.

Não se pode esquecer que cada país e cada região têm as suas características próprias, não podendo, assim, implantar modelos “ideais” esperando que os resultados sejam os mesmos.

Contribuindo nesse sentido Costa (2007), ao estudar sobre as políticas públicas e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em regiões periféricas, considera que é a partir das experiências históricas e geográficas de aglomerações industriais<sup>9</sup> que, na América Latina, especialmente no Brasil, tenta-se “copiar” as sucedidas experiências, não tomando as devidas mediações. Utilizam os modelos como se “fossem a ‘panacéia’ para a superação do subdesenvolvimento e para a entrada nesta nova era, ignorando-se os históricos entraves estruturais da periferia” (COSTA, 2007, p. 61).

Mesmo diante das dificuldades de se implantar modelos no Brasil, as aglomerações geográficas e setoriais de empresas têm sido vistas com potencial do ponto de vista de políticas de desenvolvimento regional/local e também de políticas industriais. Diante desse fato as mesmas têm sido objeto de estudo e de medidas de políticas públicas no país (SUZIGAN, 2004).

É sobre essa temática que se trata o próximo item, com destaque para as políticas públicas voltadas para os APLs no Brasil e no Paraná.

## **2.2. Políticas Públicas e a constituição dos Arranjos Produtivos Locais no Brasil e Paraná**

Recentemente observa-se, na literatura econômica, um crescente interesse pelas discussões acerca dos APLs, que se caracterizam basicamente por aglomerações industriais de pequenas e médias empresas. Para Costa (2007), essa “onda” foi embalada pelas transformações vivenciadas pela

---

<sup>9</sup>As experiências se referem aos casos clássicos de aglomerações industriais, como o Vale do Silício na Califórnia e os Distritos Industriais da Terceira Itália.



sociedade contemporânea através da transição do antigo paradigma fordistakeynesiano para um novo regime de acumulação – o toyotismo.

Ainda de acordo com o autor (2007, p. 1), essa mudança “acabou por colocar as aglomerações de pequenas e médias empresas no centro do debate contemporâneo do planejamento regional e urbano e da Economia Industrial”.

Esse processo ocorre a partir da década de 1970, como destaca Costa (2007, p. 99):

A transição para o Regime de Acumulação Flexível, feita em parte por meio da implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas, suscitou o desenvolvimento de um novo marco teórico acerca do planejamento de desenvolvimento regional e urbano que se propõe a dar respostas adequadas às novas questões que ora se impõem. Até então, a Alta Teoria do Desenvolvimento tinha norteado as ações públicas principalmente dentro da manipulação de grandes complexos industriais, compostos por indústrias motrizes e movidas, dentro do marco do Regime de Acumulação Fordista, influenciando significativamente as formulações de políticas de desenvolvimento e de reordenamento espacial desde meados da década de 1940 até meados da década de 1970. Todavia, com as transformações sistêmicas do último quartel do Século XX e com o insucesso do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, estes corpos analíticos passam a ser paulatinamente substituídos por um novo corpo de teoria que procurava ser mais coerente com os “novos tempos”, tempos da globalização e neoliberalismo, de enfraquecimento do Estado-nacional, de ocaso das políticas de desenvolvimento regional e de ascensão do federalismo competitivo.

Se até a década de 1970 as aglomerações de pequenas e médias empresas eram colocadas em uma situação secundária, a partir daí estas passaram a ser vistas em uma posição central no debate econômico. É, portanto, como parte dessas transformações e das políticas industriais que se utilizam da Teoria do Desenvolvimento Endógeno que o apoio e o desenvolvimento dos APLs no Brasil têm ganhado espaço.

Desta forma, no Brasil, o interesse pelas aglomerações de pequenas e médias empresas, é inicialmente observado em função do sucesso da experiência dos Distritos Italianos e do Vale do Silício, quando a partir dos anos de 1990 houve o crescente interesse por parques tecnológicos e outros, na tentativa de implantação destas experiências em território nacional (COSTA, 2007).

Diante das diversas experiências e nomenclaturas utilizadas (distritos, parques tecnológicos, clusters, entre outros) e tentando criar uma alternativa

para esta questão, no final da década de 1990 surge o termo Arranjo Produtivo Local, ou simplesmente APL. Para Costa (2007) o termo surge “como uma espécie de termo “guarda-chuva” capaz de abrigar uma ampla diversidade do fenômeno”.

Foi dessa forma que no Brasil, a partir da década de 1990, passou-se a utilizar cada vez mais o termo Arranjo Produtivo Local como estratégia de desenvolvimento local-regional e, diante disso, os APLs ganharam destaque na agenda de políticas públicas no país. Assim, são elaboradas políticas públicas com o objetivo de apoiar os APLs, sustentada por uma visão de estes podem fortalecer o desenvolvimento local/regional.

De acordo com Brasil (2012), a adoção generalizada do termo levou à inclusão dos APLs como prioridade do governo federal, destacando-os nos seus Planos Plurianuais desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013. Como destaque, para apoiar o desenvolvimento desse tipo de aglomeração econômica foi criado, em 2004, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

De acordo com o Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais<sup>10</sup> (2004, p.4), o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais têm as seguintes finalidades:

- a) Identificar os arranjos produtivos locais existentes no país, inclusive aqueles territórios produtivos que apresentem potencialidade para se constituírem como futuros arranjos produtivos locais, conforme sua importância no respectivo território; b) Definir critérios de ação conjunta governamental para o apoio e fortalecimento de arranjos produtivos locais, respeitando as especificidades de atuação de cada instituição e estimulando a parceria, a sinergia e a complementaridade das ações; c) Propor modelo de gestão multissetorial para as ações do Governo Federal no apoio ao fortalecimento de arranjos produtivos locais; d) Construir um sistema de informações para o gerenciamento das ações a que

---

<sup>10</sup>Desenvolvido em 2004, representa a consolidação das discussões do Grupo de Trabalho sobre a proposta de atuação integrada de políticas públicas em arranjos produtivos locais, compreendendo os principais elementos envolvidos na conceituação dos APLs; as variáveis relevantes para a caracterização de um arranjo produtivo local; o porquê de uma política nacional de promoção de APLs; e os principais objetivos dessa política, bem como as diretrizes de atuação das diversas instituições federais na promoção dos arranjos e a macro-estratégia a ser seguida por essas instituições (BRASIL, 2012).

se refere a alínea anterior; e e) Elaborar um Termo de Referência que contenha os aspectos conceituais e metodológicos relevantes atinentes ao tema de trabalho.

No ano de 2004 o GTP-APL realizou um trabalho de identificação dos APLs no país, a partir das informações prestadas pelas instituições integrantes do grupo, onde foi verificado a presença de 460 arranjos. Em 2005 foi realizado um novo levantamento que identificou 957 arranjos. Destes, 83 encontravam-se na região sul. Como houve um número expressivo de arranjos identificados, foram criados Núcleos Estaduais de Apoio, como é o caso da Rede APL no Paraná.

A criação da Rede APL marcou o início da adoção das políticas públicas para APLs no Paraná, já que assumiu o papel de gestão destas políticas através da articulação com outras instituições (SEPL, Sebrae e Fiep<sup>11</sup>), como também reforçou a ação de instituições que já atuavam nesse campo, como o próprio Sebrae, com o apoio às micro e pequenas empresas. Portanto, as políticas públicas voltadas para APLs no Paraná foram implementadas por instituições já existentes no estado.

Desta forma, as políticas de apoio aos APLs, no Paraná, surgem em conformidade com as políticas de desenvolvimento regional adotadas no nível federal. Assim, a partir das ações do Plano Plurianual (2004-2007) do Estado do Paraná, apresenta-se a necessidade da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) promover o desenvolvimento de APLs no Estado (PARANÁ, 2006).

Em dezembro de 2004 foi firmado um acordo de cooperação entre o governo do Estado do Paraná, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e o Sebrae, formalizando a intenção desta política estadual.

A partir de março de 2005 a SEPL e o Ipardes passaram a coordenar o projeto<sup>12</sup> *“Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná”*.

---

<sup>11</sup>A Fiep constitui-se em um sistema formado pelo Senai, SESI e IEL, chamado Sistema Fiep, dessa forma, as ações desenvolvidas pelo Sistema Fiep, são realizadas por meio destas instituições que formam o sistema.

<sup>12</sup>O projeto foi realizado em cinco etapas.

O principal objetivo desse projeto é subsidiar tecnicamente as ações da Rede APL<sup>13</sup> Paraná, por meio da realização de estudos, pesquisas e da organização de informações a respeito das aglomerações produtivas existentes no Paraná, destacando-se aquelas com características específicas de APL (IPARDES, 2006b).

Para realização desse projeto a SEPL e o IparDES, seguindo as orientações metodológicas propostas pelos professores Wilson Suzigan (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), João Furtado (Universidade de São Paulo - USP) e Renato de Castro Garcia (USP)<sup>14</sup>, realizaram pesquisas de campo nas diversas regiões do Paraná, onde como resultados foram gerados vários documentos e relatórios, bem como o mapeamento dos APLs (MARINI e SILVA, 2010).

A primeira etapa do projeto "*Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná*" foi intitulada Identificação, Mapeamento e Construção da Tipologia das Aglomerações Produtivas. Nessa etapa foi identificado estatisticamente e mapeado geograficamente os APLs no Estado e, os APLs foram classificados por tipologias<sup>15</sup>.

Neste trabalho, o IparDES utilizou duas bases de dados: a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE) e o Cadastro de Informações Fisco-Contábeis da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (Sefa-PR), que é específica para o Estado do Paraná (IPARDES, 2005a).

Para identificar as aglomerações produtivas de base industrial que poderiam resultar em potenciais APLs, foi utilizada a metodologia desenvolvida

---

<sup>13</sup>A Rede APL Paraná é integrada pelas seguintes instituições: SEPL; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI); Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM); Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR); IPARDES; Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES); Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e o Sistema FIEP, representado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL-PR) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Banco do Brasil; Bradesco; Curitiba S.A.; Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP). Informações sobre a Rede podem ser obtidas no sítio [www.redeapl.pr.gov.br](http://www.redeapl.pr.gov.br).

<sup>14</sup>São professores especialistas na área de política industrial.

<sup>15</sup>A construção dessa tipologia foi baseada na relevância do APL para o desenvolvimento local ou regional e sua importância no contexto do setor em que se inserem.

pelo professor Wilson Suzigan, apesar de feitas adaptações pertinentes às especificidades do Estado do Paraná.

Por apresentarem diferentes possibilidades de organização e estágios de desenvolvimento, a partir desse trabalho de mapeamento e caracterização estrutural dos APLs, estes foram classificados em quatro tipologias: Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional (NDSR), Vetor de Desenvolvimento Local (VDL), Vetor Avançado (VA) e Embrião de arranjo produtivo (E). Para formulação dessa tipologia foi levado em consideração à importância das aglomerações produtivas para o setor em que estão inseridas e para a economia da região em que se localizam (IPARDES, 2006b).

As principais características dessas tipologias são:

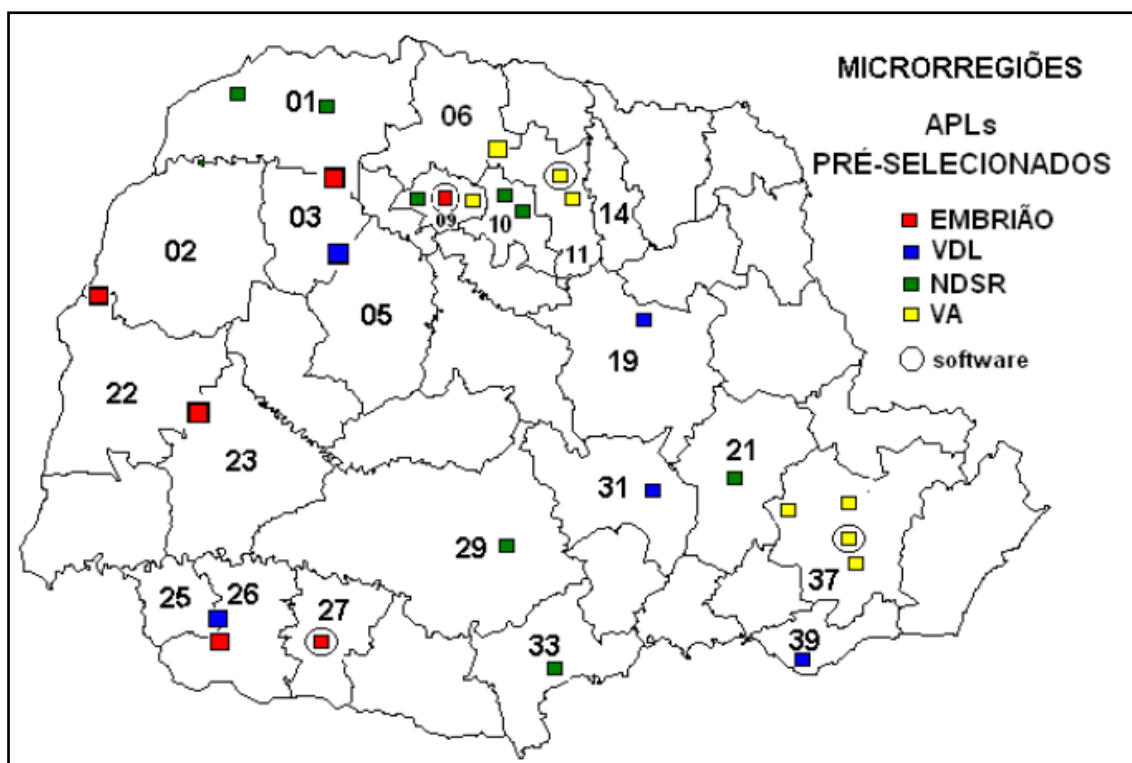
**Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional (NDSR)**, que reúne as aglomerações que se destacam quer pela importância para uma dada região, quer pela sua importância para o setor de atividade econômica no Estado; **Vetor de Desenvolvimento Local (VDL)**, que reúne as aglomerações que se apresentam como muito importantes para o desenvolvimento local/regional e como menos importantes para o setor no Estado; **Vetor Avançado (VA)**, que reúne as aglomerações com elevada importância setorial, mas com pouca importância para a região, porque, via de regra, encontram-se em um tecido econômico maior e mais diversificado; **Embrião (E)**, que reúne as aglomerações com potencial para o desenvolvimento, porém ainda pouco importantes para o setor e a região (IPARDES, 2006b, p. 12, grifo nosso).

A partir dessa tipologia, nessa primeira etapa do projeto o IparDES identificou 114 aglomerações produtivas consideradas como possíveis arranjos produtivos locais no Estado. Dessas 114 aglomerações, 12 eram NDSR, 25 VDL, 32 VA e 45 E.

A etapa seguinte se configurou de pré-seleção dos possíveis arranjos produtivos locais. Nela foram traçados objetivos definidos pelo Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais da Rede APL Paraná e do Programa de Desenvolvimento da Produção do Governo do Estado do Paraná. Os objetivos focalizaram a geração de renda e emprego, a redução dos desequilíbrios regionais, o aproveitamento de potencialidades e vocações locais e o aumento da competitividade empresarial (IPARDES, 2005a).

Segundo IparDES (2005a), para atender a esses objetivos, foram definidos “critérios para pré-selecionar as aglomerações mais relevantes dentre

as 114 identificadas, e que apresentam maiores chances de se constituírem em APLs”. O resultado foi a pré- seleção de 25 possíveis APLs. Esses foram mapeados para, na próxima etapa, ser feita uma visita preliminar, sendo 8 NDSR, 5 VDL, 7 VA e 5 E (figura1).



**Figura 1:**Paraná - Distribuição espacial das aglomerações visitadas pelo IPARDES para validação dos APLs do Paraná.

**Fonte:** IPARDES (2005a, p. 26).

Na segunda etapa, de “*Pré Seleção das Aglomerações Produtivas e Mapeamento dos Ativos Institucionais e das Ocupações de Perfil Técnico Científico*”, realizou-se a pré-seleção de 25 potenciais APLs, além de contemplar a distribuição da mão-de-obra formal qualificada no Estado a partir das ocupações de perfil técnico-científicas.

Na terceira etapa, intitulada “*Caracterização Estrutural Preliminar dos APLs Pré - Selecionados e Nota Metodológica Para Estudo de Caso*”, o objetivo foi:

[...] realizar a caracterização estrutural preliminar dos 25 APLs pré-selecionados, foram realizadas visitas junto a algumas instituições locais de apoio aos empresários, a exemplo do Sebrae, Senai, Fiep, sindicatos e universidades, e também a empresas, para conhecer o processo produtivo e estabelecer um primeiro contato com os

empresários, em todas as aglomerações produtivas selecionadas (IPARDES, 2005c, p. 2)

A partir desse objetivo, das 25 aglomerações produtivas pré-selecionadas nas etapas 1 e 2 do projeto, 21 foram visitadas. O Ipardes (2005c) justifica que quatro dessas aglomerações não foram visitadas por já serem reconhecidas pela Rede APL Paraná através de outros estudos desenvolvidos, sendo elas: móveis de Arapongas, bonés de Apucarana, confecções de Cianorte e madeira e esquadrias de União da Vitória.

As 21 aglomerações selecionadas foram visitadas entre os meses de maio e agosto de 2005 pelas equipes técnicas da SEPL e Ipardes. Ao todo foram visitadas 131 empresas distribuídas em 35 municípios do estado (IPARDES, 2005c).

O resultado final do projeto de caracterização dos APLs validou 22 aglomerações<sup>16</sup> distribuídas por várias regiões do Paraná. A relação dessas aglomerações classificadas como APLs podem ser observadas no quadro 1:

<b>APL</b>	<b>MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA</b>
Aparelhos, Instrumentos e Equipamentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares da RMC	Curitiba, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais
Cal e Calcário da RMC Norte	Colombo, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Tunas, Bocaiúva do Sul, Adrianópolis e Almirante Tamandaré
Bonés de Apucarana	Apucarana
Confecção Moda Bebê de Terra Roxa	Terra Roxa
Confecções de Cianorte	Cianorte, Terra Boa, Jussara, Tapejara, Tuneiras do Oeste, São Tomé, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, Nova Olímpia, São Manoel do Paraná e Tapira
Confecções de Maringá	Maringá

<sup>16</sup> As demais aglomerações pré-selecionadas não foram validadas como APLs por não atenderem no presente momento, às características básicas de APLs. Ver características em IPARDES, 2005c, p. 6.

Confecções do Sudoeste	Ampére, Capanema, Chopinzinho, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antônio do Sudoeste
Equipamentos e Implementos Agrícolas de Cascavel e Toledo	Cascavel, Toledo e Palotina
Instrumentos Médico-Odontológicos de Campo Mourão	Campo Mourão e Peabiru
Louças e Porcelanas de Campo Largo	Campo Largo
Madeira e Esquadrias de União da Vitória	União da Vitória, Bituruna, Cruz Machado, Porto Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin e Mallet
Malhas de Imbituva	Imbituva
Mandioca e Fécula de Paranavaí	Paranavaí e Amaporã
<b>Metais Sanitários de Loanda</b>	<b>Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel Ivaí e São Pedro do Paraná</b>
Móveis de Arapongas	Arapongas, Rolândia, Cambé, Sabaudia e Apucarana
Móveis do Sudoeste	Francisco Beltrão, Ampére e Verê
Móveis e Madeira de Rio Negro	Rio Negro e Mandirituba
Móveis de Metal e Sistemas de Armazenagem e Logística de Ponta Grossa	Ponta Grossa
<i>Software</i> de Curitiba	Curitiba
<i>Software</i> de Londrina	Londrina
<i>Software</i> de Maringá	Maringá
<i>Software</i> de Pato Branco e Dois Vizinhos	Pato Branco e Dois Vizinhos

**Quadro 1:** Relação dos APLs Validados pelo IPARDES.

**Fonte:** IPARDES (2005c, p. 80) Grifo nosso.



No que se refere à tipologia, das 22 aglomerações caracterizadas como APLs, seis foram caracterizadas como Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional (NDSR), quatro como Vetor de Desenvolvimento Local (VDL), seis como Vetor Avançado (VA) e seis como Embrião (E). A relação completa é apresentada no quadro 2.

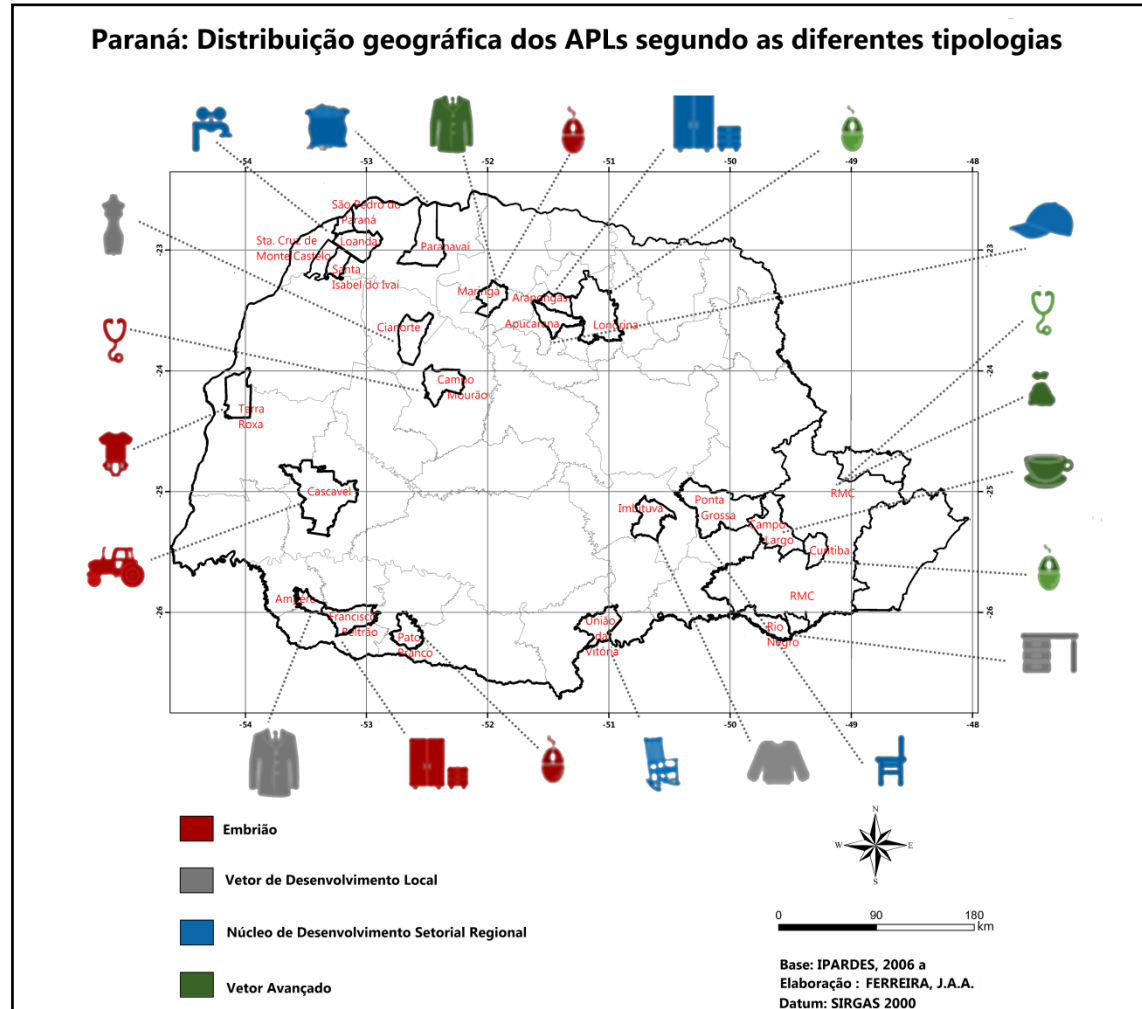
TIPOLOGIA	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
<b>NDSR (6)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confeções – bonés – Apucarana;</li> <li>- Madeiras e esquadrias – União da Vitória;</li> <li>- Mandioca e fécula – Paranavaí;</li> <li>- <b>Metais Sanitários – Loanda;</b></li> <li>- Móveis – Arapongas;</li> <li>- Móveis de Metal e Sistemas de Armazenagem e Logística – Ponta Grossa;</li> </ul>
<b>VDL (4)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confeção – Cianorte;</li> <li>- Confeção do Sudoeste – Ampére, Capanema, Chopinzinho, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antonio do Sudoeste;</li> <li>- Malhas – Imbituva;</li> <li>- Móveis e Madeira – Rio Negro;</li> </ul>
<b>VA (6)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aparelhos, Equipamentos e Instrumentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares – RMC;</li> <li>- Cal e Calcário – RMC;</li> <li>- Confeção – Maringá;</li> <li>- Louças e Porcelanas – Campo Largo;</li> <li>- Software de Curitiba - Curitiba;</li> <li>- Software de Londrina – Londrina;</li> </ul>
<b>E (6)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confeção Moda Bebê – Terra Roxa;</li> <li>- Equipamentos e Implementos Agrícolas – Cascavel/Toledo;</li> <li>- Instrumentos Médicos e Odontológicos – Campo Mourão;</li> <li>- Móveis do Sudoeste – Francisco Beltrão, Ampére e Verê;</li> <li>- Software – Maringá;</li> <li>- Software – Pato Branco e Dois Vizinhos;</li> </ul>

**Quadro 2:** Relação dos APLs Mapeados no Estado do Paraná segundo as diferentes tipologias.

**Fonte:** IPARDES (2006b, p. 13).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

A distribuição geográfica dessas aglomerações industriais, bem como a tipologia de cada uma delas pode ser observada no mapa 1:



**Mapa 1:** Paraná - Distribuição geográfica dos APLs segundo as diferentes tipologias.  
**Fonte:** IPARDES (2006b, p. 14).

Como as informações sobre os APLs datam de estudos realizados pelo IparDES em 2005, com base em informações referentes ao ano de 2003, e “como o Estado vem experimentando a expansão e a diversificação de sua estrutura industrial, a Rede APL Paraná demandou ao IparDES a atualização do estudo e do mapeamento” (IPARDES, 2009). Assim o IparDES realizou um novo estudo, com a mesma metodologia utilizada anteriormente, mas agora com a base de dados de 2008.

Com os dados desse novo estudo foi possível verificar que todas as 22 aglomerações selecionadas e validadas como APLs, no estudo do IPARDES e SEPL de 2005, continuam presentes no atual mapeamento, ou seja, houve permanência dos 22 arranjos identificados no estudo anterior (IPARDES, 2009).

Para sintetizarmos, ressaltamos que até aqui foi abordado os principais resultados das três<sup>17</sup> primeiras etapas do Projeto Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná. A próxima etapa do trabalho realizado pelo IparDES consistiu-se em um estudo de caso dos APLs validados.

Dentre esses estudos de caso temos o documento “Arranjo Produtivo Local de Loanda e Região – estudo de caso”, elaborado em 2006 pelo IparDES. Este arranjo está localizado na microrregião geográfica (MRG) de Paranavaí e, segundo os estudos do IPARDES (2005b), foi caracterizado como um Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional de acordo com a tipologia adotada, devido à elevada importância para a economia local (IPARDES, 2006a).

Ainda no que se refere aos APLs no Paraná é importante destacar que com a criação e a estruturação da Rede APL Paraná, tem-se direcionado esforços relativos às políticas públicas de apoio aos APLs.

Essa rede é coordenada pela SEPL, Fiep e Sebrae - PR e tem como objetivo articular o alinhamento e a interação de diversas instituições para que, em força conjunta, possam captar recursos, buscar soluções de entraves, concepção, estruturação e implementação de planos, projetos e pesquisas de

---

<sup>17</sup> As outras duas etapas são: Estudo de Caso (caracterização estrutural geral dos APLs validados); e Proposição de diretrizes de políticas públicas de apoio aos APLs estudados. (IPARDES, 2006a, p.1)

desenvolvimento empresarial e territorial, de forma a estabelecer uma delimitação geográfica para trabalhar determinado produto ou atividade econômica (IPARDES, 2006b).

Tendo papel de coordenação da Rede APL, a SEPL, a Fiep e o Sebrae tem realizado diferentes ações para promover o desenvolvimento dos 22 arranjos apoiados no Paraná. Vale destacar que estes são os que foram incluídos nas políticas públicas estaduais. Sendo assim, destacamos as principais ações desenvolvidas pela coordenação da Rede APL através da atuação destas instituições.

Sobre coordenação da SEPL podem ser destacadas algumas iniciativas de apoio aos APLs, como o Projeto de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Paraná - PROAPL, cuja finalidade era o aumento da competitividade dos APLs paranaenses; o Programa Comércio Exterior e Acessos a Mercados, que tem como finalidade a inserção dos produtos dos APLs, principalmente no Mercosul, com apoio a missões internacionais de negócios e à exportação; Programa de microcrédito, com a finalidade de fomentar pequenos empreendedores dos APLs.

Através da coordenação da SEPL, o governo do estado implementou ações que visavam a competitividade das empresas como também a busca por novos mercados, estas ações foram desenvolvidas com o apoio de outras entidades que fazem parte da Rede APL (SCATOLIN *et al.*, 2010).

O Sebrae -PR tem se voltado para o desenvolvimento dos APLs, atuando no fortalecimento da governança<sup>18</sup> local e da cooperação entre as empresas, desenvolvendo projetos de inovação e qualificação de mão-de-obra. Dentre as principais ações desenvolvidas junto aos APLs estão: a promoção da marca “*Moda Paraná*” em âmbito nacional e na América do Sul; a gestão profissional e efetivação da governança; e o desenvolvimento da cultura empresarial e cooperação entre as empresas.

---

<sup>18</sup> Suzigan et al. (2007, p. 425) entende a **governança** em arranjos ou sistemas produtivos locais, como “a capacidade de comando ou coordenação que certos agentes (empresas, instituições, ou mesmo um agente coordenador) exercem sobre as inter-relações produtivas, comerciais, tecnológicas e outras, influenciando decisivamente o desenvolvimento do sistema ou arranjo local”. No mesmo sentido, para Cassiolato e Szapiro (2003, p. 6) o conceito de governança “parte da idéia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores - Estado, em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais etc. — nos processos de decisão locais”.

Segundo Scatolin *et al.*(2010),as ações da Fiep estiveram mais próximas dos trabalhos desenvolvidos pelo Sebrae, onde, em um primeiro momento, voltou-se para o fortalecimento da governança local e, posteriormente, em torno da capacitação da mão-de-obra, meio ambiente, desenvolvimento tecnológico, marketing, governança e parceria com instituições de ensino e pesquisa.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Sistema Fiep nos APLs podemos verificar, no de Metais Sanitários, a formação de novas lideranças, pois na constituição do APL a ausência de lideranças empresariais locais limitou a capacidade de governança. Essa carência de lideranças empresariais deve-se as características econômicas do local, que até então eram associadas ao rural e agrícola.

Ainda sob governança do Sistema Fiep, em outros APLs do estado foram verificadas ações de modelo de governança e projeto de Lei 2.728/2007 que institui o uso do boné no uniforme escolar da rede pública (APL de Bonés); e instalação de laboratório de alimentos e obtenção de trator agrícola para a extração da mandioca em cooperação com APL de Equipamentos e Implementos Agrícolas de Cascavel e Toledo (APL de Mandioca e Fécula de Paranavaí).

Scatolin *et al.*(2010, p. 132 e 133), analisando as políticas para arranjos produtivos locais no Paraná, divide o papel das instituições governamentais e organizações empresariais no apoio a estes APLs em três etapas: “a primeira diz respeito à difusão do conceito de APL no interior do ambiente empresarial”; a “segunda etapa esteve marcada pela formação de uma rede heterogênea de instituições e organizações em torno da estratégia de conhecer e estimular os APLs existentes”, nesta etapa foi mapeado os APLs e foi criada a Rede APL; a terceira etapa corresponde à implementação de políticas de acordo com a especificidade de cada setor.

Portanto, pelo que foi abordado aqui, a partir da década de 1990, observam-se muitas iniciativas no que se refere a políticas públicas (federais e estaduais) que buscam apoiar as aglomerações produtivas. Essas iniciativas são sustentadas por uma visão de que os APLs podem fortalecer o sistema sócio-produtivo local e regional.

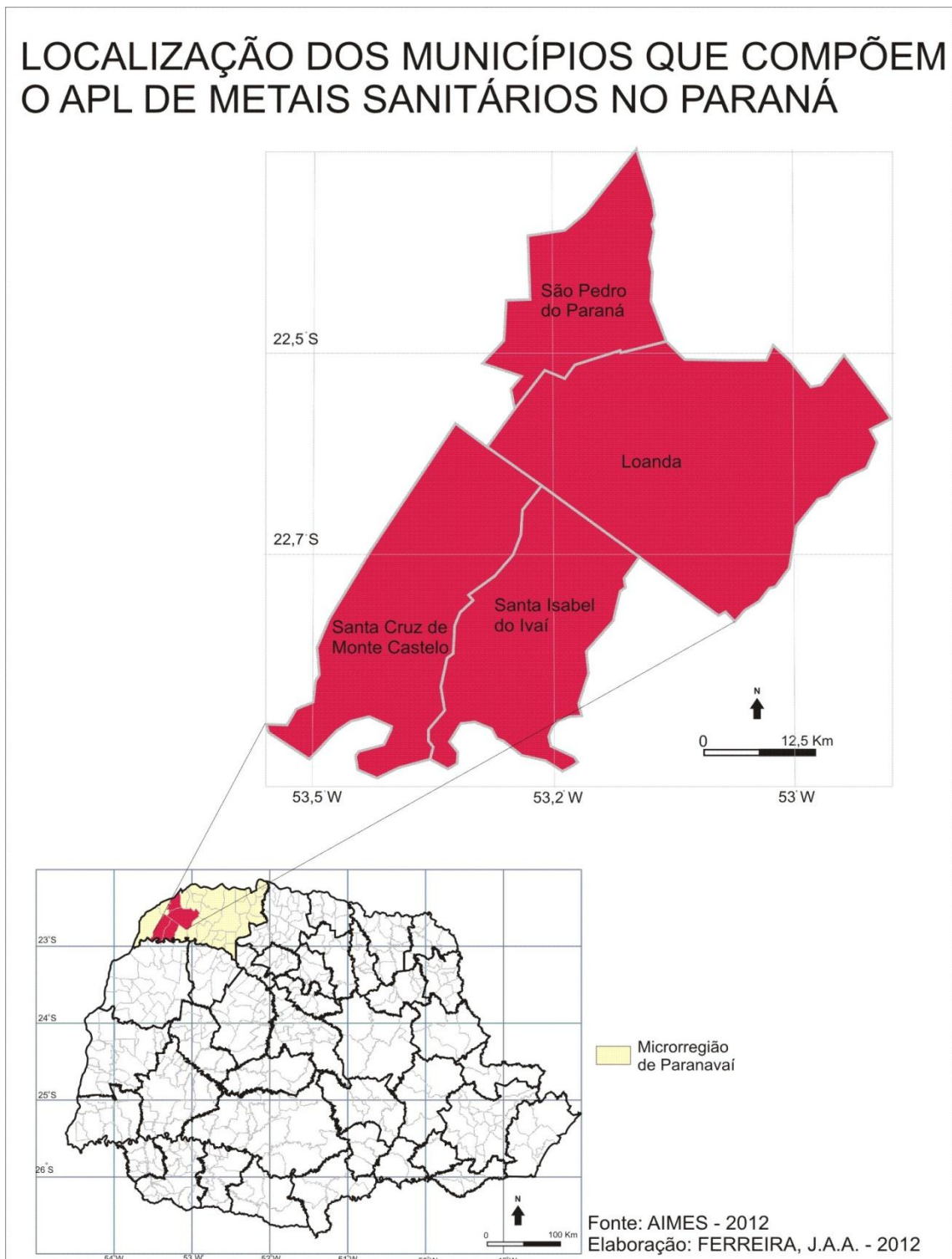
### **2.3. A região Noroeste do Paraná e a constituição do Arranjo Produtivo de Metais Sanitários**

A mesorregião Noroeste do Paraná é composta pelas microrregiões de Paranavaí, de Umuarama e de Cianorte. Este trabalho tem como recorte espacial o APL de Metais Sanitários localizado nesta região, mais especificamente na microrregião geográfica (MRG) de Paranavaí<sup>19</sup>.

O APL de Metais Sanitários reúne empresas situadas nos municípios de Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e São Pedro do Paraná (mapa 2).

---

<sup>19</sup>A MRG de Paranavaí é composta por 29 municípios: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Panapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica.



**Mapa 2:** Localização dos municípios que compõem o APL de Metais Sanitários no Paraná.

**Fonte:** AIMES (2012).

Os municípios que compõem o APL foram criados no início dos anos de 1950, no contexto das últimas frentes de expansão da cafeicultura no Paraná. Estes municípios presenciaram, até a década de 1970, o auge da produção cafeeira. Entretanto, com a geada forte de 1975, que destruiu boa parte das

lavouras, houve gradativamente uma substituição da cafeicultura pela agropecuária (destacando-se a criação de gado de corte). Esta situação levou a intensas transformações na dinâmica populacional e, conseqüentemente, econômica e social da região, com destaque para a perda da população absoluta e uma drástica redução da população rural.

Com relação ao aumento da população urbana, podemos verificar que um fator que contribuiu para num primeiro momento o aumento e, em segundo momento uma redução da população urbana, sobretudo de Loanda, foi a construção da Usina Hidrelétrica de Rosana, no estado de São Paulo. Em julho de 1980 inicia-se a construção da Usina, com isso houve um aumento da população do município de Loanda, devido aos migrantes oriundos do Norte do Paraná e do interior de São Paulo que foram atraídos pela geração de emprego na obra (FRESCA, 2009).

Com o término da construção dessa usina, no final dos anos de 1980, “essa parcela da população migrante deslocou-se de Loanda, em grande parte para o atual município de Rosana-SP, tendo esse processo arrefecido maior redução da população total municipal” (FRESCA, 2009, p. 54). Os dados do IBGE confirmam o fato, quando no censo de 1980 a população absoluta de Loanda era de 19.457 habitantes e no censo de 1991 a população foi reduzida para 17.756 habitantes. A mesma redução foi verificada nos demais municípios que compõem o arranjo produtivo.

Em meio a mudanças como a expansão da urbanização do noroeste paranaense, decorrente da crise cafeeira e o início de serviços públicos de saneamento básico, um empresário paulista, chamado Salvador Duarte Casado, percebeu uma nova oportunidade de mercado na produção de torneiras para atender a demanda emergente da região (IPARDES, 2006a).

A primeira empresa do segmento, a Metais Imperatriz, foi fundada, então, no município de Loanda em 1980, pelo senhor Salvador. O empresário nasceu em Marília, no estado de São Paulo, e morou em Dracena, também em São Paulo, de onde saiu com destino a Loanda.

No início da vida nesta cidade trabalhou em outras atividades como materiais elétricos e na agricultura, até iniciar o trabalho na fabricação de bóias e bombas para caixas d'água. A partir dessa atividade, o senhor Salvador passou a investir na construção de torneiras. O pouco conhecimento na área,



no entanto, fez com que o mesmo procurasse qualificação em São Paulo, onde observou os trabalhos de metalurgia e aprendeu os primeiros passos para a fabricação de torneiras.

Quando começou a fabricação das primeiras torneiras, o senhor Salvador já havia constituído a Metais Imperatriz, com capital próprio e com a ajuda da prefeitura de Loanda na concessão do terreno, que posteriormente foi comprado pelos atuais proprietários.

Segundo Salvador, as principais dificuldades encontradas no início das atividades na empresa Imperatriz foram com relação à mão-de-obra qualificada e ao capital para investimento. Perguntado sobre as dificuldades encontradas ele nos respondeu:

Olha primeiro, uma mão de obra qualificada não tinha, você tinha que ensinar mesmo, o povo nunca tinha visto também, no começo não foi fácil. Eu ensinava dois naquele mês, já no outro ensinava três e fui vendendo aos poucos a torneira, não vendia muito, por isso que não fabricava muita torneira. Eu tinha que ensinar um por um (Salvador Duarte Casado – pioneiro na fabricação de torneiras em Loanda, entrevista 11/06/2012).

Para superar as dificuldades, referentes à mão de obra, ele treinava seus funcionários na própria empresa e, em meio às dificuldades financeiras, ele foi convidado a trabalhar em Londrina:

Quando eu estava numa dificuldade de dinheiro, eu não tinha crédito não tinha nada. Ai apareceu uma proposta de Londrina, veio um senhor e queria me levar de todo jeito, viu o produto e, eu disse que ia dar a resposta. Ai o pessoal ficou sabendo sabe, ficou sabendo que eu ia embora, ai todo mundo não queria deixar de jeito nenhum. Ai João Leite Alvinho e o Ananias fizeram uma reunião na prefeitura lá, e arrumou a quantia em dinheiro, eu não lembro mais, sabe por quê? Era antes do real, era um tipo de coisa, sei lá quanto que era, eu sei que era um dinheiro bom, que dava para abrir a fábrica com um maquinário bom (Salvador Duarte Casado – pioneiro na fabricação de torneiras em Loanda, entrevista 11/06/2012).

Verifica-se que ao saberem da possível saída do senhor Salvador de Loanda, Ananias e João Leite Alvinho (que eram comerciantes de Loanda), organizaram uma reunião na Prefeitura Municipal com o objetivo de criar uma solução para mantê-lo em Loanda e, conseqüentemente, continuar as atividades de fabricação de torneiras.

O resultado dessa reunião foi à venda de cotas (60) da empresa, o que contribuiu para que a Imperatriz continuasse seus trabalhos. Posteriormente ficaram apenas Salvador e Jair Longhi como proprietários da Imperatriz. Com interesse de criar outra empresa de metais sanitários, Salvador vende sua parte da empresa pioneira para o senhor Roberto Villar e, com o capital, abre a empresa Delta Metais que, mais tarde, foi vendida para o senhor Joel Torres, proprietário da até então prestadora de serviços da Delta, a Real Metais.

Essa trajetória também foi descrita por Fresca (2009, p. 54), onde segundo a autora:

No final dos anos de 1980 mediante desentendimentos entre os três sócios da Imperatriz Metais, Salvador Casado decide montar outra indústria denominada Delta Metais com recursos oriundos da venda de sua parte na indústria pioneira. Essa indústria por sua vez foi adquirida pela Real Metais em 2004 - fundada em 1988 como prestadora de serviços para Delta Metais, produzindo e comercializando registros de gaveta. Criada com recursos oriundos da venda de uma empresa de transporte composta por 06 carretas, o capital foi todo revertido para a instalação da Real Metais.

Assim, a partir da criação da empresa Metais Imperatriz foi consolidado o embrião de uma atividade que, nos anos subsequentes, constituiu importante alternativa urbana de emprego e renda para um local até então dependente exclusivamente da agropecuária (IPARDES, 2006a).

O surgimento de novas empresas desse segmento econômico ocorreu em função do que Fresca (2009) denomina de *contato próximo*, ou seja, a partir do sucesso de uma empresa, outras pessoas passam a implantar empresas do mesmo ramo.

Atualmente as empresas do APL estão representadas pela Associação das Indústrias de Metais Sanitários - Agência de Desenvolvimento Regional (AIMES-ADR), localizada em Loanda. Fazem parte da associação 46 empresas, Loanda (35), Santa Cruz de Monte Castelo (02), Santa Isabel do Ivaí (07) e São Pedro do Paraná (02). As características socioeconômicas destes municípios serão abordadas no próximo item.

#### **2.4. Perfil dos municípios do APL de Metais Sanitários**

Os municípios do APL de Metais Sanitários reúnem uma população de 40.544 habitantes (IBGE, 2010). Estes municípios, devido aos fatores já citados anteriormente e assim como os demais pequenos municípios paranaenses, vêm perdendo população nos últimos anos.

Como pode ser observado na tabela 1 houve um decréscimo da população total entre 1970 e 2010, onde o último censo (2010) registrou uma população total menor que aquela presente em 1970, nos municípios de Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e São Pedro do Paraná. Com exceção de Loanda, que registrava em 1970 (19.280 habitantes) e em 2010 (21.201 habitantes), tendo, no entanto, perdido e recuperado a população ao longo dos anos.

**Tabela 1:** APL de Metais Sanitários - Dados populacionais dos municípios constituintes (1970 a 2010)

MUNICÍPIO	1970			1980			1991			2000			2010		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Loanda	19.280	10.816	8.464	19.457	6.895	12.562	17.756	3.451	14.305	19.533	2.600	16.933	21.201	1.927	19.274
Santa Cruz de Monte Castelo	13.180	10.008	3.172	10.005	5.151	4.854	10.213	3.958	6.255	8.524	2.930	5.594	8.092	2.339	5.753
Santa Isabel do Ivaí	21.191	15.611	5.580	20.245	11.342	8.903	12.846	5.823	7.023	9.147	2.383	6.764	8.760	1.698	7.062
São Pedro do Paraná	6.379	5.619	760	4.802	3.539	1.263	3.248	1.874	1.374	2.732	1.242	1.490	2.491	860	1.631
<b>TOTAL NO APL</b>	<b>60.030</b>	<b>42.054</b>	<b>17.976</b>	<b>54.509</b>	<b>26.927</b>	<b>27.582</b>	<b>44.063</b>	<b>15.106</b>	<b>28.957</b>	<b>39.936</b>	<b>9.155</b>	<b>30.781</b>	<b>40.544</b>	<b>6.824</b>	<b>33.720</b>

Fonte: IBGE, 2012.

Org.: FERREIRA, Joyce Allane A.

Verifica-se, também, que após os anos de 1970, devido ao crescente êxodo rural, houve um aumento da população urbana, que atingiu, em 2010, em Loanda 90% da população total, em Santa Cruz de Monte Castelo 70%, em Santa Isabel do Ivaí 80% e em São Pedro do Paraná 65%.

Se até os anos de 1970 os municípios do APL dependiam exclusivamente da agricultura e, posteriormente teve destaque à produção agropecuária, atualmente verifica-se um crescimento do segundo setor, mais especificamente a indústria de transformação com a produção de metais sanitários.

Nesse sentido, a partir dos anos de 1990, os municípios do arranjo passaram a vivenciar uma nova fase econômica com o crescimento da indústria de metais sanitários. Esse fato pode ser mais bem observado no município de Loanda, pois este possui maior número de empresas em relação aos demais.

Dos municípios do arranjo, Loanda é o único que apresentou crescimento populacional a partir dos anos 2000, registrando no censo de 2000 19.533 habitantes e, em 2010, 21.201 habitantes. Este crescimento deve-se, sobretudo, ao aumento da oferta de emprego gerada pelas empresas de metais sanitários.

O município de Loanda, além das atividades nas indústrias de metais sanitários, depende das atividades da agropecuária e do comércio, apresentando uma dinâmica diferente dos outros municípios do arranjo. Ele foi criado em novembro de 1955 a partir desmembramento das terras que pertenciam à colônia de Paranavaí. Possui uma área territorial de 719, 860 Km<sup>2</sup> e está a 576 quilômetros distante de Curitiba (IPARDES, 2011a). Tem como prefeito Flávio Aramis Accorsi, do Partido Popular Socialista (PPS).

Após fundarem a cidade de Dracena – SP, a empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda, dirigida por Írio Spinardi, iniciou os trabalhos de fundação da cidade de Loanda, em 1952 (FERREIRA, 1999). Nesse mesmo ano deram início ao trabalho de derrubada e queima das matas e logo após iniciou-se o traçado da cidade (IBGE, 1959).

A empresa imobiliária não encontrou dificuldades na venda dos lotes, pois, pessoas de diversas localidades do país começaram a se fixar no local. A

população cresceu do “dia para a noite”, e com a chegada do café, a cidade passou a ser um importante centro populacional (IBGE, 1959).

Os nomes dos municípios do noroeste paranaense foram escolhidos pelas companhias que os colonizaram, exceto Loanda que, segundo Haracenko (2007), “a Companhia Colonizadora Norte do Paraná resolveu escolher o nome da cidade de uma forma ‘democrática’”, já que resultou de um concurso realizado entre os primeiros moradores e membros da Companhia Imobiliária fundadora. Desse concurso destacou-se o nome *Loanda*, escolhido em homenagem a cidade africana Luanda, capital de Angola, escolhido pelo senhor Lino Spinardi, residente em Tupã, Estado de São Paulo (IBGE, 1959).

Em 15 de agosto de 1953, pela Lei nº 47, foi criado o distrito administrativo e pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, Loanda foi elevada a categoria de município.

Até 1950, as terras em que se localiza o município de **Santa Cruz de Monte Castelo** pertenciam ao governo do Estado. Posteriormente foram requeridas por Orlando Leite, Ernesto Brito Cavalcanti, Manoel Boaventura e outros que passaram a ser proprietários de extensas áreas de terra na região. Em 1951, esses senhores venderam essas terras para Julio Mariucci, Antônio Cantizzani e Amador Coelho Aguiar que formaram uma empresa imobiliária que passou a funcionar sobre a denominação de Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz.

Logo após a Companhia começou a demarcar e dividir as terras em datas, sítios, chácaras e fazendas, seguindo um plano preestabelecido. Em dezembro de 1951 chegou ao patrimônio algumas famílias que construíram as primeiras casas de madeira. A partir daí um grande número novos compradores de terras foram residir na localidade e rapidamente constituíram o núcleo urbano da cidade de Santa Cruz de Monte Castelo (IBGE, 1959).

A Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz, após a desistência de alguns sócios e a entrada de outros, teve alteração na sua constituição jurídica, passando a ser denominada de Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRINCO). Em virtude dessa mudança houve melhorias nos trabalhos de urbanização e nas questões políticas, onde:

Pela Lei estadual nº 13, de 5 de agosto de 1953, o patrimônio de Santa Cruz de Monte Castelo, que tirou o seu nome da primeira Companhia Imobiliária a operar na localidade e Monte Castelo, em homenagem aos pracinhas brasileiros que lutaram na Itália durante a última conflagração mundial, foi elevada à categoria de distrito administrativo, integrando o quadro administrativo do município de Paranaíba. Em virtude da Lei estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954 (apenas um ano depois), Santa Cruz de Monte Castelo atingiu a categoria de município com território desmembrado de Paranaíba. A instalação oficial se deu em 30 de novembro de 1955, após a realização para Prefeito e membros do Legislativo Municipal, no dia 3 de outubro do mesmo ano (IBGE, 1959, p. 451 e 452).

No dia 6 de outubro de 1955 foram inaugurados o grupo escolar e o Hospital Monte Castelo.

Quanto à localização, o município limita-se a norte com os municípios de Loanda e Porto Rico, a oeste com Querência do Norte, a Leste com Santa Isabel do Ivaí e a Sul com Icaraíma e Douradina. Possui dois distritos administrativos de Santa Esmeralda e Ivaína. O município, juntamente com seus distritos, pertence à comarca de Loanda. A área territorial é de 443,060 Km<sup>2</sup> e está 594,30 quilômetros de Curitiba (IPARDES, 2011b). Tem como prefeito José Maria Fernandes, do Partido da República (PR).

A primeira comunidade fundada no vale do Ivaí foi Paranaíba, que logo se desmembrou em novos municípios, dentre eles, também, **Santa Isabel do Ivaí**. O município, também criado no ano de 1955, tem uma área territorial de 348, 098 Km<sup>2</sup> e possui dois distritos administrativos (IPARDES, 2011c). Tem como prefeito Roberto Aparecido Miranda Campos Vaz, do Partido da Mobilização Nacional (PMN).

A colonização do território do atual município de Santa Isabel do Ivaí remonta aos anos de 1940, sendo que:

Entre 1948 e 1950, um grupo de arrojados desbravadores do noroeste paranaense, entusiasmado com a surpreendente movimentação demográfica provocada com a fundação de Paranaíba, resolveu constituir uma companhia territorial com a finalidade de lotear e povoar a Gleba 19, da mencionada Colônia. Essa empresa recebeu a denominação de Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí, funcionando sob a direção de Tarquínio Marques Ferreira, Gustavo Brigadão, Pascoal Pucci, Dalmiro O. Carneiro e outros (IBGE, 1959, p. 455).

Em conformidade com a orientação de um plano técnico, o loteamento e as vendas foram sendo feitas, e nesse ritmo houve o crescimento da

população. Segundo o IBGE (1959), no ano de 1952 Santa Isabel do Ivaí já possuía 3.000 habitantes.

Em 5 de agosto de 1953, pela Lei municipal nº 13, o patrimônio foi elevado a categoria de distrito administrativo de Paranaíba. E pela Lei estadual nº 253 de 26 de novembro de 1954, o distrito de Santa Isabel do Ivaí foi elevado à categoria de município, desmembrando do de Paranaíba (IBGE, 1959).

O município de **São Pedro do Paraná** foi criado mais recentemente (1964), sendo ele o menor dos quatro do APL em área territorial (266, 130 Km<sup>2</sup>) e em população (IPARDES, 2011d). Pertence a comarca de Loanda e seu representante político é Ivanildo Passareli, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Quanto à localização, o município limita-se com Loanda, Marilena, Porto Rico e Taquarussu município do estado de Mato Grosso do Sul.

As primeiras ocupações da localidade de São Pedro do Paraná ocorreram em 1951, quando uma leva de migrantes de São Paulo e outras regiões do Paraná à procura de terras para o plantio de café se instalaram nessa localidade (HARACENKO, 2007). Com isso houve o crescimento da população. Conforme Ferreira (1999):

O crescimento da incipiente povoação logo atraiu a atenção de muita gente, esse fato possibilitou que já em 21 de novembro de 1962, ligado ao município de Loanda, fosse criado o Distrito Judiciário pela Lei Estadual nº 49, com a denominação de São Pedro. A denominação São Pedro do Paraná veio através da Lei Estadual nº 4.788, de 29 de novembro de 1963, quando foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Loanda e Porto Rico. É denominação de origem religiosa e geográfica, em referência ao santo padroeiro do município e ao Estado da federação em que está localizado. A instalação oficial deu-se em 14 de dezembro de 1964, sendo primeiro prefeito municipal o Sr. José Marques de Macedo (FERREIRA, 1999, p. 465).

Portanto, a povoação que originou o atual município e seus desbravadores eram grandes devotos de São Pedro, daí a origem do nome do município.

Em relação às atividades econômicas desenvolvidas nos municípios, destaca-se a agropecuária, o comércio e a indústria, esta última é mais acentuada em Loanda pela presença dos metais sanitários. A tabela 2 permite



compreender a dinâmica da atividade do setor de metais sanitários nos municípios do APL.

**Tabela 2:** Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas nos municípios do APL de Metais Sanitários

ATIVIDADES ECONÔMICAS	MUNICÍPIOS							
	Loanda		Santa Cruz de Monte Castelo		Santa Isabel do Ivaí		São Pedro do Paraná	
	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos
Administração pública, defesa e seguridade social	4	586	2	318	4	286	3	175
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	145	226	77	158	92	169	44	83
Comércio atacadista	22	80	3	13	7	22	0	0
Comércio varejista	256	832	60	188	65	154	9	23
Construção Civil	33	32	6	1	40	16	1	1
Educação	12	220	3	6	2	5	*	*
<b>Indústria de transformação</b> (compreendendo as classes 2913 e 2899) <sup>20</sup>	45	897	3	66	7	125	2	105
<b>TOTAL</b>	<b>517</b>	<b>2.873</b>	<b>154</b>	<b>750</b>	<b>217</b>	<b>777</b>	<b>59</b>	<b>387</b>

**Fonte:** BRASIL– RAIS (2011).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

(\*) Dados não disponíveis para consulta no MTE.

<sup>20</sup>A produção de metais sanitários enquadra-se na seção da “Indústria de transformação” nestas duas classes de atividades econômicas **Classe 2913** – Fabricação de válvulas, torneiras e registros; e **Classe 2899** – Fabricação de outros produtos elaborados de metal.

A partir da observação dos dados da tabela 2, verifica-se em Loanda, com relação ao número de estabelecimentos, que o comércio varejista é uma atividade expressiva em termos regionais, com 256 estabelecimentos, seguido pela agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (145) e a indústria de transformação<sup>21</sup> - metais sanitários (45). Quanto à oferta de emprego a indústria de transformação tem 897 pessoas empregadas, seguida do comércio varejista (832), administração pública, defesa e seguridade social<sup>22</sup> (586), agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (226) e Educação<sup>23</sup> (220).

Em Santa Cruz de Monte Castelo é a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal que tem o maior número de estabelecimentos (77), seguidas do comércio varejista (60), construção civil (6), indústria de transformação - metais sanitários (3) e educação (3). A administração pública, defesa e seguridade social tem a maior oferta de emprego (318), seguida do comércio varejista (188), agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (158) e a indústria de transformação – metais sanitários (66).

Santa Isabel do Ivaí, assim como Santa Cruz de Monte Castelo tem o maior número de estabelecimentos na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (92), seguida do comércio varejista (65), construção civil (40) e indústria de transformação – metais sanitários (7). São 286 empregos na administração pública, 169 na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, 154 no comércio varejista e 125 na indústria de transformação - metais sanitários.

No município de São Pedro do Paraná, o menor dos quatro do arranjo, o número de estabelecimentos é maior na agricultura, pecuária, silvicultura e

---

<sup>21</sup> Compreende as classes CNAE 2899 e 2913 que são relacionadas ao setor de metais sanitários. Dessa forma não engloba toda a seção da Indústria de Transformação que tem outras subdivisões, pois o objetivo era destacar os metais sanitários.

<sup>22</sup>Compreendendo a administração geral (o executivo, o legislativo, a administração tributária, etc., nas três esferas de governo) e a regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país (grupo 84.1); as atividades de defesa, justiça, relações exteriores, etc. (grupo 84.2); e a gestão do sistema de seguridade social obrigatória (grupo 84.3).

<sup>23</sup>Esta seção compreende as unidades que realizam atividades de ensino público e privado, em qualquer nível e para qualquer finalidade, na forma presencial ou à distância, por meio de rádio, televisão, por correspondência ou outro meio de comunicação. Inclui tanto a educação ministrada por diferentes instituições do sistema regular de educação, nos seus diferentes níveis, como o ensino profissional e a educação continuada (exemplos: cursos de idiomas, cursos de aprendizagem e treinamento gerencial e profissional).

exploração florestal (44), essa seção tem 83 empregos. Assim como em Santa Cruz de Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí é na administração pública que se encontra o maior número de empregos (175), seguido da indústria de transformação – metais sanitários com 105 empregos divididos em dois estabelecimentos.

Contudo, percebe-se que a indústria de transformação – metais sanitários contribui, significativamente, para o processo de geração de emprego em Loanda (897), sobretudo porque é neste município que está o maior número de estabelecimentos do setor. Nos demais municípios o maior número de pessoas empregadas está concentrado na administração pública, e na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal concentra-se o maior número de estabelecimentos.

Em Santa Cruz de Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e o comércio varejista aparecem a frente da indústria de transformação no que se refere à geração de emprego e número de estabelecimentos. Com exceção de Loanda, somente em São Pedro do Paraná a indústria de transformação gera mais empregos que a agricultura.

A indústria de transformação – metais sanitários, principalmente em Loanda, é uma importante atividade econômica, onde uma possível decadência do setor comprometeria a geração de empregos, assim como a circulação de mercadorias que, direta ou indiretamente, estão envolvidas com essa atividade.

### 3. AS RELAÇÕES DE PODER NOS MUNICÍPIOS DO APL DE METAIS SANITÁRIOS DO PARANÁ

Neste capítulo faremos a abordagem sobre a análise dos dados do trabalho de campo para verificarmos as possíveis relações de poder existentes nos municípios que compõem o arranjo produtivo local de Metais Sanitários.

Assim, inicialmente faremos uma discussão sobre o número de estabelecimentos, com base nos dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e das empresas vinculadas à Associação das Indústrias de Metais Sanitários (AIMES), com a finalidade de explicar o critério de seleção das empresas às quais foram aplicados os questionários.

Neste sentido, faremos uma breve abordagem sobre a constituição da Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região (AIMES), as atividades que ela desenvolve, seu papel frente ao APL de Metais Sanitários e sua relação com o poder público local. Na sequência faremos a análise dos questionários na tentativa de estabelecer relações de poder verificadas no âmbito da governança, das relações de trabalho (mãodeobra), comercialização de produtos importados e do poder público local.

#### 3.1. Número de empresas do APL de Metais Sanitários associadas à AIMES

Localizado na região Noroeste do Estado do Paraná, o APL de Metais Sanitários possui empresas nos municípios de Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e São Pedro do Paraná, conforme observado no mapa 2 (p.61).

A indústria de metais sanitários enquadra-se na classificação geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na seção “Indústria de Transformação”, e tem o núcleo da atividade composto por duas classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE-4 dígitos): a Classe 2913 – *Fabricação de válvulas, torneiras e registros*; e a Classe 2899 – *Fabricação de outros produtos elaborados de metal*<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup>A classe **2913** compreende: a fabricação de válvulas industriais (automáticas, de pressão, solenóide simples, borboleta, esferas e semelhantes); A fabricação de válvulas sanitárias,

A organização da produção industrial envolve as seguintes etapas produtivas: fundição; usinagem; afinação e polimento; galvanoplastia; e montagem e expedição. Algumas empresas, no entanto, têm por estratégia econômica a terceirização de parte destas etapas.

Conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE-RAIS, havia, em 2011, nos municípios do APL de Metais Sanitários, 57 estabelecimentos fabricantes de produtos vinculados ao segmento de metais sanitários. Destes, 7 na CNAE 2899 e 50 na CNAE 2913, conforme pode ser observado na tabela 3.

**Tabela 3:** APL de Metais Sanitários - Número de estabelecimentos e emprego (2011)

MUNICÍPIO	CNAE 2899		CNAE 2913		TOTAL NO MUNICÍPIO	
	Estab	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego
Loanda	3	23	42	874	<b>45</b>	<b>897</b>
Sta. Cruz de Monte Castelo	2	27	1	39	<b>3</b>	<b>66</b>
Sta. Isabel do Ivaí	2	10	5	115	<b>7</b>	<b>125</b>
São Pedro do Paraná	0	0	2	105	<b>2</b>	<b>105</b>
<b>TOTAL NO APL</b>	<b>7</b>	<b>60</b>	<b>50</b>	<b>1.128</b>	<b>57</b>	<b>1.193</b>

Fonte: BRASIL-RAIS (2011).

Org.: FERREIRA, Joyce Allane A.

De acordo com os dados da tabela 3, Loanda é o município que tem o maior número de estabelecimentos vinculados ao setor de metais sanitários, 45 no total, com 897 vínculos empregatícios. Em seguida está o município de Santa Isabel do Ivaí, com 7 estabelecimentos e 125 vínculos ativos. Em Santa Cruz de Monte Castelo são 3 estabelecimentos e 66 vínculos, e em São Pedro do Paraná 2 estabelecimentos e 105 empregos. No total, são 57 estabelecimentos e 1.193 empregos no arranjo.

---

*torneiras e registros*; A fabricação de peças e acessórios para válvulas, torneiras e registros; A instalação, reparação e manutenção de válvulas industriais. A classe **2899** compreende: a fabricação de artefatos de metal para escritório (escaninhos para cartões de ponto, grampos e cliques para papel, percevejos, etc.); A fabricação de hélices e âncoras para embarcações; A fabricação de placas metálicas indicadoras para qualquer fim; A fabricação de cofres, caixas de segurança, portas e compartimentos blindados; A fabricação de produtos metalúrgicos diversos não compreendidos em outras classes; A fabricação de ferragens eletrotécnicas para instalações de redes e subestações de energia elétrica e telecomunicações (cintas ou braçadeiras para postes, parafusos - francês e olhal - hastes de aterramento, mão-francesa, etc.); O serviço de embalagem industrial de produtos siderúrgicos.

É importante destacar que os números referentes ao emprego citados na tabela 3, referentes ao emprego, estão associados aos vínculos ativos formais informados pelas empresas na RAIS. No entanto, através de informações adquiridas na AIMES, o número de empregos diretos e indiretos pode chegar a 3.000.

Na CNAE 2913, que corresponde à fabricação de válvulas, torneiras e registros, encontram-se 50 estabelecimentos nos municípios do arranjo. De acordo com a tabela 4, no Paraná existem 64 estabelecimentos nesta classe, sendo que 78% destes encontram-se no APL de Metais Sanitários.

**Tabela 4:** São Paulo e Paraná - Número de estabelecimentos e empregos formais no seguimento de metais sanitários (2011)

UF	CNAE 2899		CNAE 2913		TOTAL	
	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego
São Paulo	2.516	60.990	232	11.259	2.748	72.249
Paraná	741	13.256	64	1.338	805	14.594

**Fonte:** BRASIL-RAIS (2011).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

Observa-se, a partir dos dados da tabela 4, que o maior número de estabelecimentos (2.748) e empregos (72.249), nestas duas classes, encontra-se no estado de São Paulo, ocupando a primeira colocação no setor de metais sanitários no Brasil, e o Paraná tendo a segunda aglomeração de empresas deste setor.

É importante lembrar que no Paraná o maior número de estabelecimentos, assim como de empregos, está na CNAE 2899, no entanto esta classe não envolve a produção de torneiras, mas sim outros produtos de metal, desde artefatos para escritório até a fabricação de cofres. Dessa forma, esta classe é pouco relevante no que se refere à fabricação, sobretudo de torneiras, no APL de Metais Sanitários. No entanto, esta classe é considerada nos estudos sobre metais sanitários, pois junto com a CNAE 2913 compõe o núcleo de atividade dos metais sanitários, segundo a classificação do IBGE.

A partir desta especificidade, podemos entender porque, conforme a tabela 3, o APL tem o maior número de estabelecimentos (50) e empregos (1.128) na CNAE 2913 (fabricação de válvulas, torneiras e registros). Comparando os dados desta classe nas duas tabelas (3 e 4), podemos observar que, do total dos estabelecimentos do estado do Paraná (64), 78%

estão nos municípios do APL e estes são responsáveis por 84% dos empregos desta classe no Paraná.

A fim de verificar quantas destas empresas estavam associadas à AIMES, foram realizadas entrevistas informais nesta associação, onde se constatou a presença de 61 empresas a ela vinculadas. Deste total, 47 se encontrava em Loanda, 4 em Santa Cruz de Monte Castelo, 7 em Santa Isabel do Ivaí e 2 em São Pedro do Paraná. No entanto, no decorrer da pesquisa, percebeu-se uma variação no número de empresas e alguns dados não coincidiam com os informados anteriormente.

Isso ocorreu, sobretudo, pelo fato de algumas empresas produtoras de bens finais estarem subdivididas em razões sociais distintas. Essa divisão constitui-se como estratégia adotada pelas empresas, em conformidade com a legislação do regime simples nacional<sup>25</sup> ou o “super simples”. Assim, observou-se que uma mesma empresa abrigava vários cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica (CNPJ), formando um “grupo”<sup>26</sup> sob a direção de membros de uma mesma família (irmãos, cunhados, pais e filhos).

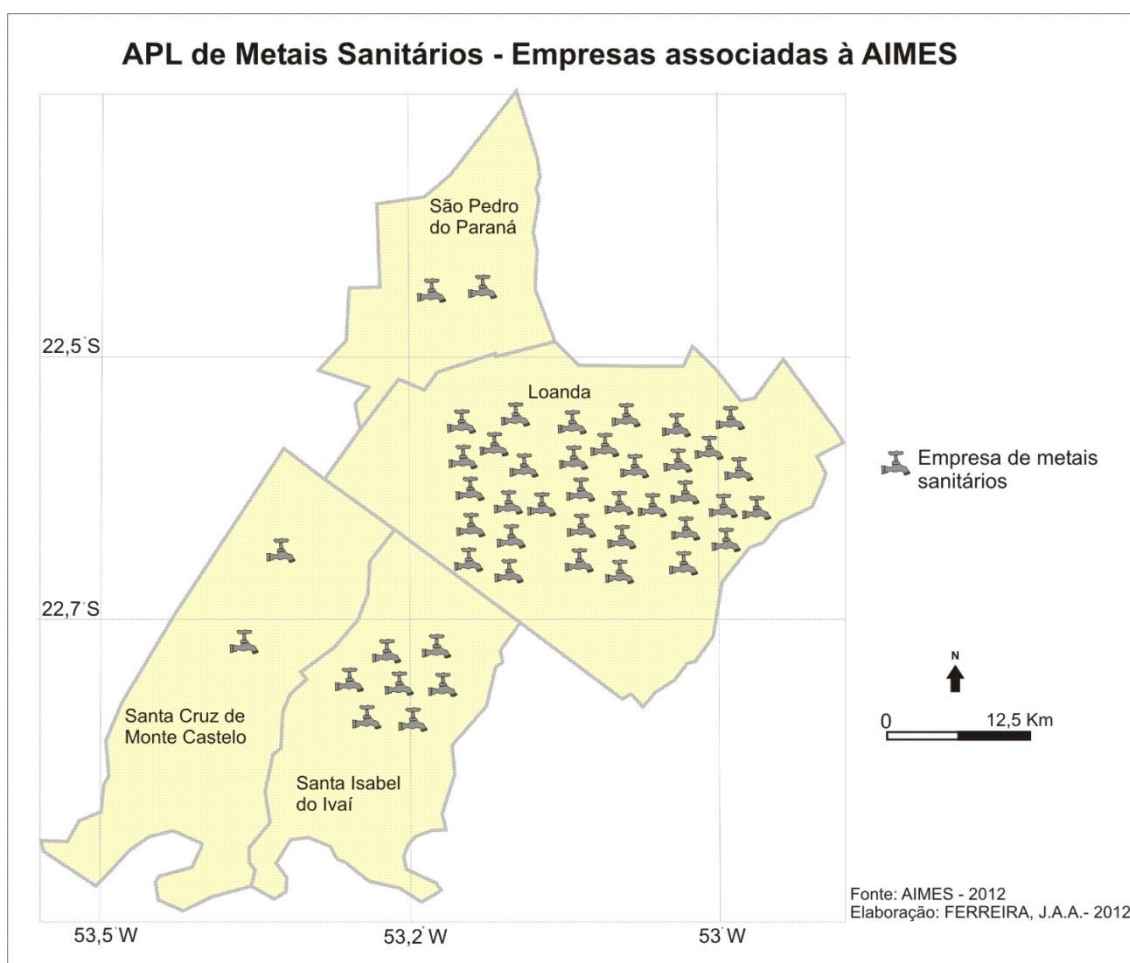
No final de 2011 e início de 2012, a partir dos trabalhos de campo, percebeu-se uma mudança nesses dados pelo fato de algumas empresas terem sido fechadas por motivos de falência (duas) (AIMES, 2012) e outras pequenas empresas, que faziam parte do “simples nacional” terem sido desligadas por seus proprietários. A partir daí, verificamos a presença de 46 empresas associadas à AIMES (mapa 3).

---

<sup>25</sup> Criado pela Lei Complementar nº 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento tributário diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

<sup>26</sup> Aqui a palavra “grupo” refere-se aquelas empresas que para fins de diminuir os gastos tributários se subdividem em empresas menores para a realização de outra etapa de produção (exemplo, fundição).





**Mapa 3:** APL de Metais Sanitários – Empresas associadas à AIMES.  
**Fonte:** AIMES (2012).

Diante do montante das empresas e do dinamismo do crescimento do APL, optou-se, em um segundo momento da pesquisa, em dividir as empresas associadas à AIMES-ADR em dois grupos: 1) as que realizam todo o processo de produção (produtoras de bens finais)<sup>27</sup> e; 2) as que não realizam todo processo de produção (terceirizadas). Os dados são apresentados na tabela 5.

<sup>27</sup> A organização da produção industrial de metais sanitários envolve as seguintes etapas produtivas: fundição; usinagem; afinação e polimento; galvanoplastia; montagem e expedição.

**Tabela 5:** APL de Metais Sanitários - Empresas associadas à AIMES que realizam todo o processo produtivo (2012)

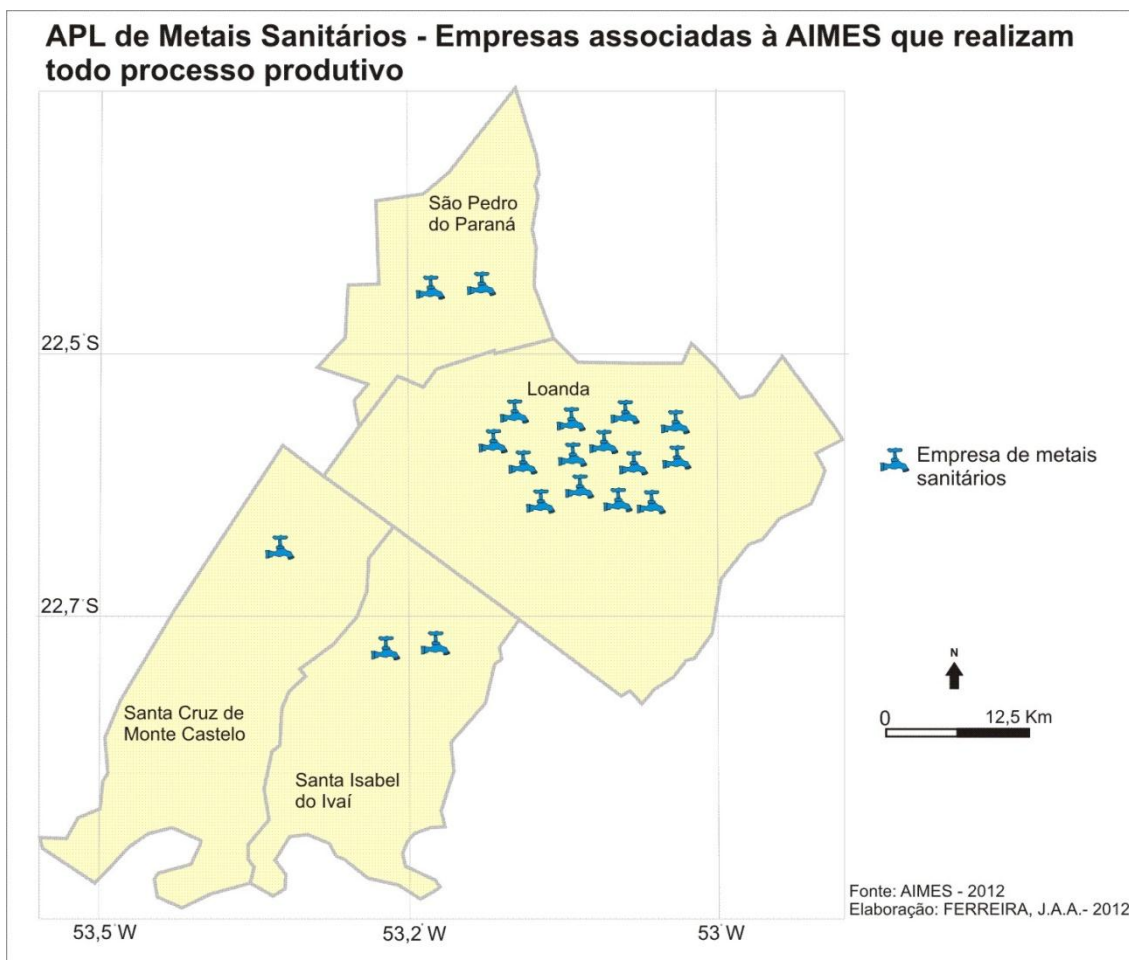
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>TODO O PROCESSO</b>
Loanda	35	14
Santa Cruz de Monte Castelo	2	1
Santa Isabel do Ivaí	7	2
São Pedro do Paraná	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>19</b>

**Fonte:** AIMES (2012) e trabalho de campo (2012).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

De acordo com a tabela 5, 19 empresas do APL realizam todo o processo de produção, sendo que uma encontra-se em Santa Cruz de Monte Castelo, duas em São Pedro do Paraná, duas em Santa Isabel do Ivaí e 14 em Loanda. Além destas empresas existem aquelas que gravitavam no entorno do APL e são responsáveis pela terceirização de algumas das etapas da produção, como a fundição, a usinagem e o polimento.

Assim, a aplicação dos questionários ocorreu nas empresas associadas à AIMES e que são produtoras de bens finais, ou seja, 19 empresas (mapa 4). Este critério se deu pelo fato de várias delas terem participado do processo de organização do APL e atualmente, serem responsáveis por boa parte da produção local de metais sanitários e por terem um quadro de funcionários bastante significativo.



**Mapa 4:** APL de Metais Sanitários – Empresas associadas à AIMES que realizam todo o processo produtivo.  
**Fonte:** AIMES (2012).

A partir daí e diante do objetivo geral da pesquisa que nos impõe a busca de informações estabelecidas nas relações de poder, que não são palpáveis, muito menos medidas apenas por dados quantitativos, entendemos ser importante aplicar os questionários aos proprietários ou, em último caso, ao gerente comercial das empresas.

Visitamos, assim, 10 destas empresas<sup>28</sup>, nas quais coletamos dados que foram discutidos neste trabalho. As outras sete empresas não responderem aos questionários e duas delas não conseguimos contato<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> Embora o número de estabelecimentos visitados possa parecer pequeno, foi tomado o cuidado para estender a pesquisa a todos os municípios do APL, uma vez que faz parte dos objetivos analisar as informações referentes aos quatro municípios do arranjo.

<sup>29</sup> É importante destacar que uma das principais dificuldades encontradas no trabalho de campo foi o agendamento das visitas às empresas, sobretudo pelo fato da preferência em falar com os proprietários (as) ou gerentes comerciais. Em algumas delas isso parecia ser impossível, era como se fossem “blindadas” a visita de pesquisador. Diante disso, em um momento da pesquisa, visto que os prazos iam terminando, optou-se por deixar os questionários nas

Destas 10 empresas visitadas, sete são compostas por mais de um estabelecimento por razões do fisco simples, já citado anteriormente. Por essa razão cabe destacar que a visita se estendeu a outras 11 empresas situadas no mesmo espaço físico das prestadoras de bens finais visitadas.

Em relação ao número de empresas associadas, observou-se uma crescente abertura de empresas ao longo dos anos. Essa trajetória se deu da seguinte forma: logo após a criação da Metais Imperatriz (1980), houve a criação da Delta Metais e da Real Metais, em 1988, ainda sobre orientação de Salvador Duarte Casado. Nos anos de 1990, sobretudo a partir de 1998, há a abertura de novas indústrias em Loanda como também em Santa Isabel do Ivaí, com a constituição da Pevilon, em 1998. Os demais municípios do APL, São Pedro do Paraná e Santa Cruz de Monte Castelo tem essa iniciativa industrial nos anos de 2001 e 2003, respectivamente.

O quadro 3 apresenta algumas das empresas do APL, por ano de fundação, município em que se localizam e a origem do capital.

<b>Empresas</b>	<b>Ano de fundação</b>	<b>Município</b>	<b>Origem do capital</b>
Imperatriz	1980	Loanda	Atividades comerciais e agropecuária
Delta Metais	1988	Loanda	Venda de partes da Imperatriz
Real Metais	1988	Loanda	Venda de transporte de carga
Pevilon	1998	Santa Isabel do Ivaí	Agropecuária
Mazali & Leão	1999	Loanda	Industrial (ex funcionária)
Talita Metais	1999	Loanda	Venda de comércio (pastelaria) e propriedade rural
Águia Metais	2001	São Pedro do Paraná	Venda de comércio (empresa de boliche) e propriedade rural
Metais Rainha	2003	Santa Cruz de Monte Castelo	Industrial
Campeã Metais	2004	Loanda	Empresa de transportes

---

empresas (9). Em apenas duas delas conseguimos o retorno dos questionários, nas demais, (7), não. Sendo assim, isso dificultou a análise de alguns dados, pois diminuiu a representatividade da amostra.

Marchezan Metais	2001/2004	Santa Isabel do Ivaí	Agropecuária
Silva Metais	2005	Loanda	Venda de comercio
Pestana	2007	São Pedro do Paraná	Industrial (início venda de comércio de boliche e propriedade rural
Supremo	2007	Loanda	Comercial
Longhi	2010	Santa Cruz de Monte Castelo	Industrial

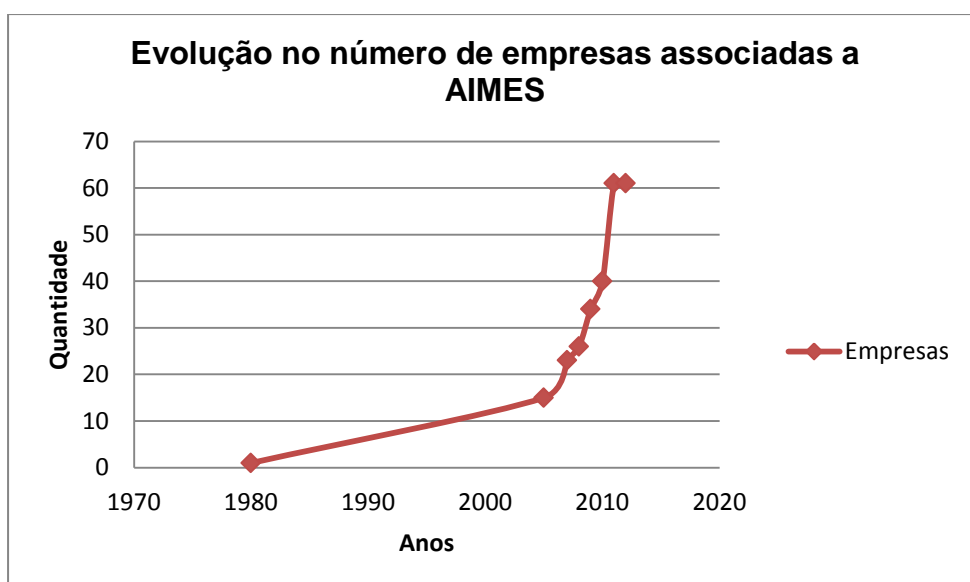
**Quadro 3:** APL de Metais Sanitários - Principais empresas quanto ao ano de fundação, município e origem do capital.

**Fonte:** AIMES (2012) e Trabalho de Campo (2012).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

Conforme o quadro 3, no que se refere a origem do capital, verifica-se que os investidores, no setor dos metais sanitários eram, em sua maioria, comerciantes, ou seja, não tinham conhecimento da área de metalurgia quando iniciaram suas atividades. O conhecimento foi sendo repassado e adquirido pela prática tanto pelos funcionários como pelos investidores do setor.

De acordo com a AIMES, a evolução do número de empresas associadas se deu da seguinte forma: em 1980 Loanda abrigava apenas com a empresa pioneira Metais Imperatriz e, em 2005, já contava com 15 empresas. A evolução no número de empresas destaca-se com 23, em 2006; 26 em 2007; 34 em 2008; 40 em 2009 e; 61 empresas associadas a partir de 2010 (gráfico 1).



**Gráfico 1:** APL de Metais Sanitários - Evolução no número de empresas associadas a AIMES.

**Fonte:** AIMES (2012).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

Observa-se que, a partir de 2006, há um crescimento no número de empresas no APL. Em 2005 a AIMES contava com 15 empresas associadas, mas em cinco anos, com a instalação de 44 novas empresas, o total no ano de 2010 elevou-se para 59 empresas.

É importante destacar que, a partir dos trabalhos de campo, verificamos que a terceirização começa a ser adotada como estratégia a partir de 2004, tendo contribuído também para o aumento no número de estabelecimentos de metais sanitários, principalmente no município de Loanda.

Em virtude desta situação, bem como do “fisco simples”, houve a abertura de várias empresas no APL. Se compararmos os mapas 3 e 4, pode-se verificar que, do total de empresas associadas do município de Loanda (35), 14 delas, o que corresponde a 40%, realizam todo processo de produção, e as demais, 60%, são terceirizadas. Vale destacar que a maioria destas empresas terceirizadas estão vinculadas a algum grupo empresarial, não sendo empresas isoladas e sim subdivisões de algum grupo do arranjo.

Em razão do critério utilizado para a realização da pesquisa ter sido o de trabalhar com empresas vinculadas à AIMES, e também por esta ser uma importante entidade de representação local do APL, compreendemos ser necessário esclarecer como esta associação se constituiu, quais as atividades desenvolvidas e suas relações de poder frente ao APL de Metais Sanitários.

### **3.2. O papel da Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região**

No início da consolidação do APL na região Noroeste do Paraná, os empresários de metais sanitários, devido a inexistência de uma entidade de representação do setor, procuraram apoio na Associação Comercial e Industrial de Loanda (ACIL). Esta disponibilizou espaço físico, na sua sede, para reuniões e outros eventos organizados pelos empresários do arranjo e, desta forma, prestou apoio para os empresários até a constituição de uma associação específica para o setor.

A partir da necessidade de ter uma entidade de representação dos interesses do setor, foi criada, em 2005, a Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região (Aimesalor). A iniciativa foi dada após

problemas enfrentados pelos empresários, quando o APL foi alvo de denúncia da promotoria local, pois apresentava inadequação às normas ambientais e trabalhistas (IPARDES, 2006a).

Devido a similaridade dos problemas enfrentados pelos empresários quanto a adequação às normas, estes se aproximaram entorno de interesses comuns, criando um ambiente de cooperação. Assim, iniciou-se uma mobilização empresarial, a qual, em 2004, ganhou impulso de instituições externas ao local, como, por exemplo, do Instituto Euvaldo Lodi (IEL)<sup>30</sup> e do Senai, que apoiaram a formação de lideranças empresariais e disponibilizaram serviços do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP).

A priorização e a inclusão de Loanda na agenda do Sistema Fiep foram embasadas em trabalho técnico de identificação de aglomerações industriais com especialização produtiva. Como resultado desse processo de mobilização, foi constituída e formalizada a Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região, sob a forma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Loanda. (IPARDES, 2006a, p. 47 e 48).

Em 2007, com o desenvolvimento da Aimesalor, a entidade agregou, com o apoio do Sistema Fiep, a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR)<sup>31</sup> e, com isso, passou a ser designada Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região-Agência de Desenvolvimento Regional (AIMES-ADR). Esta agregação da ADR foi uma evolução na governança local, pois criou condições para a região articular junto ao poder público, projetos, financiamentos e ações para o fortalecimento e desenvolvimento do APL e da região.

Conforme o Art. 1º de seu Estatudo, a AIMES-ADR “é uma pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação, sem fins econômicos” [...] “com sede e foro no município de Loanda, estado do Paraná”.

De acordo com o Art. 2º de seu Estatudo, a AIMES-ADR tem por “finalidade promover e defender os direitos e interesses legítimos a seus

---

<sup>30</sup> Tem como objetivo contribuir para a competitividade da indústria paranaense.

<sup>31</sup> “Uma Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) é uma plataforma técnico-institucional de caráter eminentemente operativo que executa a identificação de projetos de desenvolvimento setorial ou global, seleciona oportunidades, fomentando ações que venham otimizar soluções inovativas. A principal característica de uma ADR é sua posição de vigilante sobre uma dada região”. (FIEP, 2011)

assosiadados”, cabendo a ela, ainda, promover [...] “o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos”, levando desenvolvimento econômico aos municípios do noroeste do Paraná. No entanto, verifica-se que as ações da AIMES-ADR tem se restringido a atender as necessidades das empresas associadas que compõem o arranjo.

Por constituir uma agência de desenvolvimento regional, a área de atuação da AIMES-ADR compreende não somente os municípios do arranjo, como destaca o Art.º 3 do Estatudo:

A área de atuação da **AIMES-ADR** é a extrema região Noroeste do Paraná, prioritariamente compreendida pelos municípios, a saber: **Loanda, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e São Pedro do Paraná** [...] (AIMES, 2007, p. 3).

Com o objetivo de conhecer melhor o papel da associação, bem como levantar dados sobre as empresas do APL, foi aplicado, no dia 23 de abril de 2012, um questionário<sup>32</sup> ao secretário executivo da instituição.

Quando perguntado ao secretário sobre o principal objetivo da criação da associação, tivemos a seguinte resposta: “O APL não tem um caráter jurídico, a AIMES foi criada com o objetivo de ter um representante legal do APL” (AIMES, 2012).

Sendo caracterizada como uma instituição privada, a associação tem como membros diretivos empresários locais. Atualmente, a diretoria da AIMES é composta por empresários das empresas Imperatriz (presidente), Águia Metais (vice-presidente), Real Metais (tesoureiro) e Metais Metrox (secretária).

Em relação às atividades que a associação desenvolve (questão 14 do apêndice B), o secretário executivo citou: o “treinamento; transferência de tecnologia; assessoria jurídica e financeira; captação de recursos; gestão tecnológica; ações de melhoria na imagem do APL e; adequação das empresas a legislação vigente” (AIMES, 2012).

Os órgãos do poder público que a entidade mantém maior contato são o “MDIC (na esfera federal), a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (estadual) e a prefeitura municipal com bem pouco contato” (AIMES,

---

<sup>32</sup>Ver apêndice B.



2012). O poder público municipal aparece também como resposta referindo-se a entidade que a Associação gostaria de ter maior apoio financeiro e logístico.

Neste sentido, mediante a pesquisa de campo, percebeu-se que a Associação tem uma dificuldade de negociação com o poder público municipal, alegando que este desconhece a importância do APL para o município. Quando perguntamos ao secretário sobre as principais dificuldades de negociação com poder público municipal (questão 17, do apêndice B), ele respondeu: “falta de conhecimento do poder público municipal no que diz respeito ao APL, ou seja, de não saber o que é APL e a importância dele para o município” (AIMES, 2012).

No entanto, os quatro prefeitos que responderam aos questionários afirmaram conhecer o APL e a sua importância para os municípios, principalmente no que se refere à geração de emprego e renda.

Para o secretário executivo da associação, as empresas do APL contribuem para o desenvolvimento local na “geração de emprego, melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e arrecadação de impostos” (AIMES, 2012). Ainda segundo este, se não fosse pela matéria-prima que “vem de fora o APL fecharia o ciclo da produção de metais sanitários em Loanda e região” (AIMES, 2012).

A associação foi lembrada por quatro empresários (EMPRESAS 1, 7, 8 e 9) quando perguntados sobre as instituições que eles consideram atuantes e/ou importantes nas ações políticas para o desenvolvimento do APL (questão 18, apêndiceA). Verificou-se que os empresários consideram o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Maringá (SINDMETAL-MARINGÁ) mais atuante e/ou importante, pois este foi lembrado por 7 empresários (EMPRESAS 1, 2, 3, 4, 6, 8 e 10).

Na questão 11 (apêndiceA), sobre as vantagens da empresa ser associada à AIMES, obtivemos as seguintes respostas dos empresários: “Interação do que acontece no seguimento, novidades e existe um suporte jurídico” (EMPRESA 1); “Os juros são mais baratos, consegue melhores financiamentos. Dão apoio a marca, cursos, ganhamos muito financiamento. O APL facilitou para a divulgação” (EMPRESAS 2 e 3)<sup>33</sup>; “A AIMES consegue

---

<sup>33</sup>As informações prestadas pelas empresas 2 e 2 são as mesmas, pois a empresa é familiar (uma do pai e outra do filho) e o questionário foi respondido por um deles.

cursos, ações de compras é feito em conjunto. Há o reconhecimento do potencial das indústrias da região perante órgãos públicos” (EMPRESA 4). Observa-se que, as vantagens das empresas serem associadas a AIMES está no suporte frente a políticas públicas de fortalecimento do arranjo, ou seja, a partir de interesses comuns, através da associação, busca-se soluções para o coletivo.

O responsável pela empresa 5 também destacou que há mais força frente a financiamentos e cursos, mas lembrou que: “faz tempo que a AIMES não traz um curso. Quando fundou o APL tinha mais cursos”. Outro proprietário (EMPRESA 6) respondeu que as vantagens em ser associado é a “qualificação da mão-de-obra no oferecimento de curso”. E disse que, através da associação, há a “possibilidade de trazer uma escola técnica” para Loanda. Os empresários referem-se aos cursos e programas oferecidos pela AIMES, em parceria com o Senai e Sebrae, bem como da articulação política, desta associação, entorno do interesse coletivo, da construção de uma escola técnica para formar mão-de-obra para as empresas do arranjo.

Dessa forma, a AIMES-ADR é a principal entidade local de representação do arranjo e a ela cabe a articulação com outras entidades externas do APL (como o MDIC, SEPL, FIEP e SEBRAE) para buscar melhorias, ou seja, é através dela que é feita a governança local do APL. No entanto, existem outras entidades que dão apoio ao APL, como veremos a seguir.

### **3.3. O ambiente do APL de Metais Sanitários em relação aos cursos, mão de obra qualificada e governança**

Observamos, com os resultados de campo, que um dos principais problemas destacados pelos empresários do APL de Metais Sanitários foi em relação à mão-de-obra qualificada para os trabalhos no setor de produção. Com o apoio de outras instituições a AIMES vem procurando amenizar o problema. No entanto, a principal carência da região é com relação a um local que ofereça formação profissional para atender a esta necessidade.

O Ipardes (2006a) destacou um conjunto de ativos institucionais disponíveis na microrregião de Paranavaí, como o Senai e o Sebrae, que

podem proporcionar apoio direto ao APL de Metais Sanitários. Destacou, também, três instituições de Ensino Superior – Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA), Universidade Paranaense (UNIPAR) e Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná (FACINOR), esta última em Loanda.

Todos os municípios do APL ofertam cursos nos níveis fundamental e médio, porém, em Loanda, há a oferta de cursos profissionalizantes e de nível superior, estes últimos por meio da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná (Facinor). No entanto, nenhum dos cursos é relacionado a área de metais sanitários.

Esta situação se reflete na ausência de mão de obra qualificada, principalmente para os trabalhos ligados ao setor de produção das indústrias de metais sanitários de Loanda e região.

Devido a carência de mão de obra qualificada e a ausência de um local específico para qualificação, verificou-se que os empresários fazem o treinamento de seus funcionários no próprio ambiente de trabalho.

Na questão 27 (apêndice A), sobre as principais formas de treinamento oferecidas aos funcionários, seis empresários (EMPRESAS 2, 3, 5, 6, 7 e 9) responderam que oferecem treinamento “na empresa, fora do processo de trabalho”. E apenas quatro empresários (EMPRESAS 1, 6, 7 e 8) responderam que realizam os treinamentos na empresa e instituições especializadas. Ao responderem eles se lamentavam da inexistência de treinamento local para os funcionários, como uma escola de curso técnico<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup>Durante a aplicação do questionário na empresa 6, foi relatado pelo entrevistado sobre a construção de uma escola técnica, que irá atender a comunidade local no oferecimento de cursos voltados às necessidades do APL. Segundo ele, os cursos serão desde atendente (secretariado) até operador “das máquinas de milhões que são utilizadas no APL”. E completou dizendo que há um ano e meio está aprovado um projeto de construção da escola técnica para Loanda e região. Onde serão disponibilizados 2 milhões de reais pelo governo federal para a construção desta escola, que funcionará com 80% da participação do governo federal e 20% de recursos provenientes da AIMES. De acordo com o relatório de 2009 do projeto “APL de Metais Sanitários de Loanda” desenvolvido pelo Sebrae, no final de 2009 a associação empresarial do setor conseguiu aprovação de recursos para a escola técnica com órgão governamental após apresentação do projeto de viabilidade na 4ª Conferência Brasileira de APLs em Brasília. Nesta conferência a Rede APL mostrou em Brasília as experiências de sucesso de três APLs paranaenses o de Metais Sanitários; Calcário, que abrange a Região Metropolitana de Curitiba, Ponta Grossa e Castro; e de Software, de Curitiba.

É importante salientar que, embora falte mão-de-obra qualificada para os trabalhos no APL, os responsáveis pelas empresas 7, 8 e 10 responderam que um dos motivos que os levaram a instalar e manter suas empresas nesta região foi à existência de mão de obra qualificada. Verifica-se, a partir desta informação, que estes empresários abriram suas empresas na expectativa de terem mão-de-obra qualificada, mas se depararam com a ausência dela. Essa é uma das dificuldades existentes no arranjo e que já havia sido retratada pelos estudos do IparDES no ano de 2006.

O IparDES (2006a) verificou que a maioria da mão-de-obra referente à etapa da produção tem procedência do meio rural, com baixa qualificação e sem experiência em atividades industrial, o que torna necessário a qualificação destes trabalhadores para as atividades industriais. No entanto, no APL, por não haver um local específico para isto, antes de ser contratado o funcionário recebe um treinamento na própria empresa, pelos outros funcionários.

Prestando apoio ao APL, o Sistema Fiep atua por meio do Senai de Paranaíba e do IEL de Curitiba (IPARDES, 2006a). Sob a perspectiva de governança, o Senai de Paranaíba oferece cursos de capacitação e profissionalização aos funcionários das empresas do APL de Metais Sanitários. O Senai conta com um funcionário que faz a divulgação dos cursos nas empresas e na associação. No entanto, na pesquisa de campo, verificou-se que algumas empresários (EMPRESAS 5 e 7) preferem contratar diretamente os cursos, ou seja, não esperam a oferta da AIMES. Justificam que a oferta de cursos por contratação da AIMES é pequena e não atende a necessidade das empresas do arranjo.

Neste sentido, em visita ao Senai de Paranaíba em busca de informações, obtivemos os dados de quais cursos foram realizados sob contratação da AIMES. Estes estão organizados no quadro 4.

<b>ANO</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Nome do curso</b>	<b>Data inicial</b>	<b>Data final</b>
2008	AIMES	Auxiliar de Produção Industrial	30/08/2008	24/01/2009
	AIMES	Eletricidade básica	30/08/2008	01/11/2008
	AIMES	Eletricidade básica	30/08/2008	01/11/2008
2009	AIMES	Torneiro Mecânico	21/03/2009	26/09/2009
	AIMES	Eletricista de Instalação Industrial	21/03/2009	26/09/2009
	AIMES	Eletricista de Instalação Industrial	21/03/2009	26/09/2009
	AIMES	Torneiro Mecânico	21/03/2009	26/09/2009
2010	AIMES	Comando Numérico Computadorizado Aplicado à Torneira	16/01/2010	24/04/2010
	AIMES	Operador de Centro de Usinagem com Comando Numérico	15/05/2010	18/10/2010
	AIMES	Operador de Processos de Produção	17/08/2010	22/12/2010
	AIMES	SolidWorks	13/11/2010	11/12/2010
2011	AIMES	SolidWors Avançado	14/05/2011	23/07/2011
	AIMES	SolidWorks Avançado	14/05/2011	23/07/2011
	AIMES	Operador de Processos de Produção	16/05/2011	03/10/2011
	AIMES	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	01/06/2011	22/12/2011

**Quadro 4:** APL de Metais Sanitários - Cursos ofertados pelo Senai Paranavaí (2008 a 2011).

**Fonte:** SENAI Paranavaí (2012).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

A defasagem no quadro 4, está no fato de nele não constarem os cursos ofertados no período anterior a 2008, porque no sistema digital do escritório do Senai Paranavaí ainda não se processar este tipo de informação à época, bem como de não haver registros em atas e outros documentos impressos. Em relação ao ano de 2012, até o mês de julho, o Senai não havia realizado nenhum curso sob contratação da AIMES.

Além dos cursos citados no quadro4, o Senai Paranavaí oferece na área de metalmecânica, os cursos de Torneiro Mecânico, Soldador, Operador de Empilhadeira e segurança para Operador de Caldeira.

O segmento de metais sanitários está também fortemente ligado ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná (Sindimetal), que possui regional na cidade de Maringá, sem atuação local. “Interagindo com o sindicato patronal está o Sindicato dos

Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico (Sindimetalúrgicos) de Maringá, com sub sede instalada em Loanda” (IPARDES, 2006a, p. 7).

Em visita ao Sindmetalúrgicos de Loanda, em junho de 2012<sup>35</sup>, verificou-se que esta entidade também oferece cursos de capacitação aos trabalhadores do APL, como, por exemplo, o curso de operador de empilhadeira.

Os cursos oferecidos pelo sindicato são pagos pelos próprios trabalhadores do setor. Há uma grande dificuldade de parcerias entre o sindicato e os donos das empresas, tanto no que se refere ao uso do espaço das empresas para ministrar os cursos, quanto à dificuldade de obter informações para controle do sindicato, como o número de funcionários. O responsável destacou que “na maioria das vezes, quando há algum curso no espaço das empresas, este acontece por interesses pessoais dos empresários, nunca porque eles estão pensando na qualificação do trabalhador”.

Entre os benefícios para trabalhadores sindicalizados está o acesso à área médica: pediatria, clínico geral, ortopedista, ginecologista, nutricionista, psicóloga, psicopedagoga; Estética facial e corporal: sobrancelha, depilação, massagem, limpeza de pele, *peeling* e muito mais; Clínico geral (especialista em): obesidade, tireóide, diabete; Odontologia: cirurgias (extrações), estética (dentística), ortodontia, endodontia, tratamento infantil; e Advocacia.

Segundo a Convenção Sindical do Sindmetalúrgicos, o piso salarial dos trabalhadores da produção “chão de fábrica” é de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) mais cesta básica. Os trabalhadores que atuam na montagem das peças tem um piso de R\$ 672,00(seiscentos e setenta e dois reais).

---

<sup>35</sup>Conversamos com o secretário executivo do Sindicato.

### 3.4. APL de Metais Sanitários e a comercialização de produtos

Dentre os principais produtos que compõem o APL, destacam-se a produção de torneiras, registros, kit para banheiros, filtros de água, válvulas diversas, boias, duchas higiênicas, chuveiros e duchas diversas para banho, etc. A comercialização destes produtos é feita mediante representante comercial, que apresenta e vende os produtos em território nacional. Conforme as resposta da questão 31 (apêndice A), as dez empresas utilizam esta forma de comercialização dos produtos.

Quanto ao mercado consumidor, os produtos são comercializados numa abrangência de mercado para todo o território nacional. Os produtos são destinados a atender um mercado mais popular, não concorrendo diretamente com empresas líderes do mercado do ramo, como Docol e Deca, por exemplo, que são especializadas em produtos mais sofisticados para atender a mercados mais exigentes. No entanto, em algumas empresas do APL já se verifica o desenvolvimento de produtos mais sofisticados que agregam valor através do *design*.

Quanto às exportações, as iniciativas ainda são muito tímidas. Apenas um empresário (EMPRESA 6) afirmou realizar exportações para o Paraguai que, segundo ele, correspondem a 5% do faturamento da empresa.

Quando perguntamos aos empresários se eles exportavam seus produtos, verificou-se que há no APL uma crescente importação de peças e produtos, como torneiras, chinesas. Um dos empresários (EMPRESA 5) respondeu: “não, importamos da China” [...] “não compensa exportar”. Ou seja, segundo o empresário, é mais vantajoso para ele importar torneiras, neste caso da China, do que exportar. Nesse sentido, outro empresário (EMPRESA 3) comentou sobre a criação de uma nova empresa, a G8, que, segundo ele, “vai comprar torneiras da China, que sai mais barato que produzir aqui”, e completa: “fazer importação da China para melhorar as vendas, fica mais barato”.

A G8 é uma empresa recente, formada pela união de oito empresas do APL (Imperatriz, Talita, Real, Leão, Rainha, Pevilon, Marchezan e Águia) e, segundo um dos empresários, “não tem relação com o APL” (EMPRESA 3).

Na verdade esta empresa foi estabelecida a partir da união dessas oito empresas com o objetivo de facilitar a importação de produtos usados na linha de montagem. A iniciativa de criação dessa empresa se deu diante da necessidade de fabricar “registro de gaveta” e, para isso, as empresas se uniram e compraram uma máquina Argentina, em parceria, sendo esta instalada na sede da empresa G8, que encontra-se instalada em Loanda e, atualmente, só atende às empresas do grupo. Segundo um dos empresários, futuramente passará a atender as demais empresas, “através da venda de material importando o grupo atenderá a região” (EMPRESA 6).

Em 2009, Fresca já destacava a presença de torneiras de origem chinesa no APL de Metais Sanitários. Segundo a autora, a China se coloca como forte concorrente do mercado de metais sanitários, “uma vez que consegue colocar no mercado brasileiro, metais sanitários com preços oscilando entre 5% e 10% mais barato que os fabricados no país e com melhor tecnologia” (FRESCA, 2009, p. 60).

Existem alguns fatores que contribuíram para que a China se tornasse uma forte concorrente do APL. O primeiro deles se relaciona ao fato de que a China tem mão de obra abundante e uma política tributária que favorece as exportações. Em segundo lugar a China é uma grande importadora de sucata, principal matéria-prima utilizada nos produtos de metais sanitários.

As empresas que compram as torneiras chinesas às embalam com marca própria e as vendem no mercado nacional brasileiro. No entanto, um possível agravamento dessa prática é a desindustrialização. Este processo é exposto por Varella (2012, p. 25):

A desindustrialização acontece quando, na busca da sobrevivência, empresas de variados setores industriais começam a abrir mão de parte de sua produção, substituindo-a por componentes importados, com foco na redução de custos de produção. Aos poucos esse processo vai se agravando, até a empresa parar de fabricar, passando a importar todos os componentes. Daí a redução contínua do peso de atividade industrial na economia brasileira- de 36% do PIB em 1985 para 14,6% em 2011.

Segundo Amorim e Lopes (2012), um dos reflexos da desindustrialização é a diminuição da escala de produção e dos níveis de emprego. Os autores citam que, nas últimas décadas, se acentuou a perda da

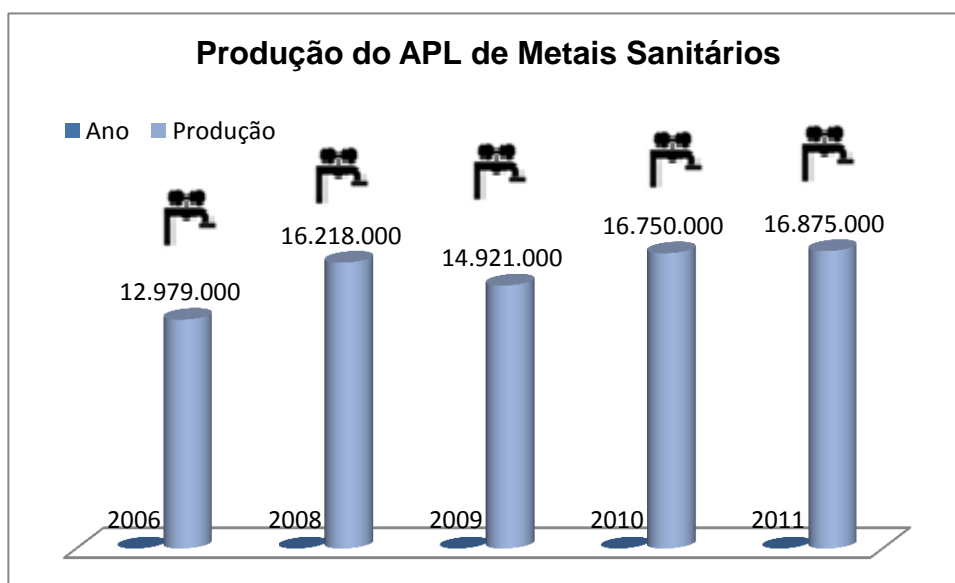


participação relativa da indústria na economia brasileira. “Enquanto em 1985 o setor respondia por 27% do PIB nacional, no ano passado [2011] o índice já era inferior a 16% devendo fechar 2012 abaixo de 15%” (AMORIM e LOPES, 2012, p. 27).

O Brasil tem vivenciado o encolhimento de seu parque fabril, tendo por caso fatores como a dificuldade de produzir, a falta de políticas e estratégias e a “invasão estrangeira” (AMORIM e LOPES, 2012, p. 27 e 28).

Vários setores industriais sofrem com a concorrência estrangeira. O Paraná, desde 2009, tem como principal parceiro comercial a China. Amorim e Lopes (2012, p. 29) apontam que “em 2006, sua participação nas importações do Estado era de 5,77%. Seis anos depois, esse percentual mais que triplicou, chegando em 18,31%”.

Nesse cenário podemos observar o gráfico 2 que demonstra a produção de peças no APL de Metais Sanitários no período de 2006 a 2011.



**Gráfico 2:** APL de Metais Sanitários - Produção de peças (2006 a 2011).

**Fonte:** AIMES (2012).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

Observa-se que o APL apresentou um crescimento de 2006 para 2008, no entanto, em 2009, houve uma diminuição no número de peças, que voltou a crescer em 2010 e 2011.

Nesse sentido vale destacar que um dos empresários se referiu a esse processo de diminuição da produtividade relacionando a demissão de funcionários de 2010 para 2012. Ele afirma que “o ano de 2011 foi ruim e 2012

é péssimo” se referindo a vendas do ano (EMPRESA 3). Destaca, ainda, a possível queda na produção como resultante da baixa nas vendas. Quanto ao aumento da produção de 2006 para 2008, este pode ser associado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com as obras do Programa Minhas Casa Minha Vida.

Devido a exigência crescente do mercado e ao aumento da competitividade, tornou-se cada vez mais importante a implantação de programas de qualidade dos produtos. As empresas do APL de Metais Sanitários têm procurado certificação da qualidade de seus produtos, pois reconhecem que com isso terão maior facilidade de se materem no mercado competitivo (IPARDES, 2006a).

As empresas certificadas têm maior facilidade de comercializarem seus produtos, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento do APL e, conseqüentemente, para o desenvolvimento local, uma vez que o aumento da produção pode contribuir com a arrecadação de impostos para as prefeituras.

Um dos programas de qualificação é o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), que está inserido na estrutura do Ministério das Cidades na Secretaria Nacional de Habitação. O PBQP-H é um instrumento do Governo Federal e sua meta é organizar o setor da construção civil em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva. A importância do PBQP-H foi ampliada com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida em 2007, que tinha como meta construir 1 milhão de moradias até o final de 2010. Diante do crescimento do setor da construção civil, as empresas procuraram ter esse certificado para garantirem espaço no mercado.

No APL de Metais Sanitários foi verificado que apenas duas empresas (Imperatriz e Real) obtiveram a certificação junto ao PBQP-H. Este certificado habilitou as empresas como fornecedoras de produtos a obras públicas, atendendo às exigências do Ministério das Cidades.

Para este, somente os produtos certificados pelo programa podem ter acesso a algumas linhas de crédito da Caixa Econômica Federal e participar de licitações para a construção de obras públicas, como por exemplo, para o programa do governo Federal Minha Casa Minha Vida.

As demais empresas do arranjo estão buscando a certificação, pois reconhecem a necessidade de possuí-la para manter-se no mercado competitivo.

### **3.5. APL de Metais Sanitários e as questões ambientais**

Em 2006, estudos realizados pelo Iparde e SEPL evidenciaram alguns problemas no APL de Metais Sanitários, dentre eles:

a) os de infraestrutura, como a falta de aterro sanitário regional para os resíduos tóxicos;

b) os de serviços tecnológicos e laboratoriais, como ausência de estrutura coletiva (Centro Tecnológico) de prestação de serviços tecnológicos, para a realização de análises laboratoriais da liga do metal e dos banhos de galvanização; e de instituições regionais de apoio para a certificação de produtos, assim como para a criação, desenvolvimento e diferenciação de produtos;

c) os de formação de mão-de-obra, como a carência de cursos de capacitação; os ambientais como a reciclagem de areia Shell<sup>36</sup>; os de organização produtiva como a necessidade de qualificação junto ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Hábitat (PBQP-H), do Ministério das Cidades, para participar de licitações de obras e investimentos públicos; entre outros (IPARDES, 2006).

A partir dos dados coletados observamos que alguns destes problemas continuam presentes no arranjo, como a ausência de um aterro sanitário para os resíduos tóxicos, por exemplo. A maioria das empresas envia seus resíduos, como a areia Shell, aquela descartada após o processo de produção das peças, para o aterro de Apucarana (PR). Quanto ao tratamento de água, todos os empresários das empresas visitadas responderam que já o fazem e um deles lembrou que “se não nos adequarmos as normas ambientais não podemos trabalhar” (EMPRESA 3), referindo-se as exigências ambientais do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

---

<sup>36</sup>Atualmente o APL de Metais Sanitários conta com uma empresa “Reciclagem Imperial ME” que recicla a areia Shell. Essa é a segunda empresa dessa categoria no Brasil, a outra se encontra em São Paulo.

Contrariamente a esta informação, na aplicação do questionário em uma das prefeituras, quando citado o tema, o prefeito nos questionou: “você vai falar bem dessas empresas”? Na sequência deixou clara sua visão sobre as empresas no município, dizendo que “elas são uma ameaça à saúde pública e causa sérios danos ambientais”.

Os empresários, por sua vez, afirmam que adotam medidas preventivas e corretivas para com as questões ambientais, conforme as respostas da questão 35 (apêndice A), elas realizam: tratamento de lodo galvânico; filtram e ensacam a fumaça; reciclam a areia; realizam análise da água e tratam de efluentes.

Como iniciativa para sanar alguns danos ambientais causados nas indústrias de metais sanitários, foi criada a Reciclagem Imperial (foto 1), que pertence aos grupos Imperatriz e Real.



**Foto 1:** Empresa Reciclagem Imperial – Loanda.  
**Fonte:** FERREIRA, Joyce Allane A.

Essa empresa tem como objetivo reciclar a areia Shell, que é um dos produtos utilizados na fabricação das torneiras e serve para fazer o “machinho” (foto 2), que é a “forma da torneira”. Após o processo de fundição, é colocado o

metal sobre o “machinho”, criando, assim, a peça. Na sequência, a peça entra em processo de colisão em uma bateadeira para retirada da areia, que é tóxica, sendo encaminhada, pelas empresas, para a reciclagem ou para aterros.



**Foto 2:** Machinhos de torneira.  
**Fonte:** FERREIRA, Joyce Allane A.

Depois de reciclada, a areia volta às empresas e pode ser utilizada novamente no processo de produção (foto 3). A imagem da esquerda, abaixo, mostra a areia Shell armazenada na empresa para ser reciclada, ficando, posteriormente, como na imagem da direita.



**Foto 3:** Areia Shell e areia reciclada.  
**Fonte:** FERREIRA, Joyce Allane A.

Quando da visita de campo à Reciclagem Imperial<sup>37</sup>, a empresa estava inaugurando mais uma atividade – a reciclagem de metal. Agora, além de reciclar a areia, a empresa reciclará também o metal utilizado na produção que, segundo o proprietário da empresa 6, “vai gerar uma economia na compra de metal”.

A empresa Reciclagem Imperial foi criada para prestar serviços às demais empresas do arranjo, no entanto, alguns empresários preferem enviar a areia para aterros, alegando que é mais econômico. Verificamos na pesquisa de campo que três empresários (EMPRESAS 2, 3 e 5) preferem enviar a areia para um aterro em Apucarana do que reciclar, pois, segundo eles, é mais econômico comprar areia virgem do que a reciclada.

Dessa forma, mesmo havendo a iniciativa de sanar um dos problemas ambientais, que é a reciclagem da areia Shell, ainda não há uma conscientização dos empresários locais para esta importância.

No entanto, verifica-se que há uma preocupação para com as condições ambientais de maneira geral. Sobretudo, porque, no início das atividades, houve problemas das empresas com os órgãos ambientais. Diante disso, hoje, os empresários procuram adequar suas empresas as normas ambientais, para não sofrerem punições que possam acarretar a continuidade das atividades, como também, para cuidar da imagem das empresas frente à comunidade.

### **3.6. Relações de poder e políticas públicas no APL de Metais Sanitários do Paraná**

Como foi abordado no capítulo 2, a gestão dos APLs, no Estado do Paraná, é feita por meio das ações das várias instituições que compõem a Rede APL, como, por exemplo, a SEPL, a Fiep e o Sebrae que formam um tripé de coordenação que sustenta esta rede. No APL de Metais Sanitários a governança local é feita pela AIMES que faz a comunicação e articulação com outras instituições de apoio que compõem a Rede APL, como o sistema FIEP (Senai, Sesi e IEL) e Sebrae (Paranavaí).

---

<sup>37</sup> Visita realizada no dia 28 de maio de 2012.

Dessa forma, existe uma rede de instituições que estabelecem relações como APL de Metais Sanitários, como o poder público local e as diversas instituições públicas e privadas que compõem a Rede APL no estado.

Sobre as relações com o poder público local, durante a pesquisa de campo percebeu-se que alguns prefeitos, bem como alguns empresários, ao verem o termo APL, diziam que era assunto da AIMES, como se não entendessem que as empresas são parte integrante do arranjo. Porém, ao mesmo tempo em que pareciam não entender o conceito, mostravam entendimento quanto as possibilidades que o APL proporcionou.

Esse fato pode ser verificado ao serem questionados sobre a maneira pela qual as empresas que integram o APL de Metais Sanitários, contribuem para o desenvolvimento local (questão 23, apêndice A): oito empresários (EMPRESAS 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 9) responderam que elas contribuem com a geração de emprego para o município.

Quando feita a mesma pergunta ao poder público local<sup>38</sup>, a resposta foi mesmo sentido, que “contribuem para a geração de emprego e renda”.<sup>39</sup> Verifica-se, com esta questão, que há reciprocidade entre eles, no entanto, foi verificado também relações de disputas, como veremos a seguir.

Sobre a participação das prefeituras, estas apareceram em 6 respostas, de 6 empresas (1, 2, 4, 6, 9 e 10), como o órgão do poder público que estas mantêm maior contato (questão 21, apêndice A). É importante destacar que, em duas empresas (4 e 6), os empresários disseram que mantêm contato também com o poder legislativo municipal e com o deputado federal Hermes Parcianello (Frangão), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no que diz respeito à solicitação de recursos.

Estas duas empresas se destacam na fabricação de torneiras no arranjo, e seus diretores participam da equipe diretiva da AIMES, o que, de certa forma, facilita a comunicação direta com esta esfera do poder. Enquanto nas demais empresas essa comunicação é feita pela AIMES, que através do

---

<sup>38</sup> Prefeitos de Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e São Pedro do Paraná.

<sup>39</sup> Vale lembrar que mesmo atribuindo esta resposta, o prefeito do município de Santa Cruz de Monte Castelo alegou ser pouca a arrecadação de impostos feita pela prefeitura em relação à produção das empresas do município.

poder legislativo local, busca articular com os deputados ações de melhoria para o APL.

Em relação à vinculação de interesses ou de conflitos entre os empresários do APL e o poder político-partidário, questionamos aos empresários se algum deles ou membro de suas famílias já haviam sido candidatos a algum cargo político ou se tinham interesse na política partidária local. As respostas foram divididas, pois, 5 disseram não ter interesse ou qualquer vinculação político partidária diretamente, e outros 5, de uma maneira ou de outra possuem interesses em candidatar-se a cargos como de vereador ou prefeito (quadro5).

<b>Empresa</b>	<b>Questão 14 - O empresário (a) já foi candidato (a) a algum cargo político? E os membros da família, já o foram?</b>	<b>Questão 15 – Tem interesse na política partidária local? Em que sentido?</b>
1	Não. Não.	Sim. “Com o objetivo de contribuir para a política local, visando o bem comum. Interesse ao cargo de prefeito”.
2	Não. Não.	Sim. “A esposa vai ser candidata a vereadora (queria para prefeita), mas não vai dar”.
3	Não. Não.	“A esposa vai ser candidata a vereadora (queria para prefeita), mas não vai dar.
4	Não. Mas o pai do proprietário já foi vereador.	“Em ser candidato não. Mas articular politicamente pensando num melhor nome para dirigir a cidade”.
5	Não. Mas tem um cunhado vereador. (disputou ao cargo de prefeito de Loanda nas eleições 2012).	Não.
6	Não. Não.	Não.
7	Não. Não.	“Cogitam o nome do proprietário, mas não interesse no momento”.
8	Não. Mas membros da família já foram candidatos.	Não.
9	Não. “Não gostamos de política”.	Não.



10	Não. Não.	Não.
----	-----------	------

**Quadro 5:** APL de Metais Sanitário – Empresários e interesses ou não na política partidária local.

**Fonte:** Trabalho de campo (2012).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

Em relação à filiação partidária, 4 empresários (EMPRESAS 2, 3, 4 e 6) disseram ser filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e 2 (EMPRESAS 5 e 7) ao Partido Social Democrático (PSD), e os demais disseram que não pertencem a nenhum partido. Com a divulgação das candidaturas de 2012 pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE do Paraná verificamos a candidatura um proprietário do APL ao cargo de prefeito em Loanda, ele é ligado à empresa 5. Este candidato apresentou em seu Plano de Governo, no eixo “Trabalho e Emprego”, duas ações voltadas para o APL: “incentivar a instalação de empresas no Polo do Noroeste, dinamizando a atividade industrial”; e “incentivar o APL (Arranjo Produtivo Local)”.

Os demais empresários (EMPRESAS 1, 2 e 3), que disseram ter interesse na política partidária local, não apresentaram candidaturas nas eleições 2012, mas, no entanto, ficou evidenciada a disputa pelo poder político local por parte destas empresas.

Quando perguntado aos empresários se há uma relação entre eles e o poder público local (questão 17, apêndice A), 90% das respostas foram de “sim”, com apenas um “não”, do empresário da (EMPRESA 5), que justificou que a “prefeitura pouco ajuda a empresa”. Dessa forma, observa-se a disputa pelo poder público local pelos membros da empresa 5, pois o candidato a prefeitura de Loanda, citado anteriormente, é ligado justamente a esta empresa.

A compilação das respostas pode ser visualizada no quadro a seguir 6:

<b>Empresa</b>	<b>Município</b>	<b>Entende que há relação?</b>	<b>Como ela se estabelece?</b>
1	Santa Cruz de Monte Castelo	SIM	Segundo o proprietário “a relação é recíproca, um necessita do outro”.
			Segundo o proprietário “existe uma

2	São Pedro do Paraná	SIM	boa comunicação. Mas nem sempre eles fazem o que precisamos”. Se referindo a pavimentação das vias próximas a empresa e a disponibilidade de máquinas.
3	São Pedro do Paraná	SIM	Segundo o proprietário “existe uma boa comunicação. Mas nem sempre eles fazem o que precisamos”. Se referindo a pavimentação das vias próximas a empresa e a disponibilidade de máquinas.
4	Loanda	SIM	Segundo o proprietário “a relação se dá no apoio da prefeitura a AIMES e ao APL”.
5	Loanda	NÃO	Segundo o proprietário “a prefeitura pouca ajuda a empresa”.
6	Loanda	SIM	Segundo o proprietário “hoje seria mais vantagem levar a fábrica para a região de Maringá. O município depende bem mais das fábricas do que as fábricas dele. O município poderia fazer um programa para atrair mão-de-obra”.
7	Santa Isabel do Ivaí	SIM	Segundo o proprietário “um depende do outro. A prefeitura depende de arrecadação das indústrias e estas dependem de incentivo do poder público”.
8	Loanda	SIM	Segundo o proprietário “a economia local principal é a metal mecânica”.
9	Santa Isabel do Ivaí	SIM	Segundo o proprietário eles “têm um bom relacionamento.

10	Loanda	SIM	Não respondeu.
----	--------	-----	----------------

**Quadro 6:** APL de Metais Sanitários - As relações estabelecidas entre as empresas e o poder público local.

**Fonte:** Trabalho de campo (2012).

**Org.:** FERREIRA, Joyce Allane A.

Diante das informações do quadro 6 e das respostas obtidas nos questionários aplicados ao poder público (apêndice C), podemos apontar que nos municípios de Loanda, Santa Isabel do Ivaí e São Pedro do Paraná, as prefeituras estabelecem uma relação amistosa com os empresários do arranjo. Com exceção da prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, onde segundo o prefeito, em resposta a questão 7 (apêndice C), sobre o que ele fez para incentivar o APL, disse que: “Nada fiz. Sou contra, porque prejudica a saúde da população e tem a contaminação do lençol freático. O que o município arrecada de ICMS, gasta com saúde”. Segundo o mesmo, as empresas contribuem na geração de emprego, mas na arrecadação de impostos o valor é insignificante em relação à produção.

Ainda sobre a questão 7 (apêndice C), os prefeitos de Loanda, Santa Isabel do Ivaí e São Pedro do Paraná, responderam que contribuíram com os empresários, de maneira mais significativa, no início, quando foram doados barracões e concedidos terrenos para a instalação das empresas.

Dessa forma, verificou-se que, no início das atividades industriais de metais sanitários, os quatro municípios ofereceram condições para as empresas neles se instalarem, uma vez que este tipo de articulação prefeitura-empresa é comum e necessário para o cumprimento, inclusive de requisitos legais. Mas, atualmente, as ações do poder público local são mínimas, sobretudo porque há outras instituições vinculadas as políticas públicas para os APL incumbidas de lhes dar suporte.

No entanto, os empresários esperam em demasiado do poder público local, pois há um descontentamento por parte dos mesmos em relação às ações municipais frente ao APL, sobretudo em relação à disponibilidade de máquinas, pavimentação de ruas e ajuda com relação à capacitação de mão-de-obra, como foi abordado pelos empresários das empresas 2 e 3, de São Pedro do Paraná, e 5 e 6, de Loanda.

Diante desta situação, merece destaque a informação de que as ações de incentivo feitas pelo poder público local foram mais visíveis, nos municípios, no início das atividades do APL, quando foram feitas concessões para uso de terrenos, doações de barracões e pavimentação de ruas próximas as empresas. Porém, atualmente, as ações são muito indiretas, pois o orçamento municipal não oferece condições para as prefeituras colaborarem com o APL e, com isso, as ações são realizadas mediante as vinculações prefeitura – legislativo (vereadores, deputados estaduais e federais) que atuam na região. São os deputados que vão encontrar caminhos para que as ações no arranjo aconteçam.

Desta forma, a partir dos dados analisados percebemos que as relações entre as empresas do APL de Metais Sanitários e as prefeituras municipais, embora em alguns municípios sejam no mínimo embaraçosas, elas acontecem de uma forma ou de outra. Como exemplos, podemos citar a disponibilização de máquinas e terrenos da prefeitura para as empresas e a geração de emprego e renda por parte das mesmas para o município, que de certa forma contribuem para o desenvolvimento destes municípios.

Por trás desta relação, há uma relação de disputa por poder dos empresários para com o poder público local, bem como uma preocupação dos representantes do poder público local com relação à influência política destes grupos do poder econômico.

Nesse sentido, em resposta a questão 4 (apêndice C), para o prefeito de Loanda, as empresas de metais sanitários contribuem para o desenvolvimento local no que diz respeito à “geração de emprego”. Para ele, elas fomentam o “desenvolvimento da cidade no que diz respeito ao crescimento da população”.

Para outro prefeito, os empresários podem influenciar no voto dos funcionários. Ao citar uma empresa do APL como um dos principais grupos econômicos do município, ele disse que ela tem ligação com a política local “porque tem um aglomerado de pessoas que podem ter influência do patrão no voto”, e completou: “se estiver de mal desse povo, podemos nos prejudicar”, referindo-se às eleições. Neste município verificou-se uma relação menos amistosa entre poder público local e às empresas do APL, sendo a relação entre eles mais de disputa por poder do que de reciprocidade.

Além da prefeitura, na questão 21 (apêndice A), o Sebrae Paranavaí foi citado duas vezes, sobretudo pela participação na governança estabelecida por esse órgão, através da sua atuação na Rede APL. Atualmente as ações desenvolvidas pelo Sebrae Paranavaí no APL de Metais Sanitários tem sido diretamente às empresas, à medida em que estas procuram algum tipo de projeto. Como foi destacado pelo consultor geral:

Atualmente não possuímos ações voltadas ao APL de Metais Sanitários de Loanda e Região de forma coletiva. Atendemos as empresas pontualmente à medida que cada uma nos demanda algum trabalho, o que tem sido muito pouco nos últimos anos. Atuamos com um projeto específico para este APL nos anos de 2008/2009 (Lincoln Marcos Valle – consultor geral/Sebrae, pesquisa de campo 02/08/2012).

O projeto ao qual o consultor refere-se é o “APL de Metais Sanitários de Loanda”, projeto vinculado ao Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI)<sup>40</sup>. O projeto foi desenvolvido em 2008 e 2009 e tinha por objetivo aumentar a competitividade das empresas através de capacitações e consultoria.

As principais atividades desenvolvidas por este projeto em 2008 foram: Comunicação integrada; Planejamento Estratégico; Gestão da Produção; Diagnóstico do processo produtivo; Programa de Aceleração Tecnológica – PAT; Clínica Tecnológica em Fundação; Capacitação em Atendimento ao Público; Capacitação em Liderança; Palestra sobre Plano de Cargos e Salários.

As ações desenvolvidas por cada uma destas atividades estão descritas na sequência com base nos dados do relatório de atividades 2008 do Sebrae para o arranjo produtivo local de Metais Sanitários.

- Atividade de Comunicação integrada: visou a atualização e o alinhamento da identidade visual do Arranjo Produtivo Local e das empresas integrantes do projeto, além do posicionamento de suas marcas no mercado. A ação contemplou as seguintes atividades: a) Revisão e atualização das 10

---

<sup>40</sup> O programa é gerenciado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) nacional, e está operando desde 1998. Os projetos são executados pelas Federações Estaduais da Indústria, em parceria com o Sebrae local.

logomarcas das empresas participantes do projeto; b) Desenvolvimento e atualização da identidade visual do APL; c) Desenvolvimento de material gráfico do APL; d) Pesquisa de posicionamento das marcas no mercado; e) Oficinas com empresários e colaboradores das empresas.

- Planejamento estratégico: teve por finalidade capacitar a alta liderança, proporcionando-lhes uma metodologia de planejamento que contribuísse na definição de uma visão estratégica. Esta atividade foi realizada em 16 horas contando com oficinas de capacitação metodológica e consultoria nas empresas.

- Gestão da produção: através desta atividade foram feitas algumas ações, dentre elas a realização de diagnóstico e análise do processo produtivo, que visou avaliar o processo produtivo das empresas de metais sanitários, especialmente quanto ao fluxo e o layout de produção. Foram realizados diagnósticos das 10 empresas participantes do projeto. Outra ação foi o Programa de Aceleração Tecnológica (PAT) que contemplou um conjunto de capacitação e consultorias técnicas para a implementação de melhorias no processo produtivo.

- Clínica Tecnológica em Produção: foi desenvolvida em parceria com a RETEC, com a realização de palestras e visitas as áreas de produção das empresas participantes do projeto. O objetivo era atender a necessidade das empresas em aprimorar o processo de fundição e análise das ligas de metal.

- Capacitação em liderança: o objetivo era aprimorar as habilidades de lideranças dos proprietários e gerentes.

- Capacitação em técnicas de atendimento ao público: atividade realizada com duas turmas de funcionários que estavam envolvidos com o atendimento ao público.

- Palestras sobre plano de cargos e salários: objetivo de conhecer um sistema de cargos e salários e de remuneração variável, os impactos na vida das organizações e, também, os requisitos necessários para a sua implantação.

Em 2009 o foco do projeto era adequar a comunicação mercadológica das empresas, desenvolver novos designs de produtos, promover a melhoria na qualidade do processo produtivo e estimular o desenvolvimento da gestão empresarial.

As atividades desenvolvidas em 2009 foram: Criação de novos designs de produtos para as empresas do APL em parceria firmada com a Universidade Estadual de Maringá (UEM); Desenvolvimento de nova peça gráfica para cada empresa com objetivo de melhorar a comunicação mercadológica; Melhoria da qualidade no processo produtivo com a implantação do Programa D'Olho na Qualidade; Capacitação das lideranças empresariais do APL em temas como RH, Liderança e Associativismo; Mini-cursos para proprietários de empresas terceirizadas com temas como Finanças, Planejamento Estratégico e RH e; Apoio do Sebrae na construção do projeto de viabilidade da escola técnica para o setor na região.

No final deste projeto o Sebrae não realizou mais ações para o APL de forma coletiva, conforme as considerações do projeto feita por Lincoln Marcos Valle (2009):

Atuamos em 2009 com o conceito de projeto coletivo na intenção de fortalecer o associativismo no APL e trazer propostas de trabalhos com custos menores para os empresários visto que todas as ações foram rateadas entre as empresas participantes. Apesar de o presente relatório mostrar que foi possível a realização das ações para o setor e que tiveram alguns ganhos, ficou nítido a dificuldade de participação do próprio empresário em ações que seriam de suma importância para o seu negócio e que se fazia necessária sua presença. Grande parte das vezes os trabalhos eram realizados com os funcionários, que não deixa de ser interessante, mas os focos estratégicos de várias ações era a sensibilização do proprietário. Várias articulações foram feitas ao longo do ano, porém poucos empresários demonstraram comprometimento com o programa proposto. Também tínhamos uma expectativa de envolver maior número de empresas do APL no projeto, porém o mesmo ocorreu em função de 10 empresas de marca própria e a partir do 2º semestre de 2009 tivemos algumas ações com 8 empresas terceirizadas. Face isto decidimos não mais atender este setor a partir de 2010 com projetos coletivos, mas sim focar atividades pontuais com os empresários que realmente desejam o apoio do SEBRAE. Pretendemos disponibilizar consultorias in company e treinamentos para a equipe interna das empresas na medida em que surgirem as demandas.

Em razão da falta de articulação e não envolvimento dos empresários do APL no projeto, o Sebrae vem procurando atender as empresas de forma individual e conforme a necessidade e a procura de cada uma. Embora um dos focos dos APLs esteja na ideia de cooperação, verifica-se que, no APL de Metais Sanitários, ainda há uma carência com relação a este aspecto por parte

dos empresários, pois algumas empresas procuram solucionar problemas coletivos de maneira individual.

Para o consultor geral do Sebrae, as empresas do APL de Metais Sanitários do Paraná contribuem com a geração de emprego e renda; recursos disponibilizados aos funcionários tende a ser movimentado na própria localidade, promovendo também o desenvolvimento do comércio; formação de mão-de-obra especializada; articulação com entidades de desenvolvimento como Sebrae, Senai, Fiep, Universidades, para levar conhecimento para a região; destacam a região do extremo noroeste como polo industrial, o que atrai novos investidores.

Outra atividade desenvolvida no APL de Metais Sanitários foi o “Projeto Nova Indústria” (2006/2007), vinculado ao programa Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional (GERAR)<sup>41</sup> e contou com o apoio do Serviço Social da Indústria (SESI).

De 2009 a 2010 foi desenvolvido, no APL, o “Projeto Centro de Design” em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e Fundação Araucária. Este projeto tinha como objetivo melhorar o design e sofisticação das torneiras fabricadas no APL. Como resultado houve a implantação de um Centro de Criação e *Design*, com o lançamento de novas linhas de produtos para as empresas envolvidas no projeto, tendo como resultado o lançamento de 100 novos produtos.

Além destes projetos, foram realizadas algumas ações no arranjo, como em julho de 2005, com a organização da Clínica Tecnologia de Metais Sanitários, promovida pelo Sistema Fiep, através da Rede de Tecnologia do Paraná (RETEC). A Clínica ofereceu consultoria sobre estruturação do arranjo e layout, tratamentos químicos e criatividade. Em 2007, a Clínica Tecnológica, juntamente com o Centro Internacional de Negócios (CIN)<sup>42</sup>, ofereceu ao APL consultoria sobre Melhoria de Processos, que foi feita pelo perito francês Pierre

---

<sup>41</sup>O GERAR é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Foi criado em 2003, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento no Brasil, fundamentando suas ações em três áreas: social, ambiental e cultural. Os projetos são firmados através de convênios, parcerias e contratações com empresas públicas e privadas.

<sup>42</sup>É coordenado nacionalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e criado com o apoio da Agência Nacional de Promoção de Exportações (ANPEX).



Thévignot, presidente do comitê europeu e da associação francesa das indústrias de torneiras-Thévignot. O objetivo era levar aos empresários, informações sobre produtos e sobre a fabricação de torneiras.

Sintetizando as informações prestadas pelos empresários e organizando as concepções dos mesmos sobre a AIMES e o poder público pode-se verificar algumas relações conflituosas e outras de empenhos semelhantes, o que os torna um grupo que busca seus interesses, mesmo que apenas por um determinado momento.

Na empresa 1, verificou-se que, há uma boa relação do seu empresário com a AIMES, mas, no entanto, uma estreita relação com o poder público local. Na resposta à questão 20 (apêndice A) sobre as dificuldades de negociação com o poder público local este informou que “a dificuldade está no relacionamento com o chefe do poder executivo local (o prefeito)”. Nesse sentido, entende-se o porquê da resposta da questão 15 (apêndice A) ter sido “sim”, ou seja, do empresário ter mostrado interesse na política partidária local, ao cargo de prefeito. No entanto, o empresário também entende que há uma relação de reciprocidade entre eles, dizendo que “um necessita do outro, no sentido de infraestrutura” (questão 17, apêndice A).

Nas empresas 2 e 3 verificou-se, também, uma boa relação com a AIMES e uma dificuldade de negociação dos empresários com o poder público local, havendo também interesses de seus empresários por cargos político-partidários. Na questão 20 (apêndice A) os empresários citaram que as principais dificuldades de negociação com o poder público local estão na à ajuda na pavimentação das vias de acesso as empresas e a disponibilidade de máquinas. “O poder local não faz o que precisamos, apesar de existir uma boa comunicação, mas com diálogos que não se cumprem” (questão 17, apêndice A).

A empresa 4 também estabelece uma boa relação com a AIMES, assim como com a prefeitura. Em resposta a questão 20 (apêndice A), o empresário afirmou: “tenho facilidade de dialogar com o prefeito” e reconhece que a prefeitura não dispõe de recursos para ajudar as empresas quando diz: “hoje a prefeitura está limitada a ajudar, pois neste mandato o prefeito já fez dois parques industriais”.

Este empresário, a *priori*, não tinha interesse em disputar cargos junto ao poder político-partidário local (eleições municipais 2012), mas tem interesse em “articular politicamente pensando em um melhor nome para dirigir a cidade” (EMPRESA 4). Esta empresa, segundo o prefeito de Loanda em resposta a questão 3 (apêndice C), constitui-se um dos três grupos econômicos mais importantes do município, tendo, assim, muita influência econômica e política, tanto nas ações do poder público local como da AIMES, a qual ocupa um cargo diretivo (presidente).

A empresa 5 foi a única que declarou não ter relação com o poder público local e que, além de ter interesses na política partidária local, teve como candidato a prefeito um de seus proprietários. No entanto, o mesmo não venceu as eleições.

A empresa 6 estabelece boa relação com AIMES e com a prefeitura, mas o empresário destaca a importância do município investir na formação de mão-de-obra, pois segundo ele “o município depende bem mais das fábricas do que as fábricas dele”. Assim como a empresa 4, nesta empresa o empresário também destacou (questão 20, apêndice A) que há facilidade em negociar diretamente com o prefeito, como também com vereadores e deputados federais. No entanto, destacou como dificuldade que os mesmos “muitas vezes não levam adiante nossas solicitações”, se referindo ao projeto da escola técnica para Loanda.

Na empresa 7 observou-se que há uma boa relação com a AIMES e também com o poder público local. Nesta empresa também foi ressaltado, entre as facilidades (questão 20, apêndice A) a possibilidade de dialogar diretamente com o prefeito: “não precisa agendar”. Dessa forma, ele não citou dificuldades de negociação.

As empresas 8, 9 e 10 também estabelecem uma boa relação com a AIMES e com o poder público local. Vale destacar que o empresário da empresa 8 respondeu que uma das facilidades de negociação com a prefeitura está no fato de membros da diretoria da AIMES estarem ligados diretamente com a política partidária local (questão 20, apêndice A).

Contudo, pode-se perceber que alguns empresários (EMPRESA 1, 2, 3 e 5) têm uma relação mais conflituosa com o poder público, sendo isto visualizado tanto nas respostas como também percebido na reação dos

empresários ao responderem ao questionário. Muitos pareciam incomodados quando viam que o tema envolvia política. Já os demais empresários mostraram-se mais neutros e em alguns casos mais satisfeitos com as ações municipais.

Desta forma, entende-se que, entre as empresas vinculadas à AIMES a qual se dirigiu esta pesquisa e as diversas instituições que circulam o arranjo há uma rede de relações de reciprocidade ou conflitos. Estas relações foram verificadas entre empresas e poder público local; empresas e AIMES; AIMES e poder público local; AIMES e governo do Estado (RedeAPL); e entre as empresas.

Estas últimas, a partir do ideal de cooperação muitas vezes se ajudam, pois trocam ferramentas, matéria-prima e se organizam para comprar maquinários. Por outro lado, no entanto, o que se percebeu é que muitas vezes atuam sem a troca de informações para desenvolver ações conjuntas, como o próprio APL apregoa. Portanto, a cooperação entre as empresas convive com a individualidade pertinente aos interesses de cada uma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da constatação da importância e do crescimento econômico do APL de Metais Sanitários para a região Noroeste do Paraná, onde este se constituiu no recorte territorial de análise. O objetivo foi analisar as políticas públicas de desenvolvimento local a partir de APLs e as relações de poder nos municípios que integram o APL de Metais Sanitários no Noroeste do Paraná.

Para tanto foi feita uma breve abordagem sobre os conceitos de Estado, poder e políticas públicas, bem como da valorização da escala local, a partir do federalismo e da descentralização política.

Dessa forma destacamos que, com a Constituição de 1981, o Brasil adotou o federalismo como forma de Estado e, com a Constituição de 1988, o recorte territorial que no Brasil se denomina município surgiu como parte importante da Federação, com grau de autonomia e maior poder de decisão. Verificamos assim, que com a descentralização política houve uma crescente transferência de responsabilidade do governo federal para os governos locais, impulsionando uma valorização do local, o que nos levou a analisá-lo, bem como as relações de poder construídas neste espaço, que historicamente estiveram ligadas ao domínio das elites locais.

Abordamos que o poder local quase sempre é determinado pela posição social de alguns grupos que reproduzem o poder político e as relações de poder. É, portanto, nesse sentido, que verificamos em Loanda, a partir do crescimento do setor industrial de metais sanitários, uma substituição da elite econômica local, ausentando-se de agrária para se fortalecer como urbana/industrial. Ou seja, os tradicionais grupos familiares rurais perderam destaque no poder local, ascendendo uma nova elite econômica vinculada ao setor industrial de metais sanitários.

É, então, com a autonomia que os municípios passam a ter papel de destaque na promoção do desenvolvimento em especial o local/regional, mas cientes da constatação da relação que o local mantém com outras escalas enquanto espaços sociais e econômicos que se justapõem à escala local.

Nesse sentido e a partir das transformações vivenciadas pela sociedade contemporânea através da transição do antigo paradigma fordista keynesiano

para um novo regime de acumulação – o toyotismo, os arranjos produtivos locais (APLs) têm se constituído como importantes instrumentos de política de desenvolvimento local/regional. Destacando-se nas agendas de políticas públicas brasileiras a partir dos anos de 1990.

No Brasil, o interesse por APLs foi observado em função das experiências históricas dos Distritos Italianos e do Vale do Silício, na Califórnia. Quando a partir dos anos de 1990 houve a tentativa de implantação destas experiências em território nacional e, a partir de então, passou-se a pensar no termo APL como estratégia de desenvolvimento.

Como prioridade do governo federal, os APLs foram destacados nos Planos Plurianuais desde 2000, Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013. Em 2004, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento desse tipo de aglomeração econômica, foi criado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

A partir da criação do GTP – APL, o governo federal identificou as aglomerações de empresas caracterizadas como APL no Brasil e diante do resultado, para administrar políticas públicas para eles, criou Núcleos Estaduais de Apoio.

No Paraná, o núcleo estadual de apoio é a Rede APL. A criação desta rede marcou o início da adoção das políticas públicas para APLs no estado. Dentre as principais ações desenvolvidas sobre coordenação da Rede APL, destaca-se: o projeto PROAPL, que tinha por finalidade o aumento da competitividade dos APLs paranaenses; o Programa Comércio Exterior e Acessos a Mercados, cuja finalidade era a inserção dos produtos dos APLs, principalmente no Mercosul. As ações do Sebrae na coordenação da Rede APL, que tem-se voltado para o desenvolvimento dos APLs, atuando no fortalecimento da governança local e da cooperação entre as empresas, desenvolvendo projetos de inovação e qualificação de mão-de-obra.

No APL de Metais Sanitário, localizado na região Noroeste do Paraná, verificamos que dentre as diversas instituições de apoio a Rede APL, há uma forte atuação do Sebrae Paranaíba, justamente por esta instituição ter os trabalhos voltados ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

O Sebrae desenvolveu ações coletivas em 2008 e 2009 no APL, como, por exemplo, o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI), no entanto, atualmente atende pontualmente as empresas na medida em que elas procuram algum projeto.

A partir de 2010, o Sebrae deixou de atender coletivamente as empresas devido aos resultados do PROCOMPI. O consultor geral do Sebrae verificou que não houve o envolvimento e o comprometimento de alguns empresários do APL em ações de seus interesses. Além disso, o projeto envolveu poucas empresas, o que fez que com o Sebrae passasse a focar apoio aos empresários que realmente desejam seu apoio.

Verificamos que, embora um dos focos dos APLs esteja na ideia de cooperação, no APL de Metais Sanitários, ainda há uma carência com relação a este aspecto por parte dos empresários, pois observamos que alguns empresários procuram solucionar problemas coletivos de maneira individual.

Com o objetivo de subsidiar estas empresas, a AIMES tem a função de articular-se com outras instituições de apoio a Rede APL, em ações de melhoria para o APL. No entanto, verificamos que o empresariado ainda muito espera do poder público local, pois há um descontentamento por parte dos mesmos, em relação às ações municipais frente ao APL, sobretudo em relação à disponibilidade de máquinas, pavimentação de ruas e ajuda com relação à capacitação de mão-de-obra.

Existe uma rede de instituições que estabelecem relações com o APL de Metais Sanitários, e o poder público local é apenas uma destas. Talvez por uma questão de proximidade, as relações por este se tornam mais próximas e mais evidentes pelos empresários.

No entanto, existem outras diversas instituições públicas e privadas que compõem a Rede APL, no Paraná, sendo algumas delas responsáveis pelo planejamento e pela execução de políticas públicas, como é SEPL, bem como outras responsáveis pelo ensino e pesquisa, como é o caso das IES, TECPAR e Iparde, e as de financiamento, como o BNDES, Banco do Brasil, Bradesco e outras.

Talvez, por não entenderem a complexidade de relações políticas no âmbito dos APLs, existam conflitos entre alguns empresários e o poder público local.

Nesse sentido, foram verificadas relações de disputa por poder nas empresas 1, 2, 3 e 5 e o poder público local. Os proprietários destas empresas mostraram interesse em se candidatarem a cargos de prefeitos e vereadores nos municípios do arranjo.

Este interesse foi verificado nos municípios de Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo e São Pedro do Paraná. No município de Santa Isabel do Ivaí os empresários demonstraram que tem uma relação de reciprocidade com o poder público local, não apresentando assim relações de conflitos entre eles.

Contudo, observamos que a relação de algumas das empresas com o poder público local é conflituosa, mas também que outras empresas mantêm vínculos de cooperação, o que leva a consideração de que o interesse individual se avulta aos interesses da coletividade do APL.

Verificamos que, entre as empresas vinculadas à AIMES e as diversas instituições que circulam o arranjo, há uma rede de relações de reciprocidade ou conflitos. Estas relações foram verificadas entre empresas e poder público local; empresas e AIMES; AIMES e poder público local; AIMES e governo do Estado (Rede APL); e entre as empresas.

Estas últimas, a partir do ideal de cooperação muitas vezes se ajudam, pois trocam ferramentas, matéria-prima e se organizam para comprar maquinários. No entanto, percebemos que muitas vezes atuam sem a troca de informações para desenvolver ações conjuntas. Portanto, a cooperação entre as empresas convive com a individualidade pertinente aos interesses de cada uma.

Finaliza-se as discussões enfatizando a ideia de que novas pesquisas sobre esta temática serão importantes, já que há diversos olhares e interpretações sobre esta realidade e que estudos complementares sobre as questões ambientais, as relações de trabalho e os grupos de poder econômico e industrial serão pertinentes para a compreensão deste APL.

## REFERÊNCIAS

AIMES. Associação das Indústrias de Metais Sanitários. **Estatuto da Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e região – agência de desenvolvimento regional**. Loanda, 2007.

AIMES. Associação das Indústrias de Metais Sanitários. Trabalho de campo. Loanda, 2012.

AMORIM, André; LOPES, Ricardo. **A indústria brasileira em risco**. Revista do Observatório das Indústrias, p. 26-31. Disponível em: <http://content.yudu.com/Library/A1wodk/RevistaObservatorio/resources/index.htm?referrerUrl=http%3A%2F%2Ffree.yudu.com%2Fitem%2Fdetails%2F519337%2FRevista-Observat--rio>. Acesso em 20 de maio de 2012.

ÁVILA, Vicente Fideles. **Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 1, n. 1, p. 63-76, set, 2000. Disponível em: [http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n1\\_fideles.pdf](http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n1_fideles.pdf). Acesso em 22/11/2011.

BARBOSA, Eduardo Kaplan; DINIZ, José Eduardo; SANTOS, Gustavo Antônio Galvão. **Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 11, N. 22, P. 151-179, DEZ. 2004.

BARQUERO, Vázquez Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. (Tradução: Ricardo Brinco). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo e Sociedade – por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1998.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em 20 de dez de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. **Políticas públicas para arranjos produtivos locais**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300#Políticas Publicas para APL> acesso em: 10 de fevereiro de 2012.



BUARQUE, Sérgio C. e BEZERRA, Lucila. "**Projeto de desenvolvimento municipal sustentável- bases referenciais**". Projeto Áridas (mimeo.), dezembro de 1994.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. RedeSist. 2003.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. In: LASTRES, Maria; CASSIOLATO, José; MACIEL, Maria. Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local. RelumeDumará Editora, julho de 2003.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais em Regiões Periféricas**. 2007. 409 p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

DANIEL, Celso. **Poder local no Brasil urbano**. Revista Espaços & Debates. São Paulo: Cortez, n. 24,p. 26-39, 1988.

DOMBROWSKI, Osmir. **Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior**.Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

FARRANHA, Ana Claudia; ALMEIDA, Fernando Mariano;FERRARI, Flávia Bergamin; BARROSO, Thereza Raquel. **Poder local: elementos para uma reflexão inicial**. Depoimentos: Revista de Direito das Faculdades de Vitória, n. 8, 2006.

FELIZES, Joel. Três abordagens do poder local enquanto formas diferenciadas de construção das identidades - uma breve exploração. **Cadernos de Estudos Municipais**. Universidade de Minho, p. 121-137, 1999.

FERREIRA. João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. 2 ed. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

FIEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná. **Institucional**. 2011. Disponível em :<http://www.fiepr.org.br/adr/FreeComponent2106content9701.shtml>. Acesso em Jul de 2012.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 105-113, 1992.

FRESCA, Tânia Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio

Mendes. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**, Maringá: EDUEM, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

HAM, Christopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. Tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino. Unicamp, 2012. Disponível em: [http://www.ige.unicamp.br/gapi/HAM\\_HILL\\_PROCESSO\\_DE\\_ELABORACAO\\_DE\\_POLITICAS.pdf](http://www.ige.unicamp.br/gapi/HAM_HILL_PROCESSO_DE_ELABORACAO_DE_POLITICAS.pdf).

HARACENKO, Adélia Aparecido de Souza. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas**. 2007. 626 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, da Universidade Estadual de São Paulo – USP, São Paulo.

HASENCLEVER, Lia; ZISSIMOS, Isleide. **A evolução das configurações produtivas locais no Brasil**: uma revisão de literatura. *Estud. Econ.* São Paulo, vol. 36, n. 3, p. 407-433, julho-setembro, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatan**. Madrid: Editora Nacional, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Estatísticas e Séries Históricas**. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=AGRO02>. Acesso em: 15 de novembro de 2012.

IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Loanda**. Curitiba, novembro, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Caderno Estatístico Município de Santa Cruz de Monte Castelo**. Curitiba, novembro, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Caderno Estatístico Município de Santa Isabel do Ivaí**. Curitiba, novembro, 2011c.

\_\_\_\_\_. **Caderno Estatístico Município de São Pedro do Paraná**. Curitiba, novembro, 2011d.

\_\_\_\_\_. **Arranjo produtivo local de metais sanitários de Loanda e região**: estudo de caso. Curitiba, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná:** diretrizes para políticas de apoio aos arranjos produtivos locais. Curitiba, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná:** etapa 1 – identificação, mapeamento e construção da tipologia das aglomerações produtivas. Curitiba, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná:** etapa 2- Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná:** etapa 3- Caracterização estrutural preliminar dos APLs pré selecionados e notas metodológicas para os estudos de caso. Curitiba, 2005c.

\_\_\_\_\_. **Identificação e Mapeamento das aglomerações produtivas do estado do Paraná: uma atualização para o ano de 2008.** Curitiba, 2009.

\_\_\_\_\_. **Identificação e mapeamento das aglomerações produtivas do Estado do Paraná:** uma atualização para o ano de 2008. Curitiba, 2009.

MACRAE, Donald G. **As ideias de Weber.** São Paulo: Cultrix Ltda, 1974.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de Campo em Geografia: Reflexões sobre uma Experiência de Pesquisa Participante.** In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n.84, p. 106, 2006.

MARINI, Marcos Junior; SILVA, Christian Luiz. **Políticas públicas e arranjos produtivos locais:** uma análise do APL de confecção Sudoeste do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.118, p.87-112, jan./jun. 2010.

NASCIMENTO, Wagner Cipriano do. **As relações de poder no contexto político econômico de Foz do Iguaçu/PR.** 2010. 232p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

OLIVEIRA, Sérgio Ostetto. **Desenvolvimento local e organização sócio-espacial.** Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 4, N. 6, p. 47-52, Mar. 2003.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Plano Plurianual – PPA: subsídios para a elaboração do PPA 2008-20011**. Curitiba: SEPL, 2006.

PIRES, Élson L. S; MULLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. **Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos**. *Geografia*, Rio Claro. V. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006. Disponível em:  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/viewArticle/1374>. Acesso em: 22/11/2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDE APL. **Rede APL Paranaense**. Disponível em:  
<<http://www.redeapl.pr.gov.br>>. Acesso: em 30 de março. 2011.

REDESIST, **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais** – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – disponível em:  
[www.ie.ufrj.br/redesist](http://www.ie.ufrj.br/redesist). Acesso em: 30 de novembro de 2011.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROSA, G. D. **Algunas reflexiones sobre la metodología del Desarrollo Local a partir del ejemplo francés**. In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F.(editor). *Manual de Desarrollo Local*. Gijón: Trea, p. 33-41, 1999.

SANTIN, Janaina; FLORES, Deborah Hartmann. **A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade**. *Revista: JUST. DO DIREITO PASSO FUNDO* V. 20 N. 1 P. 56-69 2006.

SANTIN, Janaina. **O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal**. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC, Florianópolis, 2007.

SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco; SIMÕES, Rodrigo. **Arranjos produtivos locais informais: uma análise de componentes principais para Nova Serrana e Ubá – Minas Gerais**. *Ensaio FEE, Porto Alegre*, V. 24, N. 1, P. 177-202, 2003.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão; DINIZ, José Eduardo; BARBOSA, Eduardo Kaplan. **Aglomerções, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais**. *Revista do BNDES, Rio de Janeiro*, V. 11, N. 22, P. 151-179, Dez. 2004.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local: Dilemas da reforma municipal no Brasil**. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

SCATOLIN, Fabio Doria; PAULA, Nilson Maciel de; SHIMAJV, Walter Tadahiro; ZANATTA, Antonio Fernando; LATGE, Manuela Reshe; MOURA, Ricardo Pessoa de. Análise do mapeamento e das políticas públicas para Arranjos produtivos locais no Estado do Paraná. In: CAMPOS, Renato Ramos; STALLIVIERI, Fabio; VARGAS, Marcos Antonio; MATOS, Mareclo. **Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. BNDES. Rio de Janeiro:2010, p. 113-138.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br). Acesso em: 24 de abril de 2011.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Relatório de atividades 2008**, Paranavaí, 2008.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Relatório de atividades 2009**, Paranavaí, 2009.

SENAI. Serviço Nacional da Indústria, **Relatório de cursos oferecidos nos anos de 2008 a 2011**. 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, Márcia. **Poderlocal: conceito e exemplos de estudos no Brasil**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, p. 69-78. Dezembro, 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, vol8, n.16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SUZIGAN, Wilson. **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Diretoria de Estudos Setoriais – DISET. Relatório consolidado. Outubro, 2006.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João; GARCIA, Renato; SAMPAIO, Sérgio. **Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas**. Revista de Economia Política, vol. 24, n.4, out/dez, 2004.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João; GARCIA, Renato; SAMPAIO, Sérgio. **Estrutura de Governança em Arranjos Produtivos Locais de Produção**. Gest. Prod., São Carlos, vol. 14, n. 2, p. 425-439, maio/ago, 2007

Teixeira, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade** AAATR-BA, 2002. Disponível em: [http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf) Acesso em: 01 de dez de 2012.

VARELLA, Fernando. **O déficit tecnológico e a desindustrialização**. Revista do Observatório das Indústrias, p. 25. Disponível em:

<http://content.yudu.com/Library/A1wodk/RevistaObservatrio/resources/index.htm?referrerUrl=http%3A%2F%2Ffree.yudu.com%2Fitem%2Fdetails%2F519337%2FRevista-Observat--rio>. Acesso em 20 de maio de 2012.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Sarandi, 2011.

## APÊNDICE A - Questionário destinado aos empresários do APL de Metais Sanitários

### Identificação:

Local da entrevista: \_\_\_\_\_ Ordem da Pesquisa: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Telefone para Contato: \_\_\_\_\_

1- Ano de fundação da empresa: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

2- Nome do empresário (a): \_\_\_\_\_

3- Qual a escolaridade do empresário?

Ensino Fundamental I (1ª ao 5º ano) incompleto.

Ensino Fundamental I (1ª ao 5º ano) completo.

Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) incompleto.

Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) completo.

Ensino Médio incompleto.

Ensino Médio completo.

Ensino Superior incompleto.

Ensino Superior completo. Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Pós – graduação. Se sim, qual? \_\_\_\_\_

4- O empresário é natural deste município?

\_\_\_\_\_

5- A empresa possui sócios? São familiares?

\_\_\_\_\_

6- Qual motivo o fez instalar uma empresa de metais sanitários no município?

\_\_\_\_\_

7- A empresa tem sede própria? Como foi financiada sua construção?

\_\_\_\_\_

8- Qual é o número de funcionários da empresa? \_\_\_\_\_

Permanentes: \_\_\_\_\_

Temporários: \_\_\_\_\_

9- Número de funcionários lotado nos seguintes setores:

Produção: \_\_\_\_\_

Administração: \_\_\_\_\_

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento: \_\_\_\_\_

10- A empresa é sócia da Associação das Indústrias de Metais Sanitários?

Sim

Não

11- No caso de sim, quais são as vantagens?

\_\_\_\_\_

12- Qual a contribuição mensal para fazer parte da Associação?

---

13- A empresa é classificada como:

( ) Micro ( ) Pequena ( ) Médio ( ) Grande

---

14- O empresário já foi candidato a algum cargo político? E os membros da família, já o foram (passado ou atual)?

---

15- Tem interesse na política partidária local? Em que sentido?

---

16- Qual partido pertence atualmente? Já mudou de partido? Qual? Por quê?

---

17- O (A) senhor (a) entende que há uma relação entre poder político e poder econômico localmente? ( ) Sim ( ) Não. Como ela se estabelece?

---

18- Citar 3 (instituições públicas, associações, sindicatos, dentre outros afins) que o senhor (a) considera atuante e/ou importante nas ações políticas para o desenvolvimento do APL.

---

19- Algum membro do APL acompanha as ações da classe política local (participação nas reuniões da câmara de vereadores; acompanhamento das finanças públicas do município; sugestões de investimentos públicos)?

---

20- Quais as principais dificuldades/facilidades de negociação com o poder público municipal?

---

21- Com quais órgãos do poder público mantém maior contato?

---

22- De que entidades/órgãos gostaria de ter mais apoio financeiro e logístico?

---

23- Em sua opinião, de que maneira as empresas que integram o APL de Metais Sanitários do Paraná contribuem para o desenvolvimento local?

---

24- Quais são os principais produtos fabricados?

---



25- Qual o mercado consumidor segundo as diferentes linhas e produtos?  
(tipos de compradores, locais, datas).

---

26- Qual é a forma de transporte até os mercados?

---

27-As principais formas de treinamento oferecidas aos funcionários são:  
(permite mais de uma resposta)

- ( ) – Não oferece treinamento
- ( ) – Na empresa, fora do processo de trabalho
- ( ) – Durante o trabalho
- ( ) – Na empresa e em instituições especializadas
- ( ) – Promovido por fornecedores ou clientes
- ( ) – Outro \_\_\_\_\_

28-Empresa utiliza alguma norma técnica (ex.: ISO 9000 – ISO 14000 – ABNT )

- ( ) – SIM (qual: \_\_\_\_\_)
- ( ) – NÃO.

29-A origem da principal matéria prima utilizada é oriunda do:

- ( ) – próprio município ( ) – próprio Estado
- ( ) – outros estados do Brasil ( ) – exterior

30-O mercado atendido pela empresa é predominantemente: (permite mais de uma resposta)

- ( ) – Local ( ) – Estadual ( ) – Nacional ( ) – Internacional

31-Os canais utilizados para a comercialização do produto são: (permite mais de uma resposta)

- ( ) – Loja própria ( ) – Vendedores funcionários (próprios)
- ( ) – Atacadistas ( ) – Varejistas
- ( ) – Representantes Comerciais ( ) – Outros

32-Os principais concorrentes para os produtos são:

- ( ) – empresas locais
- ( ) – empresas regionais
- ( ) – empresas nacionais
- ( ) – empresas multinacionais

33-Sua empresa tem planos de expansão para os próximos 5 anos?

- ( ) – SIM ( ) – NÃO

34-(se a resposta anterior for positiva) - O investimento pretendido será em:

- ( ) – Máquinas e equipamentos
- ( ) – Aumento do espaço físico
- ( ) – Melhoria e ampliação de espaço físico de produção
- ( ) – Desenvolvimento de novos produtos
- ( ) – outros \_\_\_\_\_

35-Quais são as principais medidas preventivas e corretivas adotadas pela empresa para com as questões ambientais?

## APÊNDICE B - Questionário destinado a Associação das Indústrias de Metais Sanitários do APL

### Identificação:

Local da entrevista: \_\_\_\_\_ Ordem da Pesquisa: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Nome da instituição: \_\_\_\_\_

Nome do responsável: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Telefone para Contato: \_\_\_\_\_

1- Nome da Associação: \_\_\_\_\_

2- Localização: \_\_\_\_\_

3- Tem sede própria?

Sim

Não

4- No caso de sim, como foi financiada a sua construção?

\_\_\_\_\_

5- Responsável pela Instituição: \_\_\_\_\_

6- Quanto à natureza jurídica, está instituição é:

a) Entidade pública sem fins lucrativos.

b) Entidade pública com fins lucrativos.

c) Entidade privada sem fins lucrativos.

d) Entidade privada com fins lucrativos.

e) Outra.

Qual? \_\_\_\_\_

7- Data de constituição: \_\_\_\_\_

8- Qual foi o principal objetivo da criação da Associação?

\_\_\_\_\_

9- Número de sócios fundadores. \_\_\_\_\_

10- Quem são os membros da Associação?

a) Presidente: \_\_\_\_\_

Representa alguma empresa do APL? \_\_\_\_\_

Qual? \_\_\_\_\_ Cargo? \_\_\_\_\_

b) Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

Representa alguma empresa do APL? \_\_\_\_\_

Qual? \_\_\_\_\_ Cargo? \_\_\_\_\_

c) Tesoureiro (a): \_\_\_\_\_

Representa alguma empresa do APL? \_\_\_\_\_

Qual? \_\_\_\_\_ Cargo? \_\_\_\_\_

d) Secretário (a): \_\_\_\_\_

Representa alguma empresa do APL? \_\_\_\_\_

Qual? \_\_\_\_\_ Cargo? \_\_\_\_\_

11-Total de Associados \_\_\_\_\_.

12-Todas as empresas que integram o APL são Associadas?

Sim

Não

13- Quais os critérios para classificar as empresas do APL como pequena, média e grande?

14-Quais atividades a Associação desenvolve?

15-Quais foram as principais atividades desenvolvidas/organizadas em 2011?

16- Com quais órgãos do poder público mantém maior contato?

17- Quais as principais dificuldades de negociação com o poder público municipal?

18- Qual a contribuição dos associados para com a Associação?

19-Que entidades apóiam financeiramente a Associação?

20- Que entidades apóiam logisticamente a Associação?

21-De que entidades/órgãos gostaria de ter mais apoio financeiro e logístico?

22- Quem é o coordenador regional da Associação?

23-No seu ponto de vista, quais os benefícios que uma entidade associada à AIMES possui?

24-De que maneira as empresas que integram o APL de Metais Sanitários do Paraná contribuem para o desenvolvimento local?

**APÊNDICE C - Questionário destinado ao poder público dos municípios  
do APL de Metais Sanitários**

**Identificação:**

Local: \_\_\_\_\_ Ordem da Pesquisa: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Nome da Instituição: \_\_\_\_\_

Nome do responsável: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Telefone para Contato: \_\_\_\_\_

- 
- 1- O senhor conhece o APL (Arranjo Produtivo Local) de Metais Sanitários da região? Sim ( ) Não ( )
  
  - 2- Quais ações são desenvolvidas pelo município no que se refere ao APL de Metais Sanitários?  
\_\_\_\_\_
  
  - 3- Citar 3 empresas/grupos econômicos que o senhor (a) considera mais importantes para o fortalecimento da economia local. Eles têm ligação com a política local? De que maneira?  
\_\_\_\_\_
  
  - 4- Em sua opinião, de que maneira as empresas que integram o APL de Metais Sanitários do Paraná contribuem para o desenvolvimento local?  
\_\_\_\_\_
  
  - 5- As empresas que integram o APL de Metais Sanitários contribuem para a geração de emprego e renda no município?  
\_\_\_\_\_
  
  - 6- No período de consolidação do APL, quais foram às ações de incentivo realizadas pelo município?  
\_\_\_\_\_
  
  - 7- E na sua gestão, qual a participação efetiva (o que o senhor (a) fez na prática) para incentivar o APL?  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE D - Carta de apresentação****CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Prezado(s) Senhor (s)

A coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, vem por meio desta, apresentar a mestranda **Joyce Allane Apolinário Ferreira – RA Nº 45607**, que desenvolve pesquisa na linha Organização do Espaço Habitado, com título: *“As relações entre poder político e poder econômico nos municípios que integram a rede APL de Metais Sanitários no noroeste do Paraná”*, sob orientação do Profª Dra. Márcia da Silva.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a aluna necessita de levantar dados para posteriormente realizar entrevistas com representantes desse órgão. Desse modo, pedimos sua contribuição.

Maringá, 10 de dezembro de 2011.

Atenciosamente.

Profª. Drª. Angela Maria Endlich  
Coordenadora do Programa  
De Pós-Graduação em Geografia

**APÊNDICE E - Termo de autorização para publicação dos dados****TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, **Joyce Allane Apolinário Ferreira**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá - Registro Acadêmico: 45.607, solicito ao Senhor (a) \_\_\_\_\_, representante da Instituição \_\_\_\_\_ sua **AUTORIZAÇÃO** para realização de uma pesquisa de mestrado em Geografia, com ênfase na área de Geografia Política, tendo como título (provisório) para a dissertação: *As relações entre poder político e poder econômico nos municípios que integram a rede APL de Metais Sanitários no noroeste do Paraná*, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Márcia da Silva.

Comprometo-me a não alterar as informações prestadas. Haverá, também, o compromisso da confidencialidade dos sujeitos da pesquisa, e os dados obtidos só serão divulgados e utilizados em reuniões e em publicações científicas.

Loanda – PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

---

**Joyce Allane Apolinário Ferreira**

RG: 9.562.969-5

Responsável pela pesquisa

---

**Autorizado: Assinatura do entrevistado**